



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS

MARIA INÊS SERPA BENEVIDES

**FAMÍLIA, CRIANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DO
PROGRAMA FAMÍLIA BRASILEIRA FORTALECIDA EM
FORTALEZA-CE**

FORTALEZA
2010

MARIA INÊS SERPA BENEVIDES

**FAMÍLIA, CRIANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DO
PROGRAMA FAMÍLIA BRASILEIRA FORTALECIDA EM
FORTALEZA-CE**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, vinculada à Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Mudanças Sociais, como requisito para obtenção do Título de Mestre.

Orientador:

Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi

FORTALEZA
2010

"Lecturis saltem"

Ficha Catalográfica elaborada por

Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593

tregina@ufc.br

Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

B413f

Benevides, Maria Inês Serpa.

Família, criança e políticas públicas [manuscrito] : uma avaliação do Programa Família Brasileira Fortalecida em Fortaleza-CE / por Maria Inês Serpa Benevides. – 2010.

146f. : il. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza(CE), 08/07/2010.

Orientação: Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi.

Inclui bibliografia.

1-FAMÍLIAS POBRES – POLÍTICA PÚBLICA – FORTALEZA(CE).

2-CRIANÇAS POBRES – POLÍTICA PÚBLICA – FORTALEZA(CE).

3-FAMÍLIAS POBRES – FORTALEZA(CE) – CONDIÇÕES SOCIAIS.4-CRIANÇAS

POBRES – FORTALEZA(CE) – CONDIÇÕES SOCIAIS.5-PROGRAMA FAMÍLIA

BRASILEIRA FORTALECIDA(FORTALEZA,CE).I-Gussi, Alcides Fernando, orientador.

II-Universidade Federal do Ceará. Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de

Políticas Públicas.III-Título.

CDD(22ª ed.) 362.827098131

66/10

MARIA INÊS SERPA BENEVIDES

FAMÍLIA, CRIANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA FAMÍLIA BRASILEIRA FORTALECIDA EM FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Data da Aprovação ___/___/___

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi
Orientador
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Ana Maria Iorio Dias
Membro Efetivo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria do Socorro Ferreira Osterne
Membro Efetivo
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Lea Carvalho Rodrigues
Membro Suplente
Universidade Federal do Ceará – UFC

Este trabalho é dedicado à minha família:

ao meu marido, Sérgio, pela compreensão da presença ausente, pelo incentivo durante esta caminhada, pelo apoio na elaboração dos gráficos e tabelas e pelo companheirismo nas horas de desânimo;

aos meus filhos, Inesinha, Serginho, Ana Cíntia e Paulo José;

aos meus netos: Vicentinho, Lucas, João, Carolina, Paulo Filho, Maria Inês, Melissa e Maria Alice;

aos meus genros: Vicente e Lúcio Flávio; às minhas noras: Luciana e Camila, à minha mãe Maria Alice, por aceitarem os momentos de ausência, e ao meu pai que se estivesse vivo estaria vibrando comigo. Amo vocês;

e

às famílias e crianças colaboradoras diretas deste estudo cuja participação fez-se imprescindível à concretização desta meta, por me permitirem entrar em suas casas, nas suas intimidades e conhecer a realidade em que vivem, privadas, muitas delas, de suas necessidades essenciais.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de toda sabedoria, que me presenteou com o dom da vida, permitiu e abençoou este trabalho e que, em muitos momentos, dissertou por mim.

Aos meus irmãos, cunhados, sobrinhos e amigos que acreditaram e me apoiaram.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alcides Gussi, que com sua competência e paciência caminhou comigo nas idas e vindas para que eu chegasse à conclusão deste trabalho. Durante este percurso ganhei um amigo.

Aos membros efetivos da banca, Prof^a. Dra. Ana Maria Iorio Dias e Prof^a. Dra. Maria do Socorro Osterne, juntamente com o membro suplente, Prof^a. Dra. Lea Carvalho Rodrigues, que tão prontamente atenderam ao meu convite, o meu sincero agradecimento.

À minha amiga/irmã Solange Praxedes, companheira com quem compartilho momentos de tristezas, alegrias e sofrimentos desde 1987, na Creche São Gabriel, e que me segurou nos momentos de desânimo.

À amiga filósofa Conceição Melo, pelos momentos de apoio, reflexões, questionamentos, inquietações e ajuda durante a coleta dos dados e do processo de análise dos mesmos. Quantas tardes questionando uma só palavra ou uma frase!

À amiga Ana Isa, que me apoiou e também me acompanhou durante o processo da coleta de dados, e a Sandra Luna, por me disponibilizar documentos necessários e discutir comigo os resultados deste trabalho.

À amiga Mônica Araújo, pela coerência e sabedoria nos momentos de dificuldades.

Às amigas do Núcleo de Benefícios e Transferência de Renda, Silvana Crispim, Teresa Cristina, Priscila, Júnior, Andréa, Ana Luisa e, em especial ao Luís, por ter me acompanhado no campo de coleta de dados.

Aos amigos da Coordenadoria da Proteção Social Básica, em especial a Dra. Mary Anne Libório pelo apoio e compreensão.

Às minhas amigas do FECOP, Glória, Rosélia, Fátima Regina, pelo apoio e incentivo.

Às amigas Isabel e Verônica, que muito me ajudaram na concretização deste trabalho.

À Oficial de Projeto do UNICEF, Francisca Maria de Andrade, por disponibilizar documentos, trabalhos, pesquisas e publicações que me serviram de fonte de pesquisa para a realização deste estudo.

Às coordenadoras dos Centros de Educação Infantil que me acolheram e por quem tive acesso às famílias objeto deste estudo.

Aos meus amigos Dr. Paulo Neiva e Lena Lobo, pela amizade, incentivo e apoio na concretização deste Mestrado.

Aos colegas da turma do Mestrado, em especial a Inês Cochrane, por sua amizade.

Aos professores e funcionários do MAPP, de forma especial às Prof^{as}. Lea Rodrigues, Nazaré Fraga e Marta Menezes, fica a nossa amizade.

Enfim, a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para o êxito deste trabalho, recebam toda a minha gratidão.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo avaliar o Programa Família Brasileira Fortalecida em Fortaleza, em termos de melhoria nas condições de vida das crianças, por meio do fortalecimento das competências familiares, no processo de cuidar e educar conforme as diretrizes do Programa. Foi realizada pesquisa documental e de campo, tendo esta última ocorrido no período de novembro de 2009 a fevereiro de 2010, através de uma abordagem qualitativa com nuances quantitativas. Os dados foram colhidos no primeiro momento, com 59 sujeitos responsáveis pelas crianças atendidas nos Centros de Educação Infantil de Fortaleza, por meio de entrevistas semiestruturadas com perguntas fechadas e abertas. No segundo momento, aplicaram-se entrevistas em profundidade com sete sujeitos selecionados a partir de critérios pré-definidos, nos quais a diversidade de situações das famílias foi considerada. Os dados quantitativos foram submetidos a tratamento descritivo, usando frequência absoluta e relativa, tabelas simples, quadros, cruzamentos e indicadores de referência. Os qualitativos foram abordados à luz de uma análise compreensiva, apoiados nas falas dos sujeitos e em autores que discutem e teorizam família e políticas públicas. Os resultados demonstram os limites que distanciam a família pensada pelo Programa e a realidade vivida da família. Essas distâncias podem ser identificadas nos traços característicos do perfil das famílias, onde situações de pobreza associadas ao baixo nível de escolaridade e renda as impedem de exercitar a maioria dos seus ensinamentos, a exemplo da oferta de uma alimentação diversificada à sua prole; de desfrutarem das condições básicas de higiene, conforto, lazer e exercício da cidadania. Por outra via, alguns ensinamentos estão próximos da realidade dessas famílias porque as políticas públicas de saúde, associadas aos critérios dos programas assistenciais de transferência de renda, já comprometem e responsabilizam essas famílias pela matrícula das crianças nas escolas, pela vacinação de seus filhos obedecendo aos calendários de vacinação, submetem as mães a tratamento pré-natal e a amamentação dos recém-nascidos. As competências familiares que assumem estão diretamente relacionadas às condições objetivas da luta cotidiana pela sobrevivência. Sendo assim, suas possibilidades são restritas por esses e tantos outros fatores que se entrelaçam, tirando delas as condições de cuidar e educar seus filhos, tal como o Programa sugere.

ABSTRACT

This study aimed to evaluate the Brazilian Family Strengthening Program in Fortaleza, in terms of improving living conditions of children by strengthening family skills in the care process and educate according to the guidelines present the program. Was carried out desk research and field, the latter having occurred during the period November 2009 to February 2010. We used a qualitative approach with quantitative nuances. Data were collected at first, with 59 subjects in charge of children treated at Children's Educational Center in Fortaleza, through structured interviews with open and closed questions. In the second step, we apply in-depth interviews with seven individuals selected based on predefined criteria, in which the diversity of situations of families was seen. Quantitative data were treated descriptive, using frequency absolute and relative simple table, frames, crosses and benchmarks. Qualitative data were discussed in light of a comprehensive analysis, drawing on individuals' words and authors that discuss and theorize family and public policy. The results show the boundaries that separate the family thought the program and the reality of the family lived. These distances can be identified in the characteristic features of the profile of households, where poverty associated with low education and income, preventing them from exercising most of its teachings, the example of offering a diversified diet to his offspring to enjoy the basic conditions of hygiene, comfort, leisure and citizenship. Otherwise, some teachings are really close to these families, because the public health policies associated with the criteria of welfare programs of income transfer, has already committed to accountability in these families enrolling children in school, vaccinate their children obeying calendars vaccination, to submit to prenatal care, and breastfeed the newborn. The family members who assume responsibilities are directly related to objective conditions of the daily struggle for survival. Thus, your chances are restricted by these and many other factors that are intertwined, making them the conditions of care and educate their children, as the program suggests.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Nível de Escolaridade do Informante (%)	68
Gráfico 2 - Tipo de Construção (%)	71
Gráfico 3 - Tipo de Moradia (%)	72

LISTA DE MAPA

Mapa 1 - Mapa da Cidade de Fortaleza por Região Administrativa	63
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Entrevistados – Critério de Seleção dos Informantes	80
Quadro 2 - De acordo com o Perfil, o que Aproxima e o que Distancia o Sujeito do Programa	105
Quadro 3 - Tema: Planejamento Familiar: A Importância de Planejar o Nascimento do Filho	106
Quadro 4 - Tema: Pré-Natal: A Importância de a Gestante Fazer o Pré-Natal	107
Quadro 5 - Tema: O Parto (os Tipos de Parto, o Direito de a Gestante ser Acompanhada na Hora do Parto pelo Marido ou por Alguém da Família)	108
Quadro 6 - Tema: Saúde do Bebê, Aleitamento Materno (Amamentação)	109
Quadro 7 - Tema: Vacinas (Calendário, Cartão da Criança): A Importância das Vacinas	110
Quadro 8 - Tema: Registro Civil de Nascimento: A Importância do Registro Civil de Nascimento para os Entrevistados	111
Quadro 9 - Tema: Licença-Maternidade: O Significado de Gozar Licença- Maternidade para os Entrevistados	112

Quadro 10 - Tema: Brinquedo e Brincadeiras: O Significado do Brinquedo, das Brincadeiras, o Uso da Televisão, o Uso de Parques e Praças Públicas nas Falas dos Entrevistados	113
Quadro 11 - Tema: Licença-Maternidade: O Significado de Gozar Licença-Maternidade para os Entrevistados	114
Quadro 12 - Tema: Violência (Doméstica, Urbana, Abuso Sexual)	116
Quadro 13 - Tema: As Práticas Disciplinadoras	118
Quadro 14 - Tema: Proteção e Cuidado	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Bairros onde Moram os 59 Informantes desta Pesquisa	64
Tabela 2 – Dados Socioeconômicos dos Bairros Jangurussu e Paupina	64
Tabela 3 – Cruzamento “Posição do Informante X Estado Civil”	66
Tabela 4 – Cruzamento "Grau de Instrução X Estado Civil" com relação aos 59 Entrevistados	70
Tabela 5 – Número de Cômodos da Moradia	72
Tabela 6 – Número de Membros das 59 Famílias que Recebem Remuneração	73
Tabela 7 – Composição Familiar por Faixa Etária	74
Tabela 8 – Condição das Famílias segundo: Trabalho, Renda e Dependência	75
Tabela 9 – Renda Familiar Mensal (R\$)	76
Tabela 10 – Despesas Mensais Fixas	77
Tabela 11 – O Que o(a) Fez Participar do Programa	98
Tabela 12 - Escolaridade dos que Responderam "Meu Interesse Foi Conhecer Mais sobre Família e os Filhos"	98
Tabela 13 – Cite o que Aprendeu no Programa	100
Tabela 14 – Escolaridade dos que Responderam "Aprendi como Educar e Acompanhar os Filhos"	101
Tabela 15 – O que Aprendeu está Pondo em Prática?	102
Tabela 16 – Escolaridade dos que Responderam “Estou Pondo em Prática Conversar e Brincar Mais com os Filhos e Valorizar a Família”	102
Tabela 17 – Por que Recomenda que Outras Pessoas Participem do Programa?	103

LISTA DE SIGLAS

CEI – Centro de Educação Infantil

COMEPE – Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Ceará

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

DN – Diário do Nordeste

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ESP – Escola de Saúde Pública do Ceará

FEBEMCE – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Ceará

FECOP – Fundo Estadual de Combate a Pobreza

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IRA – Infecção Respiratória Aguda

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MEC – Ministério da Educação e Cultura

ONG – Organização Não-Governamental

PACS – Programa Agentes Comunitários de Saúde

PFBF – Programa Família Brasileira Fortalecida

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROINFANTIL – Programa Nacional de Formação Inicial para Professores em exercício na Educação Infantil

PSF – Programa Saúde da Família

SAM – Serviço de Assistência à Infância

SAS – Secretaria de Ação Social

SEDUC – Secretaria de Educação do Ceará

SEPLA – Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento

SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará

SER – Secretaria Executiva Regional

SETAS – Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado do Ceará

SIB – Situação da Infância Brasileira

STDS – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UVA – Universidade Estadual do Vale do Acaraú

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1: FAMÍLIA, CRIANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS	21
1.1 Uma Discussão sobre Família	21
1.2 Interfaces entre Criança e Família	29
1.3 Políticas Públicas Voltadas à Garantia de Direitos	36
CAPÍTULO 2: A TRAJETÓRIA DO PROGRAMA FAMÍLIA BRASILEIRA FORTALECIDA	40
2.1 O UNICEF e as “Competências Familiares” no Brasil e no Ceará	40
2.2 A implantação do Programa Família Brasileira Fortalecida em Fortaleza	47
CAPÍTULO 3: CONHECENDO BEM DE PERTO AS FAMÍLIAS DO PROGRAMA	54
3.1 Preâmbulo	54
3.2 O Percurso Metodológico	57
3.3 Um Perfil das Famílias Participantes do PFBF	63
3.4 Histórias de Vida dos Participantes do PFBF	79
CAPÍTULO 4: AVALIANDO O PROGRAMA COM AS FAMÍLIAS	97
4.1 A Participação e o Aprendizado das Famílias no PFBF	97
4.2 Uma Análise do Conteúdo do Programa	104
4.3 A Família Pensada (pelo UNICEF) e a Família Vivida	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	130
APÊNDICES	137
ANEXO	146

INTRODUÇÃO

Recente pesquisa divulgada pelo jornal Diário do Nordeste destaca a falta de políticas públicas como condicionante à ocorrência de infrações contra crianças e adolescentes em Fortaleza, no Ceará. Com o título “Omissão que induz ao crime”, a matéria traz alguns destaques relevantes para contextualizar este estudo, a saber:

Quando mães em situação de miséria quase absoluta, sem o benefício de políticas públicas que garantam os direitos básicos do ser humano, saem de casa para trabalhar e deixam seus filhos sozinhos sob cuidados de uma criança mais velha, cometem o ‘crime do abandono de incapaz’ e podem cumprir pena de seis meses a três anos de detenção, além de correrem o risco de perderem a guarda dos filhos. (GONÇALVES, 2009, p. 13).

Desconhecendo a lei e vivendo o cotidiano da pobreza e da miséria, as mães não compreendem que deixar os filhos pequenos em casa sob a guarda de outras crianças maiores seja uma prática criminosa, pois precisam trabalhar para não verem seus filhos morrerem de fome e inanição. Também não compreendem que seus filhos têm o direito à acolhida pelos centros de educação infantil, onde a “guarda dos filhos” pelo Estado, em regime de oito horas/dia, deveria ser promovida e disponibilizada como um direito, conforme a matéria:

Em Fortaleza, os seus Conselhos Tutelares recebem, em média, 45 denúncias mensais sobre a questão. E os números tendem a crescer com o fechamento de 49 das 87 creches que pertenciam ao Estado e agora estão sob a gerência do município. Apenas 38 assinarão convênio com a Prefeitura. (GONÇALVES, 2009, p. 13).

O retraimento do poder público, seja estadual ou municipal, na efetivação de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos das crianças e das famílias empobrecidas tende, indiscutivelmente, a promover o agravamento dos problemas sociais e a ampliação dos indicadores de violência contra crianças e adolescentes. O “abandono de incapaz” é apenas mais uma dentre tantas outras vulnerabilidades a que crianças pobres e suas famílias estão submetidas. Ressalta a reportagem que:

O Núcleo de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, ligado à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Ceará (STDS) registra, entre janeiro e março de 2009, a ocorrência de 144 casos de negligência familiar pelo 'abandono de incapaz', além da violência psicológica por deixar o filho preso em casa sem a presença de um adulto, com mais de 19 denúncias. (GONÇALVES, 2009, p. 133).

O referido núcleo tem a finalidade de exercitar a proteção social especial por meio da busca ativa de resolutividade das denúncias de atos de violência praticados contra crianças e adolescentes no Estado.

A questão é grave. Mesmo com a reabertura de creches, a demanda por vaga é muito grande. Existem creches cujo convênio contempla 60 crianças e já tem inscritas 88. Ou seja, 28 delas ficarão sem ter onde ficar e as mães com um dilema [...] sem poder comprovar que a criança está na creche ou escola, as mães perdem o direito de receber o recurso do Programa Bolsa Família porque o primeiro requisito para acesso e permanência no cronograma de desembolso mensal do Bolsa Família é justamente a comprovação de que a criança esteja regularmente matriculada e freqüentando creche ou escola. (GONÇALVES, 2009, p. 13).

A matéria jornalística se refere à gravidade da pouca oferta de creches para atendimento à demanda, o que é uma realidade. Entretanto, além da quantidade verificam-se outros problemas no que se refere à qualidade do atendimento, a começar pela própria infraestrutura de espaços físicos destinados ao funcionamento dessas creches, até a qualificação dos profissionais que nelas são lotados. Outra agravante é a correlação entre a obrigatoriedade de a criança estar na creche como critério adotado por diferentes programas sociais e os investimentos públicos para a criação e manutenção dessas unidades.

A questão não pode ser vista apenas como caso jurídico e sim como problema social gravíssimo: a mãe, nesse caso, depois de buscar alternativa, não pode ser simplesmente enquadrada com um processo nas costas [...] a sociedade precisa pressionar o poder público para a garantia de políticas públicas para essa camada da população. (GONÇALVES, 2009, p. 13).

Neste contexto, entende-se, *a priori*, que o retraimento do Estado com vistas ao projeto neoliberal¹ atribuiu às famílias responsabilidades alternativas de proteção social. Conforme aponta Gueiros (2002), à medida que o Estado restringe sua participação na solução de questões de determinados segmentos, como, por exemplo, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiências e com problemas crônicos de saúde, a família tem sido chamada a preencher essa lacuna, sem receber dos poderes públicos a devida proteção e assistência para tanto. (GUEIROS, 2002).

É neste cenário de grandes desafios para as famílias pobres de Fortaleza, cuja problemática exige do poder público a adoção de políticas públicas capazes de atender suas demandas, que se desenvolve este trabalho.

O objetivo é avaliar o Programa Família Brasileira Fortalecida, em Fortaleza (PFBF) verificando em que medida o mesmo promove a melhoria das condições de vida das crianças por meio do fortalecimento das famílias, no processo de cuidar e educar, conforme presente em suas diretrizes.

O PFBF é uma parceria entre o Governo brasileiro (a cargo do Ministério de Educação), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)² e organizações da sociedade civil, tendo como objetivo, nos termos do próprio Programa, o desenvolvimento de competências familiares com vistas ao desenvolvimento integral de meninas e meninos. Sua intenção é “fortalecer as famílias sob o enfoque dos direitos”. O Programa tem como objetivo formar educadores – agentes comunitários de saúde, professores e líderes comunitários – para repassarem às famílias os conteúdos veiculados em material didático que

¹No âmbito deste estudo não cabe discutir o neoliberalismo. Entretanto, no intuito de esclarecer, grosso modo, ao que estamos nos referindo, e conforme aponta Gueiros (2002), indicaremos apenas alguns de seus aspectos principais: enfraquecimento do Estado no que se refere a gastos sociais, fim do pleno emprego, desmantelamento dos sindicatos e aprofundamento das desigualdades sociais.

²O UNICEF foi criado em 1946 como um fundo de emergência das Nações Unidas pela infância pós-Segunda Guerra Mundial. Segundo documentos oficiais, sua principal missão é assegurar que cada criança e cada adolescente tenham seus direitos integralmente cumpridos, respeitados e protegidos. Presente em 155 países, o UNICEF atua no Brasil em parceria com os governos, sociedade civil, grupos religiosos, mídia, setor privado e outras organizações internacionais, para defender os direitos de meninas e meninos brasileiros. (UNICEF, 2010).

compõem um *kit* de formação. Esse *kit* contém cinco livros (designados álbuns), cada qual destinado a uma etapa do desenvolvimento da criança, exceto o primeiro, dedicado aos cuidados de saúde que antecedem o nascimento da criança. Assim, sumariando: álbum 1º: pré-natal, parto e pós-parto; 2º: o primeiro mês de vida; 3º: a criança do 2º ao 12º mês de vida; 4º: a criança de 1 a 3 anos; 5º: a criança de 4 a 6 anos. Cada álbum é composto de pequenos módulos abordando um tema ou aspecto do desenvolvimento específico.

Este Programa foi implementado em Fortaleza nos Centros de Educação Infantil (CEIs), mantidos pelo Estado através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Criança (UNICEF), tendo como público-alvo mães ou responsáveis por crianças atendidas nos CEIs, no período de 2006 a 2008.

O meu interesse pelo tema em destaque não se deu ao acaso, mas, sim, está relacionado à minha prática profissional de quase trinta anos, iniciada na extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA) e depois na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Ceará (FEBEMCE), hoje Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), como Técnica em Assuntos Educacionais, atuando em diferentes espaços educativos, precisamente com crianças de zero a seis anos. Mais recentemente, a partir de 2006, esse interesse adquiriu maiores proporções pela minha vinculação ao Programa Família Brasileira Fortalecida, tendo participado de sua implantação nos Centros de Educação Infantil na cidade de Fortaleza.

A questão abordada neste trabalho é: em que medida o Programa Família Brasileira Fortalecida promove mudanças no cotidiano das famílias quanto ao cuidado e à educação de suas crianças?

A partir dos elementos expostos, este estudo tem como objetivo central avaliar o Programa Família Brasileira Fortalecida, verificando em que medida promove a melhoria nas condições de vida das crianças, por meio do fortalecimento das competências familiares, no processo de cuidar e educar conforme suas diretrizes. Pretendo, ainda, especificamente, identificar o perfil das famílias participantes do Programa; verificar a compreensão dos participantes do Programa quanto ao seu papel de cuidar e educar suas crianças e conhecer as restrições e potencialidades para o desenvolvimento infantil a partir do fortalecimento das famílias.

Para tanto, realizei uma pesquisa numa abordagem qualitativa com nuances quantitativas, no primeiro momento, com a aplicação de 59 questionários com mães ou responsáveis por crianças atendidas nos CEIs, mantidos pelo Estado até 2008³, localizados em diversos bairros, atingindo as seis regiões administrativas da capital – Secretarias Executivas Regionais (SERs), mais precisamente com famílias inseridas no PFBF.

O segundo momento da pesquisa se deu com a realização de entrevista em profundidade com sete sujeitos selecionados, sendo mães ou responsáveis por crianças que participaram do Programa, além de entrevista com a oficial de Projetos do UNICEF para o Ceará e o Rio Grande do Norte, e com a coordenadora do Programa Família Brasileira Fortalecida (PFBF).

A relevância deste estudo situa-se em sua própria razão central, que é a de verificar se os programas institucionais, voltados para o fortalecimento das famílias em condições de pobreza e vulnerabilidade, contribuem para a melhoria das condições de cuidar e educar as crianças.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo é feita uma análise à luz de variados enfoques teóricos quanto às interfaces família, criança e políticas públicas, categorias analíticas que ensejam ampla complexidade de compreensão para este trabalho.

No segundo capítulo é apresentada a trajetória do Programa Família Brasileira Fortalecida, desde o início de sua concepção até ser implantado e operacionalizado nos Centros de Educação Infantil de Fortaleza, vinculado ao Programa de Atendimento à Primeira Infância, mantido pelo Estado até 2008, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS).

No terceiro e quarto capítulos apresento a análise dos resultados da pesquisa desenvolvida, com vista a realizar a avaliação do Programa. No terceiro

³ O ano de 2008 foi o prazo limite estipulado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - nº 9394/96, estabelecendo que a educação infantil fosse desvinculada da responsabilidade da política de Assistência Social sob a coordenação do Estado e passasse a integrar o Sistema de Educação Municipal.

capítulo descrevo o percurso metodológico utilizado e o campo onde se desenvolveu a pesquisa, o perfil dos sujeitos participantes do Programa e algumas histórias de vida (do Luís, da Mazé, da D. Raimunda, da Fátima, da Maria, da Luiza e da Joana). No quarto capítulo apresento elementos para uma avaliação compreensiva⁴, demonstrando o que Programa pensa (preconiza) e o que realmente as famílias fazem (vivem) no tocante ao conteúdo transmitido a elas pelo Programa.

Por fim, nas considerações finais apresento os resultados obtidos quanto à avaliação do PFBF, destacando que os mesmos permitem a compreensão das relações entre o Programa, às famílias e as políticas públicas no atual contexto.

⁴ Segundo Silva (2008), avaliação compreensiva é a que combina análise de processo e de impacto em decorrência da implementação de determinado programa. Estabelece, ainda, relações do processo e dos impactos com os objetivos previamente definidos, procurando também identificar as causas que interferiram na implementação, buscando compreender a conexão entre insumos e mudanças, isto é, o que está acontecendo e por quê. Objetiva entender os efeitos de um programa mais que avaliar metas propostas e alcançadas.

CAPÍTULO 1: FAMÍLIA, CRIANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao direcionar o olhar sobre as produções teóricas relativas às categorias família, criança e políticas públicas, encontrei um vasto material de natureza sociológica, antropológica, psicológica, pedagógica, filosófica e jurídica capaz de fundamentar teoricamente este trabalho. Partindo desse material realizei a problematização das três categorias analíticas que vão nortear as discussões ao longo de todo este estudo.

1.1 Uma Discussão sobre Família

Considerando-se que a preocupação com a família como objeto de pesquisa na atualidade está entre um dos temas mais discutidos pelos profissionais das ciências humanas, o foco de discussão sobre essa temática tem se orientado por diferentes perspectivas, envolvendo uma multiplicidade de fatores (históricos, culturais, sociais, econômicos, políticos e psicológicos), tornando-o polêmico e complexo.

Em face de sua complexidade, estudar a instituição família desperta interesse devido às várias modificações por que tem passado ao longo dos tempos, em função das mudanças ocorridas nas sociedades, o que favorece uma diversidade de olhares do ponto de vista histórico e sociocultural.

Família é um termo que ao longo da história obteve diferentes conceituações, de acordo com a visão de vários teóricos que ressaltam a importância de defini-la. Seria, grosso modo, no imaginário social, um grupo de indivíduos ligados por laços de sangue e que habitam a mesma casa. Entretanto, há dificuldades de se definir família, cujo aspecto vai depender do contexto sociocultural em que a mesma está inserida. Para Bruschini (1990, p. 30), em cujo conceito se apoia este estudo, família:

é um conjunto de pessoas ligadas por laços de sangue, parentesco ou dependência, que estabelecem entre si relações de solidariedade e tensão, conflito e afeto. Não se trata de um grupo harmonioso e sereno voltado apenas para satisfação de necessidades econômicas, mas sim de uma unidade composta de indivíduos de sexos, idades e posições diversificadas, que vivenciam um constante jogo de poder que se cristaliza na distribuição de direitos e deveres.

Em uma tentativa de superar algumas limitações, convém destacar significativas contribuições de estudiosos sobre família, na perspectiva de desmistificar sua ideia de naturalidade e de percebê-la como criação humana, mutável ao longo dos tempos. (BRUSCHINI, 1990).

Aceitar a família como objeto de estudo exige que o pesquisador se liberte dos preconceitos e das pretensões de universalidade, pois qualquer conceituação sobre esta categoria analítica estará fadada a se tornar uma abstração e não corresponder à realidade histórica. De acordo com Mello (2003, p. 53), “embora para o senso comum a representação de família seja compreensível, ela não é idêntica”. Esta premissa se traduz nas análises de diversos autores.

Na gênese das produções teóricas clássicas sobre família, os estudos de Engels, iniciados por volta de 1884, apresentam-se como um marco ao identificarem contradições na ideologia burguesa que afirmava a relação intrínseca entre o modo de produção capitalista e a família monogâmica patriarcal.

Segundo Engels (2006), em sua origem a palavra família não se aplicava sequer ao um par de cônjuges e aos seus filhos. *Famulus*, do latim, quer dizer escravo doméstico e família é o conjunto de escravos domésticos pertencentes a um mesmo homem. Tal expressão foi criada pelos romanos para designar um novo organismo social cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos com direito de vida e morte sobre eles.

Ao elaborar uma análise sobre a dinâmica histórica familiar, Engels (2006) procurou mostrar que, nas primeiras organizações da sociedade, a família não existia, havia apenas um grupo comunal, e que o seu surgimento se deu por ocasião da constituição da propriedade privada, quando esta se torna uma unidade com funções econômicas, tendo em vista as mudanças de ordem política e econômica ocorridas na sociedade.

Engels (2006) analisou as relações de parentesco com o desenvolvimento das forças produtivas, procurando destacar as transformações na família patriarcal monogâmica, identificando o surgimento de uma nova forma familiar. Para este autor, a origem da autoridade patriarcal estaria associada à propriedade e ao domínio do masculino exercitado no interior da vida doméstica, onde os demais se submetiam às normas ditadas pelo senhor, de modo tradicional e indiscutível.

Houve, assim, uma transformação na relação homem-mulher, e o lar passa a ter um caráter privado, provocando o nascimento da família monogâmica. Para o referido autor, a família monogâmica é algo essencialmente burguês que, através do controle do corpo da mulher, tem por objetivo manter a propriedade.

Ariès (2006), em sua análise histórica, aponta, no contexto histórico do Antigo Regime francês, nos séculos XVI e XVII, uma descrição do sentimento de família nas classes privilegiadas, destacando a separação entre o público e o privado, e evidenciando que as famílias se organizavam em um ambiente mais íntimo, mais homogêneo, isoladas das classes desfavorecidas, sendo considerada a privatização da vida familiar um fenômeno burguês. Há uma valorização do sentimento de infância, sobretudo ligado à área dos afetos, fundamental para a constituição da família moderna, por volta do século XVIII. De acordo com Ariès (2006) até o século XV, a família:

era uma realidade moral e social, mais do que sentimental. Nos meios mais ricos, a família se confundia com a prosperidade do patrimônio, a honra do nome. A família quase não existia sentimentalmente entre os pobres, e quando havia riqueza e ambição, o sentimento se inspirava no mesmo sentimento provocado pelas antigas relações de linhagem.

As ideias de Ariès (2006) estão relacionadas à realidade da França, mas convergem à realidade brasileira com as devidas peculiaridades que marcam a história nacional. Ressalta-se o aspecto singular dessa abordagem, pois, ao contrário dos países europeus, não existiu o regime feudal no Brasil, marcado pela fragmentação política e por uma ordem social pautada na ideia de linhagem (estabelecendo extenso vínculo de parentesco). Tais elementos são centrais nas observações de Ariès (2006) e refletem diretamente sobre o conceito de família. Aqui, a escravidão de negros africanos e a relação de dependência entre colônia e metrópole exemplificam a diferente organização social e política comparada à

existente nos países europeus, situação que reflete a realidade brasileira (ARIÈS, 2006 apud OSTERNE, 2001).

No campo da psicanálise os estudos da dominação patriarcal encontram em Freud referências que vieram a influenciar vasta produção posterior, a partir da hipótese da rebelião antropológica primordial do assassinato do pai autoritário e despótico da horda primitiva que tomava para si todas as mulheres do grupo. O crime teria ficado marcado na memória coletiva dos filhos, vinculando a sexualidade ao sentimento de culpa e à dor provocada pela ausência paterna, simultaneamente fonte de proteção e castração psíquica. (CANEVACCI, 1985).

Embora Freud (1984) não tenha elaborado uma teoria sobre a família, esta assume importante dimensão em seus estudos ao descrever a sexualidade infantil, quando destacou o impacto da estrutura familiar na formação da personalidade e no estabelecimento dos vínculos afetivos e emocionais. Tomando a família burguesa norte-americana como paradigma de análise, disseminou a ideia de que esse modelo seria eterno e universal. Este pensamento influenciou a disseminação da ideologia da família nuclear assimétrica e da importância vital do vínculo afetivo entre mãe e filho para o processo de socialização da criança (FREUD, 1984 apud OSTERNE, 1991).

A reflexão histórica sobre família, desenvolvida por Malinowski (1985), diferencia-se das demais porque tomou como referência uma sociedade tribal. Estudou o comportamento sexual de crianças e adolescentes nas tribos *trobriand* da Melanésia, onde, segundo o autor, predominava o matriarcado, a democracia do trabalho e a regulação não repressiva dos jogos amorosos. A partir de seus achados se contrapôs à ideologia da família ocidental burguesa como organização patriarcal da sexualidade. (MALINOWSKI, 1985).

Fromm (1983), em seus estudos na área da psicologia desenvolvidos em meados de 1930, agregou novos elementos à compreensão da família. Em sua concepção a família funcionaria como filtragem da violência objetiva das relações sociais. Na interiorização da obediência familiar se forjaria um sistema hierárquico e autoritário desde a infância, predispondo a debilitação inconsciente do ego. (FROMM, 1983).

Ao compreender a família como espaço onde se dá a filtragem da violência objetiva das relações sociais, “essa abordagem se mostra restrita, por não perceber que na família também podem ser geradas diferentes formas de violência entre seus próprios integrantes.” (VICENTE, 2010, p. 47).

Considerando o homem enquanto ser social, sua ética e cotidianidade, Agnes Heller (2008) desenvolve estudo onde a família assume importância como comunidade fundamental para a existência humana. Heller (2008) destaca que a construção de uma vida pautada na felicidade é um compromisso de cada ser humano e, especialmente, da família que seria, enfim, o “porto seguro” onde se poderia vivenciar e desfrutar o sentimento de pertencer. A concepção de família desenvolvida por Heller (2008), nesses termos, não supõe a desagregação familiar pelo conflito entre as partes, que muitas vezes se mostra insolúvel, afastando seus membros pela impossibilidade de reconciliação. Heller (2008) coloca a família como possibilidade sempre renovada de soluções de conflitos humanos cotidianos e de realizações, mesmo nas situações mais adversas.

As produções teóricas até aqui discutidas foram pensadas tendo como cenário diferentes sociedades e tempos distintos. Interessa, também, neste estudo, examinar as produções teóricas voltadas para a compreensão da família brasileira, cujo percurso se inicia pelo Brasil Colônia até os estudos mais recentes, dedicados à realidade da família brasileira contemporânea.

Falar sobre estudos da família no Brasil remete às contribuições de Freyre (2006), em *Casa Grande e Senzala*, onde o autor apresenta elementos do seu perfil no período colonial ligados ao sistema econômico da época.

Em Freyre (2006), a casa grande se completa com a senzala, representando um sistema econômico, social e político. Assim, a casa se instala nas regiões coloniais de imensas propriedades agrárias, onde os engenhos de açúcar, as fazendas de criação ou plantação de café mantinham-se por meio da incorporação de novos membros, quase sempre parentes, legítimos ou ilegítimos. Conforme aponta Freyre (2006):

A casa grande completada pela senzala representa um sistema econômico, social e político: de produção (monocultura e latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangui, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família com capelão subordinado ao “*pater famílias*”; culto aos mortos, etc.); da vida sexual e de família (o patriarcalismo poligâmico); [...] de política (o compadrismo). Foi ainda a fortaleza, o banco, o cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia, amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos.

Nesse estilo de família brasileira colonial pairava uma rígida hierarquia com distribuição de papéis bem definidos, sendo evidente o controle da sexualidade feminina e a regulamentação da procriação atrelada à herança e à sucessão. Os casamentos eram definidos por conveniência, entre grupos econômicos onde aos homens era permitida a busca da satisfação sexual fora do casamento, sendo comum a proliferação dos filhos bastardos.

Ainda sobre a família brasileira patriarcal, Antônio Cândido apud Fukui (1986) identifica que esse modelo prevaleceu do século XVI até o século XIX e que dele deriva toda a formação social do País, caracterizando-a como:

[...] um vasto grupo de parentes, compreendendo dupla estrutura: uma legal, regida por padrões de interesses e voltada para conservação do patrimônio; outra regida por padrões afetivos, regulando a vida de um vasto grupo doméstico que inclui, além do pai, mãe e filhos, parentes, empregados, escravos e mais uma larga periferia de trabalhadores livres, ligados pelo trabalho à vida da fazenda. Trata-se de uma família extensa, de tipo patriarcal, onde predomina a autoridade do pai ou patriarca. (FUKUY, 1986, p. 38).

Repensando a família patriarcal brasileira, Correa (1994) questiona Gilberto Freyre e seus seguidores sugerindo que a forma de organização familiar predominante no Brasil Colônia não é suficiente para dar conta da realidade histórica do período. Ela acredita que a família patriarcal descrita por Freyre não existiu sozinha:

Na verdade, a matriz da família patriarcal, com sua ética implícita dominante, divulgou-se por todas as outras formas de organização familiar, tanto na família dos escravos e dos homens livres em momentos mais remotos, quanto na família conjugal moderna. (CORREA, 1994).

A partir dos elementos expostos, é possível destacar que, no campo das produções teóricas brasileiras sobre a concepção de família, existe uma discussão

polêmica entre diferentes estudos. Percebe-se, entretanto, uma uniformidade no pensamento dos diferentes autores aqui citados, ou seja, para eles, a família é importante na formação sociopolítica da sociedade brasileira.

Estudos mais recentes sobre família afirmam que, no meio das turbulências, a família empenha-se em reorganizar, na sociedade pós-moderna, aspectos de sua realidade que o caráter sociocultural vai desgastando. Identificam, também, indícios e evidências de uma surpreendente vitalidade do ideal familiar. Petrini (2003, p. 60) afirma: “A família encontra novas formas de estruturação que, de alguma maneira a reconstitui, sendo reconhecida como uma estrutura básica permanente da experiência humana e social.”

Contudo, na compreensão deste estudo a família brasileira contemporânea constitui um fenômeno social que se constrói e se reconstrói numa permanente transformação delineada entre a diversidade e a história, onde os fatos vão se definindo no interior da dinâmica social. Não podemos, nesse contexto, pensar em colocar a família nos padrões de um modelo universal, conforme Sarti (2000, p. 43):

No mundo contemporâneo, as mudanças que vêm ocorrendo na família relacionam-se com a perda do sentido da tradição. Desse modo, o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, antes vivenciados a partir dos papéis pré-estabelecidos, hoje são concebidos como parte de um projeto em que a individualidade prevalece e adquire importância social, situando como problema atual a necessidade de compatibilizar a individualidade e a reciprocidade familiares. As pessoas parecem estar querendo aprender a serem sós e a serem juntas.

Nesse cenário de mudanças, é preciso compreender os novos arranjos familiares, as novas características e funções que a família assume na atualidade. Dentro da dinamicidade e dos mais diferentes contornos que ilustram o pensamento sobre a família brasileira contemporânea, situam-se, especificamente, aquelas que vivenciam a situação de pobreza, agrupando-se para viabilizar suas condições de sobrevivência. As condições socioeconômicas e a instabilidade familiar estabelecem uma relação bastante forte e passam a exercer uma influência direta na situação de vulnerabilidade da família pobre que, sem condições de responder de forma satisfatória às demandas de seus membros, e mais especificamente das crianças, lançam mão de programas sociais para este fim. (SARTI, 2000).

Para Sarti (2009), o lugar das crianças nas famílias pobres depende da capacidade destas famílias de cumprirem as etapas do seu desenvolvimento como família sem rupturas, permitindo que as crianças se mantenham no mesmo núcleo familiar. Sarti (2009) diz que nos casos de instabilidade familiar “as crianças passam a não ser uma responsabilidade exclusiva da mãe ou do pai, mas de toda uma rede de sociabilidade em que a família está envolvida.” (SARTI, 2009, p. 77).

Mas, pergunta Petrini (2003), como esperar mais solidariedade entre as pessoas desta rede se o ambiente social e cultural não valoriza a instituição na qual estas atitudes deveriam ser cultivadas? Para este autor, a preservação e valorização da família interessam não só à sociedade, mas também ao Estado. Cabe ao Estado regulamentar, sustentar, estimular as intervenções a favor da família, garantindo que suas necessidades sociais sejam efetivamente enfrentadas e resolvidas, sem, no entanto, se sobrepor às famílias que possam fazê-lo de forma autônoma.

Segundo Petrini (2003), a valorização da família pela sociedade contemporânea passa pelo reconhecimento de sua “cidadania”. Promover a cidadania da família significa caminhar em direção a uma real democracia, feita de solidariedade, participação e autonomia das pessoas. Petrini (2003, p. 85) diz ainda que:

A família é sujeito social, porque precede o Estado, porque intermedia as relações entre indivíduos e a coletividade, porque vive e difunde ao seu redor um projeto de vida baseado na solidariedade entre as gerações e entre os sexos, porque as relações familiares são geradoras de formas comunitárias de vida no território.

Muito embora todas as transformações contemporâneas que determinam diferentes modos de ser, estar e agir entre as pessoas, as famílias persistem mantendo traços simbólicos de apoio interpessoal, mesmo que sob as mais diferentes formas e arranjos determinadas pelo seu caráter histórico e não universal. Tal permissão orienta este estudo, que se volta, a seguir, para a compreensão da criança no contexto familiar histórico e em diferentes sociedades.

1.2 Interfaces entre Criança e Família

A compreensão do ser criança é interesse deste estudo e, para fundamentar este entendimento, direciona um olhar sobre produções teóricas mais significativas sobre o tema. É importante considerar, a princípio, que as condições de vida infantil estão diretamente relacionadas a uma série de circunstâncias e fatores onde a família, o Estado e a sociedade exercem papéis determinantes, ainda mais quando essa criança venha a nascer ou tenha nascido em uma família que enfrenta situações de vulnerabilidade social provocadas pela pobreza.

Assim considerando, discutirei a próxima categoria selecionada como fundamento teórico para esta pesquisa, na busca de referências para a compreensão da criança no contexto contemporâneo, notadamente nas famílias brasileiras empobrecidas.

Feitos estes esclarecimentos, desenvolverei uma retomada histórica de produções científicas sobre o conceito de criança como ser político, em diferentes sociedades, o que vai nortear o entendimento contemporâneo desse conceito na sociedade brasileira, e mais especificamente no Ceará, em sua capital Fortaleza, universo onde vivem as famílias e as crianças tomadas como sujeitos desta pesquisa.

A visão de infância como uma etapa do desenvolvimento do ser humano, que tem características próprias, bem definidas, é uma ideia moderna. Ela surge no contexto social e histórico da modernidade com a redução dos índices de mortalidade infantil, graças ao avanço das ciências e às mudanças econômicas. Estudos sociológicos sobre a infância, a forma como é percebida e como a sociedade se relaciona com ela, têm afirmado que ela é, enquanto categoria social, uma ideia moderna, construída histórica e socialmente. Esta afirmativa é destaque nas obras de Ariès (2006); Charlot (1983); Kuhlmann Junior (1997) e outros.

A concepção de criança aparece como marco na literatura sociológica a partir dos estudos de Ariès (2006), em sua obra clássica “História Social da Família e da Criança”, onde resgata a significação das duas categorias família e criança desde a Idade Média até os tempos modernos. No entender de Ariès (2006), a criança, na concepção medieval, em um primeiro momento, foi considerada sem importância,

como um ser de tamanho reduzido, sendo, portanto, indiferente aos olhos dos adultos. Até o século XIV, as crianças permaneciam no anonimato.

A diferenciação do olhar adulto para a criança segue estas etapas: da indiferença a um objeto de divertimento; e, mais tarde, a criança passou a ser vista como um ser puro e inocente num tempo de expressão dos movimentos moralistas ligados à Igreja e às leis do Estado. (ARIÈS, 2006).

Segundo Ariès (2006), somente no século XV as crianças (especialmente os meninos) passaram, gradativamente, a ser educadas em escolas. A atenção começa a se concentrar nelas, garantindo-lhes, entre outras coisas, a transmissão de conhecimentos de uma geração a outra por meio da sua participação na vida dos adultos.

Para Kuhlmann Junior (1997), pensar a criança na história significa considerá-la como sujeito histórico. Isso requer compreender o que se entende por sujeito histórico. Para tanto, é importante perceber que as crianças concretas, na sua materialidade, no seu nascer, no seu viver ou morrer, expressam a inevitabilidade da história e nela se fazem presentes, nos seus mais diferentes momentos. A compreensão da criança como sujeito histórico exige entender o processo histórico como muito mais complexo do que uma equação do primeiro grau, em que duas variáveis de estrutura explicariam tudo. (KUHLMANN JUNIOR, 1997).

Charlot (1983), em seu livro “A mistificação pedagógica”, faz um contraponto sobre a imagem da criança no pensamento pedagógico e a ideia de infância como conceito pedagógico de base, declarando que a noção de infância não é uma noção pedagógica primeira, mas uma noção derivada, ou seja, a teoria da educação não é fundamentalmente uma teoria da infância, mas, sim, uma teoria da cultura e de suas relações com a natureza humana: “[...] a pedagogia não considera a educação a partir da criança, mas a criança a partir da educação concebida como cultura; a imagem da criança traduz a concepção da natureza humana, de seu desdobramento e de sua cultura”. (CHARLOT, 1983, p. 99).

Segundo Tedrus (1998), a categorização social da criança remete à discussão dos atributos culturais no sentido de se localizar as maneiras pelas quais são socialmente apropriados e utilizados, em outros contextos, elementos que

formam a categoria criança. As construções e os elementos que formam e conformam todo um *corpus* de concepções sobre a criança têm certa flexibilidade, permitindo, porém, o uso de alguns de seus elementos em outros contextos, mas guardando parcialmente o significado, afirmando que:

“ser criança” como uma categoria construída, implica em um indivíduo estar incluído não somente em uma faixa etária de zero a 12 anos, digamos, mas partilhar de um modo de ser, de agir, de existir, de sentir, de falar, ou, de um “estado de espírito” que são históricos e culturais. (TEDRUS, 1998, p. 38).

Considerando este traçado teórico, a concepção de criança como uma construção histórica e cultural, que apresento como fundamento deste estudo, passa pelo direito que esta tem de viver cada momento como um tempo único, com desejos e necessidades próprias, de participar das ações feitas e pensadas para o seu grupo como direito, como forma de fazer-se, de ser, como um sujeito de direitos, conforme considera Dias (2002, p. 29):

[...] como ser cidadão, ainda em formação, com necessidades e direitos – um cidadão que tem uma história e que é parte dela, que vive no mundo, observando-o e tentando entendê-lo, que tem direito a um espaço sistematizado de educação, com propostas pedagógicas adequadas às suas necessidades de desenvolvimento físico, motor intelectual, afetivo, moral, social e político.

Os estudos históricos de Moncorvo Filho (1927) ampliam esta reflexão. Segundo Moncorvo Filho (1927), a política de proteção à infância no Brasil é determinada em três períodos. O primeiro, do descobrimento até 1874, época em que pouco se fazia pela infância, tanto do ponto de vista de atendimento institucional quanto de proteção jurídica. O segundo momento é balizado entre 1874 até 1889, caracterizado, sobretudo, por iniciativas de grupos particulares, mas de restrito alcance diante das crescentes demandas. Até 1874, o atendimento institucional à infância desprotegida ou abandonada no País era limitado à “Casa dos Expostos” ou “Roda dos Expostos” para os abandonados e a Escola de Aprendizes Marinheiros para os pobres e desvalidos maiores de 12 anos.

Segundo Moncorvo Filho (1927), o Código Civil do período relacionava a ideia de “menor delinqüente” ou “criminoso” e adotava a repressão como medida

necessária para a solução dos problemas decorrentes da pobreza e do abandono infanto-juvenil.

No terceiro período, identificado por Moncorvo Filho (1927) como o começo do século XX, inicia-se um movimento, ainda que incipiente, mas animado pela intenção de determinados grupos, de reduzir a apatia que dominava as esferas governamentais quanto aos problemas da infância brasileira que já se mostravam extremos.

Em 1899 foi criado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, com sede no Rio de Janeiro, com o objetivo de atender os menores de oito anos; cuidar da saúde dos recém-nascidos; regulamentar o serviço de amas de leite; velar pelos menores trabalhadores e criminosos; atender crianças pobres, doentes e defeituosas; maltratadas; abandonadas; criar maternidades, creches e jardins de infância. (MONCORVO FILHO, 1927).

As primeiras iniciativas brasileiras identificavam a criança como matriz do homem e redentora do futuro da pátria, desvinculando a referência à sua classe social. Os problemas das crianças destacavam-se de forma homogeneizada, como se existisse uma criança fora do tempo (a-histórica) e do espaço (família e sociedade) com condições de vida invariável.

Constatavam a necessidade de preparar a criança de hoje para ser o homem de amanhã e a necessidade de fortalecer o Estado. Esses dois fatores estão inter-relacionados e percebe-se que tanto a criança quanto o Estado são vistos como categorias neutras e abstratas. (KRAMER, 2003, p. 54).

Quando a sociedade industrial começou a se desenvolver no País, outro problema que perpassa a condição de vida das crianças se destaca: em 1919, 15% da mão-de-obra das indústrias de cerâmica compunham-se de menores de 14 anos. (FALEIROS, 1987).

Por isso mesmo, a degeneração física e moral da infância no Brasil, no começo do Século XX, tornou-se preocupação do movimento libertário que se instaurava na luta pela preservação da criança. As notícias da época denunciavam o definhamento físico dos meninos tanto pela rudeza do serviço como pela deficiência alimentar a que estavam submetidos. Em 1927, o Brasil aprovou o 1º Código de

Menores. Dentre outros determinantes, concebia a idade mínima de 12 anos para ingresso no mercado de trabalho e proibia o trabalho noturno para quem não tivesse atingido os 18 anos de idade. (FALEIROS, 1987).

A criança pobre e sua família passaram a ser objeto de inúmeras ações durante o Governo Vargas (1940-1943). Em 1940, criou uma política de proteção materno-infantil, tendo como meta preparar o futuro do cidadão, de acordo com a concepção de cidadania da época, isto é, a formação do trabalhador como “capital humano” do País através do preparo profissional e do respeito à hierarquia pela educação da criança. (PEREIRA, 1988, p. 18).

No esteio dessa política de proteção infantil, Vargas criou, em 1941, o Serviço de Assistência à Infância (SAM) com a missão de organizar serviços assistenciais, desenvolver estudos e ministrar tratamento aos menores rejeitados e retirados da alçada dos juízes. Manteve-se a cargo da justiça a fiscalização do regime disciplinar e educativo dos internatos, conforme a legislação do período recomendava. (GUSMÃO, 1941, p. 50).

Em 1942, o Governo criou a Legião Brasileira de Assistência (LBA), cujo objetivo incluía a maternidade, a infância e a adolescência. Ao longo de sua trajetória, a LBA foi reestruturando seus serviços para se adequar à realidade de pobreza do País, até que, em 1960, a ênfase volta-se para a participação da comunidade nos problemas assistenciais. (SPOSATI, 2003).

No período pós-1964, época que corresponde ao Regime Militar, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e, ao mesmo tempo, as fundações estaduais. Em 6 de setembro de 1968 foi criada a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor no Ceará. (CEARÁ, 2010).

Após a Constituição de 1988, com o reordenamento da política de assistência social e o processo de descentralização, não cabia mais ao Governo federal executar a assistência social nos estados e municípios. Nessa lógica a LBA foi extinta em 27 de julho de 1995, de acordo com a Medida Provisória (MP) Nº 1.063, art. 19, inciso I.

A FEBEMCE, tal como a LBA e outras instituições públicas que historicamente foram criadas para promover assistência às famílias, crianças e adolescentes empobrecidos e vitimados, passou por processos de reestruturação.

Em 1991, sua estrutura, organização e finalidades foram alteradas pela Lei Nº 11.809, de 22 de maio do referido ano, quando passou a ser vinculada à Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETAS). Em 1999, a FEBEMCE foi extinta e suas atribuições foram incorporadas e assumidas pela SETAS. Em 2003, essa instituição passa a ser denominada Secretaria de Ação Social (SAS), e em 2007 a SAS passa a ser denominada Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS). (CEARÁ, 2010).

Os anos de 1980 se destacam, no campo da atenção à infância, à adolescência e à família no Brasil como período de grandes transformações, conforme aponta Costa (1999): o simples olhar sobre a passagem urbana das grandes e médias cidades brasileiras já apontava uma realidade muito dura: milhares de crianças e adolescentes fazendo das ruas seu espaço de luta pela sobrevivência e até mesmo de moradia.

Nesse cenário, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi aprovado em 13 de julho de 1990, tendo sido compreendido de forma diferenciada pelos estados e municípios, segundo características e peculiaridades de suas respectivas histórias e estruturas sociais. (COSTA, 1999).

Um amplo aparato legal vai se constituindo, como a Lei Complementar à Constituição Federal de 1988. Além do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entra em vigor a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.724, de 07/12/1993. O País vivencia momento de grandes transformações no campo da legislação também nas áreas de saúde e educação, dentre outras esferas vinculadas à execução das políticas públicas nacionais. Todo esse aparato legal conduziu a gestão das políticas públicas voltadas para a criança a transformações em seus pressupostos, objetivos e mecanismos operacionais. (NOGUEIRA, 2004).

Essas transformações procuram adequar o País às exigências e pressões mundiais voltadas à garantia de direitos dos povos excluídos como um requisito indispensável para que o Brasil pudesse adentrar no mundo da globalização da economia. Sentar à mesa de discussões de temas de interesse mundial não seria possível se o Governo brasileiro permanecesse indiferente às questões afetas à má gestão pública que secularmente gerou e agravou as desigualdades econômicas e sociais em todo o País. (NOGUEIRA, 2004).

As nações mais desenvolvidas promoveram verdadeiro “cerco” aos governos dos países considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento e, nesta lógica, a posição do Brasil é de subordinação aos determinantes internacionais, devendo adequar-se às exigências que lhe são impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), dentre outros organismos.

Considerando esse traçado histórico, este trabalho se desenvolve no meio da sociedade urbano-industrial, sendo, portanto, as condições de vida de crianças vivendo com famílias empobrecidas nesse modelo de sociedade contemporânea que interessa aprofundar. Segundo Brandão (1986), no contexto urbano-industrial, diferentemente do que acontece no meio rural ou nas comunidades tribais, a vida vai exigir variados comportamentos, a começar pela necessidade de produção da individualidade que demanda investimentos em serviços cada dia mais refinados e adequados às exigências da lógica do capitalismo.

O que se observa na realidade contemporânea, no entanto, é que as desigualdades forjadas pelo modo de produção capitalista geraram um processo excludente para extensas camadas da população empobrecida. Assim, percebe-se que nem todos têm iguais oportunidades de desenvolvimento de suas capacidades para o enfrentamento da realidade contemporânea nessas sociedades.

De acordo com Gomes e Pereira (2005), há uma crise do Estado que se expressa na vida de grande parte da população que tem sido atingida diretamente pela ineficácia e inexistência de políticas públicas: famílias desassistidas, morando em favelas sem o mínimo de condições de vida digna; hospitais sem condições de atendimento, escolas públicas funcionando em condições precárias, crianças e adolescentes nas ruas, velhice desassistida etc.

As relações de mercado e a crescente industrialização modificaram lenta, mas radicalmente o *status* social da família, proletarizando-a e pondo fim à sua condição de grupo extenso. Essa mesma realidade levou a família a unir esforços entre seus integrantes para vencer a luta pela vida. (OSTERNE, 1991).

É neste cenário que se relacionam as categorias família, criança e políticas públicas, o que vai permitir a compreensão sobre o Programa Família Brasileira Fortalecida em sua teoria e prática aplicada em Fortaleza.

1.3 Políticas Públicas Voltadas à Garantia de Direitos das Famílias

Os mais recentes estudos formulados sobre família assumem o desafio de pensar essa categoria enquanto base estratégica para a formulação e desenvolvimento de políticas públicas voltadas à garantia de direitos.

Relacionando o tema garantia de direitos com noções de cidadania, este estudo se fundamenta em Dagnino (1994) para pensar cidadania como sinônimo de luta por direitos tanto à igualdade quanto à diferença. Nessa concepção, a cidadania converge para o fortalecimento da democracia pelo exercício de sujeitos sociais excluídos na luta cotidiana pela conquista de seus direitos.

Essa concepção inova ao propor que a cidadania vai além da aquisição formal de um conjunto de direitos. Avança para a sociedade fundada em relações igualitárias. Tal proposição sugere “uma reforma intelectual e moral e aponta para a radicalidade da cidadania como estratégica política.” (DAGNINO, 1994).

Nessa lógica, a cidadania transcende a ideia de pertencimento ao sistema político, pressupondo o direito de definir o próprio sistema político. Tais premissas oferecem referências para que se possa pensar uma cidadania cuja sociabilidade seja pródiga na convivência entre iguais e diferentes.

A diferença deve simplesmente existir e ser vivida sem gerar tratamento desigual compreendido como discriminação. A partir de tais referências, Dagnino (1994) propõe o direito à diferença específica, aprofunda e amplia o direito à igualdade.

A despeito da dinâmica da realidade contemporânea que a tudo e todos transforma, Osterne (2006) chama atenção para a necessidade permanente de se reformular o conceito de família, sobretudo pelas políticas públicas, sugerindo que “uma família, independente de sua multiplicidade de formas, constitui uma unidade como tal”. Assim considerada, cada família abrange em si própria um conjunto de elementos dinâmicos em contínuo processo de interconexão que se manifesta dependendo das relações que seus elementos protagonizam entre si e com o seu entorno.

Nessa dinâmica relacional algumas famílias vivenciam dificuldades e para supri-las necessitam de políticas públicas. Assim compreendendo, a autora reconhece a família como espaço privilegiado de mediação entre o indivíduo e a sociedade, portanto, constitui uma realidade estratégica para operacionalização de políticas públicas comprometidas com a condição de cidadania. Ultrapassar a noção do indivíduo e fundar-se na família seria metodologicamente mais promissor para a extensão das garantias de direitos de proteção social. (OSTERNE, 2006).

Neste sentido, colocar a família como centro das políticas de proteção social era algo que, há 20 anos, no modelo de Estado do Bem-Estar Social, não se punha na agenda política. Hoje, no tocante à família, a sociedade está exigindo soluções que sejam compartilhadas entre Estado e sociedade e se estendam não só aos pobres, mas à maioria dos cidadãos, como reforça Carvalho (2007, p. 268):

O Estado e a família desempenham papéis similares, em seus respectivos âmbitos de atuação: regulam, normatizam, impõem direitos de propriedade, poder e deveres de proteção e assistência. Tanto família como Estado funcionam de modo similar, como filtros redistributivos de bem-estar, trabalho e recursos. Nesse contexto, pode-se dizer que a família e políticas públicas têm funções correlatas e imprescindíveis ao desenvolvimento e à proteção social dos indivíduos.

Carvalho (2007) afirma que, independentemente dos seus arranjos, a família é um forte agente de proteção social de seus membros e que não se pode exaurir esse potencial protetor sem lhe ofertar apoio.

Neste sentido, a centralidade na família adquire relevância e a criança não é mais vista de modo isolado. O trabalho com crianças passa a exigir o envolvimento de sua família, como preconiza a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993.

Em consonância com a LOAS, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO..., 2004) considera que as reconfigurações dos espaços públicos, em termos dos direitos sociais assegurados pelo Estado Democrático, determinaram transformações fundamentais na esfera privada, ressignificando as formas de composição e o papel das famílias. Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, é

primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros. A família precisa ser cuidada e protegida, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica da Assistência Social e o Estatuto do Idoso. (BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO..., 2004).

O mesmo documento ressalta que:

A família, independente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica é marcada por conflitos e geralmente também, por desigualdades, além do que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO..., 2004, p. 41).

Embora haja esse aparato legal e o reconhecimento explícito sobre a importância da família na vida social, sendo, portanto, merecedora da proteção do Estado, tal proteção tem sido cada vez mais reduzida na medida em que a realidade tem dado sinais claros e evidentes de processos de penalização e não proteção às famílias brasileiras.

A isso se atrelam as considerações sobre o papel do Estado brasileiro quanto à questão social no Brasil, como afirma Yazbec (2001, p. 37):

[...] o 'modelo' é um Estado que reduz suas intervenções no campo social e que apela à solidariedade social, optando por programas focalistas e seletivos caracterizados por ações tímidas, erráticas e incapazes de alterar a imensa fratura entre necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais. Cresce o Terceiro Setor. Aparece com força a defesa de alternativas privatistas para a questão social, envolvendo a família, as organizações sociais e a comunidade. Esta defesa, como já afirmamos, é legitimada pelo renascimento de idéias liberais que referendam a desigualdade. Assim as propostas neoliberais, em relação ao papel do Estado quanto a questão social, são propostas reducionistas que esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social apenas para se complementar o que não se conseguiu via mercado, família ou comunidade.

É nesse contexto político que o Governo brasileiro, em parceria com organismos internacionais, no caso o UNICEF, lança mão do Programa Família

Brasileira Fortalecida, destinado à educação das famílias no cuidado de seus filhos, conforme seus próprios dizeres. Segundo o caderno da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP), o Programa de Fortalecimento das Competências Familiares está direcionado para cumprir os objetivos das Metas do Milênio preconizados pelas Nações Unidas, sendo apoiado pelo Governo brasileiro. (CEARÁ, 2005).

A partir desta perspectiva, dois pressupostos orientam este trabalho. O primeiro é o de que a luta pela sobrevivência efetivada pelas famílias brasileiras em situação de pobreza restringe suas possibilidades. Por outro lado, o Estado, na sua conformação atual, em seu dever de disponibilizar serviços de educação para a sociedade como um todo, não vem promovendo a universalização de direitos garantidos às famílias.

O segundo é o de que a compreensão das várias formas de enfrentamento à pobreza no Brasil e no Estado do Ceará assume relevância nesta pesquisa porque remete a pensar na relação família, criança e política pública como um condicionante a esse enfrentamento, que começa desde a concepção de um filho, adentra nas possibilidades e restrições da família empobrecida de dispensar cuidados essenciais ao desenvolvimento integral da criança e esbarra na instituição pública que, por fragilidade do Estado em executar políticas, transfere sua responsabilidade para a iniciativa privada e para as famílias.

No próximo capítulo descreverei a trajetória do PFBF no Brasil e no Ceará, focalizando as famílias das crianças atendidas nos Centros de Educação Infantil de Fortaleza, objeto de estudo desta pesquisa.

CAPÍTULO 2: A TRAJETÓRIA DO PROGRAMA FAMÍLIA BRASILEIRA FORTALECIDA

Neste capítulo farei um histórico do PFBF, delineando o seu percurso desde que foi concebido até chegar às famílias dos Centros de Educação Infantil de Fortaleza.

2.1 O UNICEF e as “Competências Familiares” no Brasil e no Ceará

Segundo o documento do UNICEF (2002) Desenvolvimento Infantil: subsídios para a sua Implementação⁵, até o início da década de noventa essa instituição no Brasil era bastante identificada e reconhecida com as ações de saúde para as crianças de até cinco anos. Nos primeiros anos da década passada foi fortalecida a proposta de combate à mortalidade infantil em todas as suas frentes como as ações de nutrição, imunização, atenção às IRAs⁶, amamentação e, especialmente, terapia de reidratação oral. Como a mortalidade infantil ainda era muito alta, o importante eram os esforços para a garantia da sobrevivência das crianças, principalmente no Norte e no Nordeste, e não a qualidade de sobrevivência dessas crianças.

Com base no referido documento, foi também nessa época, a partir de 1991, que o UNICEF, em parceria com o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Saúde, contribuiu para a formulação, o estímulo e o financiamento do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, como forma de reverter o modelo vigente do sistema de saúde, excessivamente hospitalocêntrico, isto é, curativo, passando para outro modelo voltado para a prevenção e promoção da saúde, de atenção integral às famílias casa a casa e mais humanizado, que culminou, em

⁵ Desenvolvimento Infantil – UNICEF Brasil subsídios para a sua implementação – histórico de como eram os programas do UNICEF (2002) no Brasil nos últimos 15 anos até 2002, na atenção às crianças de 0 a 6 anos.

⁶ Infecções Respiratórias Agudas (IRAs). “Uma das principais causas de morbimortalidade infantil no mundo, principalmente no primeiro ano de vida”. (CARVALHO; PEREIRA, 2010).

1994, com a instituição do Programa de Saúde da Família, igualmente construído, mobilizado e apoiado pelo UNICEF em seu princípio.

Nesse período o Governo federal triplicou os recursos financeiros destinados ao setor saúde, fortaleceu o Programa de Saúde da Família, descentralizou e intensificou as ações destinadas à população através dos municípios. É importante notar que todos esses avanços foram decorrentes de conquistas populares, acompanhadas pelas conferências nacionais de saúde. A atenção à criança melhorou acentuadamente por causa dos programas vigentes, tendo a atuação da Pastoral da Criança, ONG que também foi apoiada pelo UNICEF desde o seu início.

O documento menciona que nos últimos cinco anos da década de noventa o UNICEF não mostrava uma identidade bem definida no que diz respeito à atenção às crianças de até seis anos, entrando em um período de transição sem definir claramente sua missão. Não sabia exatamente qual caminho trilhar, quais projetos apoiar, nem com quais recursos poderia contar. O que foi financiado, nesse período, na atenção às crianças de até seis anos foi muito pouco.

No entanto, esse período de incerteza terminou com a construção do Programa Desenvolvimento Infantil, havendo, portanto, uma mudança no marco lógico “Direito de ter Direitos” para “Fazer valer os Direitos” - de 2002 a 2006. A abordagem escolhida por este programa do UNICEF no País foi a do ciclo de vida.

Essa mudança é muito importante porque parte do princípio de que as leis existem, foram conquistadas, mas faltam ser cumpridas, dentro da visão de que todos os acessos aos bens e serviços públicos, sejam eles de assistência, saúde ou educação são considerados direitos das crianças e dos adolescentes. (UNICEF, 2002).

Para o órgão havia a necessidade de construir uma proposta de programa de atenção integral às crianças de até 6 anos que fosse diferente do que se tinha feito até então, ou seja, ações marcadas por um componente setorial forte e voltadas quase que exclusivamente para a saúde dessa faixa etária.

O documento menciona que nos programas anteriores do UNICEF as atividades de sobrevivência das crianças eram bem contempladas, enquanto as de desenvolvimento eram bastante incipientes, e aquelas voltadas à participação e

proteção quase não existiam. Era necessário que no novo programa “Desenvolvimento Infantil” esses quatro componentes da atenção integral fossem considerados e houvesse fortalecimento de ações para o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças. (UNICEF, 2002).

Estavam identificadas necessidades estratégicas, a saber: era preciso trazer o município e a família como foco principal da atenção; fazer valer os direitos e cumprir as leis que garantiam a cidadania plena para essas crianças; contemplar a intersetorialidade⁷ e começar bem os primeiros anos de vida, integral e integradamente. Tal compreensão orientou o UNICEF em sua programação para o período entre 2002 e 2006:

Portanto, para a faixa etária de 0 a 6 anos, além das questões novas citadas, o programa deverá ainda enfrentar os mesmos antigos desafios de atenção básica de saúde, mas com uma estratégia diferente, visto que os indicadores nessa área, apesar de terem melhorado, estão longe do ideal, por exemplo, hoje a mortalidade infantil é de 31,8 por 1.000 nascidos vivos, o que ainda é muito alta, levando em consideração o fato do Brasil ser a nona economia do mundo. (UNICEF, 2002).

Segundo o documento, os programas anteriores apoiados pelo UNICEF sempre fortaleceram as capacitações dos profissionais para assistência às famílias. “Sua meta, através desses profissionais, além de assistir às famílias, é qualificar e fortalecer as competências familiares na atenção às crianças de até 6 anos”. (UNICEF, 2002).

Desta forma, o programa do UNICEF Desenvolvimento Infantil no Brasil é também voltado para trabalhar a participação efetiva dos pais e familiares na vida das crianças em quatro componentes, visando à sua sobrevivência, desenvolvimento, proteção e participação.

Hoje, o Programa de Desenvolvimento Infantil tem três objetivos estratégicos, a saber: primeiro, a “mortalidade materna e infantil reduzidas”;

⁷ “Intersetorialidade é a articulação entre sujeitos de setores sociais diversos e, portanto, com saberes, poderes e vontades diversos, para enfrentar problemas complexos”. (MOYSÉS; MOYSÉS, 2004).

segundo, “crianças de até 1 ano de idade com o registro civil e a certidão de nascimento assegurados”, e terceiro: “todas as crianças com suas competências ampliadas para fortalecer a sua sobrevivência, desenvolvimento, participação e proteção”.

Conforme documento do UNICEF Escritório do Ceará, para dar efetividade aos objetivos estratégicos do Programa foi criado e implantado o Projeto de Fortalecimento das Competências Familiares no Ceará, com suas atividades iniciadas em setembro de 2002, sob a coordenação desse mesmo Escritório. (UNICEF, 2006).

A partir de então, fortalecer as competências familiares é um dos focos do trabalho do UNICEF no Brasil. Para isso, seu principal programa de atenção às crianças brasileiras de até seis anos passou a ser a Estratégia Família Brasileira Fortalecida.

O relatório Situação da Infância Brasileira (SIB) (UNICEF, 2006) reserva um espaço para desenvolver o tema das competências familiares no capítulo denominado “Fortalecer a família para ter crianças fortalecidas”.

Para o UNICEF as famílias são o espaço natural e privilegiado para garantir que cada criança tenha assegurados seus direitos à saúde, à educação de qualidade, igualdade, proteção e participação, com prioridade determinada pela Constituição Federal e regulamentada através do Estatuto da Criança e do Adolescente. (UNICEF, 2010).

Assim, competências familiares, segundo o UNICEF (2010):

São as práticas e os cuidados que a família deve ter para colaborar com o desenvolvimento da criança. Esse conceito se refere aos conhecimentos, saberes e habilidades das famílias que facilitam e promovem a sobrevivência, o desenvolvimento, a proteção e a participação das crianças de 0 a 6 anos.⁸

⁸ Esta categoria será objeto de análise na pesquisa avaliativa sobre o PFBF.

No relatório Situação Mundial da Infância 2005, o UNICEF ressalta:

Sabemos que a prática de 'cuidar e educar' se inicia e ocorre na família, primeiro espaço de convivência e lugar privilegiado para o desenvolvimento integral da criança. No meio familiar são formados os primeiros conceitos, e os pais são os primeiros e melhores educadores, cuidadores de seus filhos. Sabemos também que 80% dos cuidados com a saúde da criança acontecem no lar. (UNICEF, 2010, p. 137).

Em entrevista concedida à Fullgraf (2010, p. 137), o oficial de projetos do UNICEF e coordenador do Programa Desenvolvimento e Sobrevivência na Primeira Infância no Brasil declara: "Atender à criança pequena significa dar condições para que ela tenha uma mãe bem cuidada, nutrida com uma assistência pré-natal adequada". Assim:

[...] ter essa criança cuidada antes de nascer, com uma nutrição adequada da mãe, fazendo acompanhamento em cada uma das visitas do pré-natal, significa que se começou a vencer um desafio que é colocar a criança no mundo com qualidade. Significa também preparar essa pessoa [...] o preparo pode se dar tanto no centro de educação infantil quanto na família. (FULLGRAF, 2007, p.137).

Ao se referir ao Centro de Educação Infantil, o representante do UNICEF menciona que não necessariamente a criança tem de estar no centro de educação infantil. Para isso, o UNICEF criou essa estratégia que tem como ponto de partida a noção de que a "família é o agente mais importante na prestação de cuidados às crianças até seis anos" (FULLGRAF, 2010).

Para Fullgraf (2010), com esses argumentos o UNICEF criou a iniciativa Família Brasileira Fortalecida, compreendendo que o agente mais importante para a atenção e cuidado à criança pequena é a família. O principal instrumento utilizado pela iniciativa é o *Kit* Família Brasileira Fortalecida, lançado pelo UNICEF, em 2004. O material foi desenvolvido para ser usado por profissionais do Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS), do Programa Saúde da Família (PSF), líderes comunitários da Pastoral da Criança, professores de creches e pré-escolas e, principalmente, pelas famílias. (UNICEF, 2010).

O UNICEF e 29 parceiros governamentais e não-governamentais desenvolveram conceitos relacionados às competências familiares, conhecimentos,

atitudes e práticas para os cuidados com a gestante e a criança desde o seu nascimento até seis anos de idade. Foi, então, desenvolvido o Programa Família Brasileira Fortalecida, uma iniciativa que utiliza o *kit* educativo Família Brasileira Fortalecida. (UNICEF, 2010).

O UNICEF compreende que o *kit* contribui para o alcance dos objetivos de desenvolvimento do milênio, compromisso compartilhado por 191 países-membros das Nações Unidas por um futuro melhor para todos, em especial para o alcance dos objetivos 2, 4 e 5, respectivamente: atingir o ensino básico universal, reduzir a mortalidade na infância, e melhorar a saúde materna. (UNICEF, 2010).

Compõem esse *kit* cinco livros (designados álbuns), cada qual destinado a uma etapa do desenvolvimento da criança, exceto o primeiro, dedicado aos cuidados de saúde que antecedem o nascimento da criança consolidados nas seguintes produções: álbum 1º: pré-natal, parto e pós-parto; 2º: o primeiro mês de vida; 3º: a criança do 2º ao 12º mês de vida; 4º: a criança de 1-3 anos; 5º a criança de 4-6 anos. Cada álbum é composto de pequenos módulos abordando um tema ou aspecto do desenvolvimento específico. (UNICEF, 2010).

Na mesma entrevista com o oficial de projetos do UNICEF, Fullgraf (2010) relata que o Programa Família Brasileira Fortalecida faz parte de uma pauta internacional do UNICEF que é adaptada aos países. Esse movimento de fortalecer as famílias é mundial e faz parte de uma agenda global que está prevista no Plano Estratégico do UNICEF para 2006/2011. Relata o oficial:

O UNICEF faz parte de um movimento mundial de qualificação das famílias, qualificação das crianças e fortalecimento das crianças nas suas competências. E para o UNICEF quando se fala em educação infantil, ela não é uma coisa exclusivamente na creche e pré-escola ou na unidade de educação infantil [...]. É uma coisa que antecede [...] antes até da chegada à pré-escola, é uma coisa que chega ao útero [...]. (FULLGRAF, 2010, p. 138).

Para Fullgraf (2010), a estratégia do UNICEF na proposta do Kit Família Brasileira Fortalecida adquiriu importância nacional, uma vez que esse Programa foi aprovado e acolhido pelo Governo federal na área educacional. Hoje o Kit Família Brasileira Fortalecida integra o Programa Nacional de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil (O PROINFANTIL), que o Ministério

da Educação e Cultura (MEC) implementou através do Departamento de Política Educacional.

O Programa Família Brasileira Fortalecida, em sua concepção de transversalidade, passou a ser adotado pelas políticas públicas de saúde, educação e assistência social. No campo da educação, como já referido, foi incorporado ao PROINFANTIL por decisão do MEC. No contexto da saúde, passou a orientar o trabalho cotidiano dos agentes de saúde no acompanhamento às famílias. Na política de assistência social a contribuição deste Programa mostrou-se significativa para o trabalho junto às famílias das crianças atendidas nos Centros de Educação Infantil mantidos pelo Estado, através da STDS.

Segundo o MEC, o PROINFANTIL atende à meta nº 5 do Plano Nacional de Educação. O programa utiliza a estratégia de educação a distância com tutoria, incluindo a formação básica de nível médio e a específica de magistério da educação infantil. Participam desse programa professores que exercem a docência titular ou auxiliar em instituições de educação infantil, públicas e privadas, sem fins lucrativos, conveniadas ou não.

Ao ser entrevistada sobre o processo de elaboração e formalização de parceria com outras entidades para desenvolver o *kit*, a oficial de projetos do UNICEF para o Ceará e o Rio Grande do Norte relata:

[...] isso foi uma iniciativa do meu colega Halim Girade que era coordenador na época, de toda a parte de saúde e desenvolvimento infantil do UNICEF no Brasil. Halim, que ficava em Brasília, fez uma reunião com várias instituições, para ouvir destas instituições do Governo Federal, dentre elas, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento Social, ONGs, como a Pastoral da Criança, que trabalham com educação infantil, para saber qual era a contribuição que o UNICEF poderia dar em resposta nesta questão de educação e de saúde infantil na primeira infância. Aí colocaram uma necessidade que seria um material para trabalhar com as famílias. Daí passaram a fazer reuniões e a partir dessas reuniões, das quais participaram várias organizações, tanto do Governo Federal como da sociedade civil, surgiu todo o conteúdo do Kit. Aí o UNICEF contratou umas empresas que produzem materiais educativos, foi a Ypê Amarelo e a Criança Criativa que são duas ONGs que trabalham juntas lá no Rio de Janeiro e eles desenvolveram a parte gráfica, a parte de diagramação e ilustração do Kit [...]. (UNICEF, 2010).

Ao ser questionada sobre a participação do UNICEF Ceará na elaboração do *Kit Família Brasileira Fortalecida*, a oficial de projetos narra o seguinte:

[...] Quando esse kit estava sendo elaborado, a gente já participou, eu já participei do grupo de trabalho para revisar o material, a definição do conteúdo quem participou foi a equipe de Brasília, eu participei muito pouco. Na revisão do conteúdo, tinha um conteúdo muito grande que o Halim tinha coletado com as organizações, eu já fui participar da revisão para enxugar esse conteúdo e terminar o que seria o conteúdo final e também a escolha das imagens, de desenhos. Só para você ter uma idéia de como esse trabalho foi feito de forma cuidadosa, nós pedimos a todos os escritórios do UNICEF e a outros parceiros que mandassem frutas da região Norte, da região Nordeste, da região Sudeste, da região Sul, para que os desenhistas vissem as frutas das várias regiões para poderem ilustrar o material, mandassem santinho, você pode ver lá o Padre Cícero, tem coisas lá do Sul dos gaúchos, tem as coisas da região Norte, para poder esse kit, representar toda a diversidade que o nosso país tem [...]. (UNICEF, 2010).

Tais considerações revelam uma preocupação com a abordagem regionalizada dos conteúdos pedagógicos dos livros que integram o *kit* para referendar o alcance dos objetivos do programa.

Destacadas as premissas básicas do UNICEF, sobretudo no tocante à sua concepção acerca de competências familiares, delineiam-se, a seguir, aspectos da implementação do PFBF em Fortaleza, etapa relevante para a compreensão dos propósitos deste estudo.

2.2 A implantação do Programa Família Brasileira Fortalecida em Fortaleza

Como desdobramento da parceria firmada entre MEC e UNICEF para utilização do *Kit* FBF no PROINFANTIL, no ano de 2005, o Programa Família Brasileira Fortalecida pela Educação Infantil chegou em Fortaleza através da Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC). Nessa época a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) foi convocada para uma capacitação que seria realizada pelo MEC sobre o PFBF.

A STDS, naquela época, ainda mantinha a responsabilidade sobre os Centros de Educação Infantil através do Programa de Atendimento à Primeira Infância. Como pesquisadora representante da STDS, fui indicada para participar da referida capacitação quando, então, surgiu o meu interesse pelo Programa.

Com o domínio do conhecimento sobre a matéria disseminada por essas instâncias (UNICEF/MEC/SEDUC), no início de 2006 a STDS elaborou um projeto de capacitação sobre o KIT Família Brasileira Fortalecida, para ser implantado em 20 municípios cearenses de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Tal proposta não avançou devido à carência de recursos humanos e financeiros. No entanto, a STDS decidiu desenvolver essa ação dentro do Programa de Atendimento à Primeira Infância em Fortaleza. O Programa já era mantido pelo Estado com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) e gerenciado em regime de co-gestão com 65 entidades comunitárias conveniadas responsáveis pela execução do Programa, que atendia a 5.925 crianças na faixa etária de zero a cinco anos, em 87 Centros de Educação Infantil (CEIs). Os referidos CEIs se localizam em 45 bairros que compõem as seis regiões administrativas de Fortaleza (SER).

O Programa FBF, elaborado e implantado pela STDS, possui três dimensões: desenvolvimento infantil; fortalecimento intrafamiliar e comunitário; e acesso da criança aos seus direitos. Conforme o Programa, desenvolvimento infantil é o processo de mudanças promovidas na integração entre família e escola através de experiências em grupos variados, permitindo o convívio social, garantindo à criança a oportunidade de experimentar situações diversas de troca, de escolha e de construção de vínculos. (CEARÁ, 2006b).

Para o programa, o fortalecimento intrafamiliar e comunitário se refere a uma ideia de família levando em conta “a diversidade de jeitos de conviver, de estar junto, de cuidar, de solucionar problemas e lidar com conflitos.” (UNICEF, 2005). O Programa considera, portanto, os diferentes arranjos familiares construídos em espaços variados, seja de solidariedade, afeto, segurança, seja em situações de conflito e disputa. (CEARÁ, 2006b).

Quanto ao acesso de crianças aos seus direitos, o Programa se vincula aos determinantes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). (BRASIL. LEI Nº 8.069, 2010).

Assim compreendendo, o Programa Família Brasileira Fortalecida, elaborado pela STDS, tem como pretensão associar a participação da família na sua competência de cuidar e educar com vista à inclusão social e à cidadania. “O objetivo do programa é contribuir para um melhor desempenho de cuidar e educar a

criança de zero a seis anos por parte da família a ela vinculada, através da socialização do conhecimento e saberes relativos a esse segmento”. (CEARÁ, 2006b).

Para o desenvolvimento dessa ação nos CEIs, a STDS contou com o apoio do UNICEF na doação de 100 *Kits* FBF, para capacitar as equipes de educadores infantis dos 87 centros de educação infantil do Programa de Atendimento à Primeira Infância, com o objetivo de fortalecer as famílias beneficiárias dos CEIs. (CEARÁ, 2006b)⁹.

A ação de multiplicação e socialização dos conhecimentos e direitos sobre a criança de zero a seis anos de idade trazidas pelo *kit* FBF, nos seus cinco álbuns que abordam temas ligados à saúde, ao desenvolvimento infantil, à educação, à garantia de direitos e cidadania, entre outros, se deu através de oficinas de formação, tendo como facilitadores os técnicos da STDS e como público-alvo os coordenadores e educadores infantis dos Centros de Educação Infantil (CEIs). O objetivo da ação foi capacitar os coordenadores e educadores infantis para que estes fossem os agentes multiplicadores do Programa junto às famílias beneficiárias dos CEIs. (CEARÁ, 2006b).

Para o trabalho de apresentação do material instrucional PFBF (*kit*) nas oficinas de capacitação dos coordenadores e educadores infantis foram utilizadas estratégias metodológicas, facilitadoras da aprendizagem dos conteúdos dos álbuns, como dinâmica de integração pessoal; leitura coletiva dos álbuns seguida de discussão; trabalho em grupo: “o que sei, o que aprendi com o álbum”; construção de painel temático; dramatização de atendimento à família; tempestade de ideias sobre as crianças de zero a seis anos; vivência da elaboração de relatório de realização de uma oficina com as famílias; avaliação da oficina: qualidade do material *kit* Família Brasileira Fortalecida, linguagem utilizada nos álbuns, desempenho da facilitadora.

Ao final das oficinas os participantes de cada centro de educação infantil receberam o *kit* Família Brasileira Fortalecida e assinaram um termo de

⁹ Nessa primeira fase participei da equipe técnica da STDS, para elaboração do programa e depois como facilitadora na capacitação dos coordenadores e educadores dos centros de educação infantil

compromisso enfatizando o repasse desses conhecimentos às famílias usuárias dos CEIs. Segundo relatório técnico das oficinas de formação do PFBF, cerca de 242 pessoas (educadores infantis e coordenadores) foram capacitadas e o número estimado de 5.372 famílias foram beneficiadas com os conhecimentos repassados pelos educadores infantis e coordenadores que atuaram no Programa como multiplicadores.

Em julho de 2008, em parceria entre STDS/UNICEF, para continuidade do trabalho com o *kit* Família Brasileira Fortalecida, o Programa de Atendimento à Primeira Infância foi campo de atuação e pesquisa para a estagiária do UNICEF, Louise Moreira Daniels, aluna do mestrado em Relações Internacionais pela The New School University, Nova Iorque, Estados Unidos. O estudo se propôs avaliar a utilização do *kit* Família Brasileira Fortalecida, descrevendo o impacto que o mesmo provocou nas atitudes e práticas cotidianas dos coordenadores e educadores infantis dos CEIs. O estudo demonstrou que os objetivos propostos com a capacitação de professores e educadores infantis e distribuição do *kit* FBF nos CEIs foram atendidos, sugerindo a sua manutenção e expansão para outros atores envolvidos na atenção à infância, a fim de garantir o pleno atendimento às necessidades e aos direitos da criança e suas famílias. (UNICEF, 2008).

Em entrevista com a oficial de projetos do UNICEF do Ceará, a mesma relembra como a STDS desenvolveu esse Programa junto aos coordenadores e educadores infantis que trabalhavam nos centros de educação infantil de Fortaleza:

[...] Nós tivemos aquela capacitação no Hotel Beira Mar em que vocês estavam presentes e daquelas pessoas que foram treinadas, eu acho que sem dúvida alguma, a STDS foi a única que deu encaminhamento. Outras pessoas foram treinadas, não me lembro bem, porque tem outros Estados aí, mas a STDS, foi realmente a única que inclusive me pediu e implantou o Kit e teve uma resposta maravilhosa. Eu realmente fiquei impressionada com a resposta que a STDS deu. (UNICEF, 2008).

Contudo, o processo de repasse das informações contidas nos álbuns do PFBF junto às famílias pelos coordenadores e educadores dos CEIs não foi acompanhado nem avaliado pelos técnicos da STDS, considerando que os mesmos estavam envolvidos, naquela época, com os trâmites formais da municipalização com o repasse dos CEIs para o sistema de educação do município.

No final 2008, quando o Programa de Atendimento à Primeira Infância estava finalizando o processo de municipalização, ocorreu a distribuição para as famílias participantes do Programa FBF do Almanaque Família Brasileira Fortalecida, produzido em parceria com a Editora Globo, o artista gráfico Zivaldo e o UNICEF. Trata-se de um almanaque em forma de gibi, todo ilustrado, que explica com uma linguagem simples, lúdica e prática todo o conteúdo do *Kit*, isto é, os direitos das mulheres grávidas e das crianças desde a gestação até os seis anos de idade, e também dos cuidados que elas precisam.

Questionada sobre o interesse do UNICEF no Brasil em expandir esse Programa, a oficial de projetos do Ceará respondeu:

[...] O UNICEF tem como objetivo disponibilizar essa ferramenta, esse instrumento, vamos dizer assim, para que os serviços que atendem as famílias das crianças pequenas possam dispor desse material, dessa ferramenta para melhorar ou fortalecer as competências familiares, nos cuidados com as crianças. O que nós gostaríamos é que essa ferramenta fosse institucionalizada. Que a Secretaria de Educação do Estado e as Secretarias Municipais de Educação adotassem esse material como um material didático a ser utilizado pelos Centros de Educação Infantil, para o trabalho com as famílias, não só para que o professor ao ser treinado, se sinta mais capaz de lidar com certas temáticas, como o álbum que traz o calendário de vacinação, eu acho que é importante o professor de educação infantil ter o conhecimento desse calendário, para que junto com a saúde, vá checando se uma criança não está vacinada e que possa se estar evitando como, por exemplo, um sarampo ou uma varicela, e possa estar utilizando isso com os pais [...]. (UNICEF, 2008).

Essa ideia de institucionalizar o material para a educação infantil no Ceará passou a ser postulada pelo UNICEF. Percebe-se o interesse do UNICEF em disseminar junto às famílias do Programa conteúdos que fortaleçam suas competências, através de informações sobre cuidados básicos de saúde materna infantil e desenvolvimento infantil.

Na mesma entrevista foram questionadas as dificuldades e as potencialidades do Programa. A esse respeito a oficial de projetos menciona:

[...] Como dificuldade é o custo do kit, porque o kit é muito bonito é muito legal mas o fato de ele ser num papel mais duro, mais colorido e naquela caixa encarece. Então acaba sendo um problema para universalizar para todas as famílias da educação infantil. Nós estamos com essa dificuldade. O fato dele conter cinco álbuns e quando ele foi pensado naquele formato, alguns agentes de saúde participaram da definição. A ideia era que

realmente a caixa ficasse na casa do agente e quando ele fosse visitar as famílias que tenham gestantes ele levaria o álbum 1, se ele fosse visitar famílias que tenham crianças na faixa de cinco anos, de três a quatro anos ele já levaria o álbum quatro e cinco. O problema é que quando o agente vai visitar as famílias ele tem no caminho gestantes, tem famílias com criança de seis meses, tem criança com cinco anos, então fica sempre essa dificuldade. Nós vamos ter que refletir sobre isso porque não dá para ele levar todos os álbuns ao mesmo tempo [...]. (UNICEF, 2008).

Como se pode observar, a fala da oficial do UNICEF sobre as dificuldades e potencialidades do programa destaca considerações de ordem prática, isto é, sobre o custo de produção dos *kits* em seus cinco álbuns e nas dificuldades dos agentes de saúde transportar esses *kits* para as residências das famílias. Sem um aprofundamento das dificuldades e potencialidades do programa Família Brasileira Fortalecida, seu olhar se volta para destacar o instrumental (no caso o *kit*) em seu aspecto utilitarista no que se refere a custo de produção e funcionalidade para transportá-lo.

Sobre as potencialidades ressalta-se a indicação da entrevistada:

[...] Quanto às potencialidades, eu acho que ainda não surgiu nada tão bom quanto esse kit. Tanto ele quanto o almanaque são *best-sellers*. Os dois produtos são os mais solicitados, quer dizer pelas ilustrações, pelo conteúdo, pela idéia, ele tem um potencial enorme, podendo-se trabalhar também lideranças comunitárias, se a gente pudesse fazer um trabalho com lideranças, onde a liderança voluntária fizesse encontros de pais nas comunidades, assim um trabalho da associação, em que ela reunisse pais de criança pequena, para discutir certas temáticas que pudesse vir o agente de saúde, que pudesse vir o professor, o conselheiro que pudesse vir o pastor, porque aí o pastor poderia também participar de discussões relacionadas à própria dependência química, à violência, de como se trabalhar com isso, o CRAS¹⁰ que é um equipamento muito importante na comunidade. A associação de moradores poderia funcionar como espaço neutro onde chega todo mundo, sabe acho que o Programa tem essa potencialidade [...]. (UNICEF, 2008).

Sobre as potencialidades do Programa, a oficial do UNICEF apresenta a sua compreensão sobre o conteúdo do *kit* e do almanaque. Percebe-se uma valorização da matéria quando afirma que “ainda não surgiu nada tão bom quanto esse kit”. Tanto ele quanto o almanaque são *best-sellers*. Sua lógica desconsidera

¹⁰ Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Este centro é considerado a porta de entrada da família nas políticas de assistência do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

que as potencialidades do Programa, tanto quanto suas dificuldades, não podem ser analisadas apenas sob a ótica do conteúdo do material didático utilizado, mas pressupõe muitos outros elementos, tais como a compreensão, a aceitação, o compromisso e as condições reais das famílias em adotá-los como prática em seus cuidados no que se refere ao desenvolvimento infantil, objetivo deste estudo ao propor uma avaliação sobre o Programa.

Analisando a trajetória do Programa, a partir da minha participação como pesquisadora quando da implantação do mesmo junto aos educadores infantis dos CEIS e da fala da oficial de projetos do UNICEF, percebo que a marca do Programa Família Brasileira Fortalecida é o seu material ilustrativo denominado de *Kit*, apresentado em forma de cinco álbuns, e o almanaque em forma de gibi, que buscam repassar para as famílias conteúdos e conceitos. No entanto, entendo que o Programa atualmente é parte constituinte da política de saúde, na prática dos agentes de saúde, e educacional para a educação infantil no Brasil, sendo o Kit, adotado no PROINFANTIL/MEC, portanto, o Programa faz parte de uma política pública, sendo merecedor de uma avaliação.

Este é o primeiro estudo avaliativo do Programa FBF após sua implantação junto às famílias atendidas nos centros de educação infantil de Fortaleza no contexto das políticas públicas voltadas para famílias e crianças.

No próximo capítulo descreverei o percurso metodológico trilhado para atingir o objetivo deste estudo, que é avaliar o Programa Família Brasileira Fortalecida, em Fortaleza, verificando em que medida ele promove a melhoria das condições de vida das crianças por meio do fortalecimento familiar no processo de cuidar e educar, conforme as diretrizes do Programa. Para tanto, apresentarei o que foi visto e o que foi ouvido durante toda a fase exploratória da pesquisa, conforme Oliveira (1994), através do terceiro ato, que é escrever pormenorizadamente o que foi visto, o que foi ouvido, o que foi buscado e o que foi achado.

CAPÍTULO 3: CONHECENDO BEM DE PERTO AS FAMÍLIAS DO PROGRAMA

Neste capítulo descreverei os caminhos trilhados para concretizar os objetivos deste estudo.

Iniciarei com um breve preâmbulo relatando minhas percepções sobre os bairros e o entorno de Fortaleza, onde se desenvolveu a pesquisa de campo; em seguida descreverei o percurso metodológico adotado para conhecer o perfil das famílias e, por fim, abrirei um tópico para narrar as histórias de vida de famílias participantes do PFBF, onde relacionarei os achados na perspectiva quanti-qualitativa para fundamentar a análise dos achados.

3.1 Preâmbulo

Antes de iniciar a descrição do percurso metodológico apresentarei, primeiramente, o caminho percorrido no trabalho de campo de pesquisa, efetivado para colher os dados essenciais à realização deste estudo. O cenário com o qual me deparei assemelha-se ao descrito por Alba Zaluar em seu livro *A Máquina e a Revolta*, chegando à Cidade de Deus para iniciar seu aprendizado sobre o modo de vida de seus moradores.

O cenário com o qual deparei não era totalmente desprovido de tranqüilidade. De certos ângulos, parecia mesmo um calmo bairro de subúrbio, de intensa vida social entre vizinhos. Meninos correndo ou soltando pipa no telhado, donas-de-casa conversando no portão, homens jogando carteadado na birosca, trabalhadores passando a caminho do trabalho e brincando com os conhecidos, os grupinhos na esquina, e tudo mais que já foi eternizado para nós nos sambas compostos pelos artistas populares. (ZALUAR, 1985, p. 10).

Este estudo exigiu que eu me deslocasse da minha casa, da minha rua, do meu bairro de classe média e, no meu carro, seguisse para outras localidades, outros bairros, mais precisamente para as periferias distribuídas nas seis Secretarias Executivas Regionais (SERs) da cidade de Fortaleza. As primeiras visitas foram

feitas e, à medida que me distanciava do meu lugar, o medo vinha à tona, apesar de toda a prática profissional exercida durante quase trinta anos de profissão, muitos deles trabalhando diretamente com as famílias como coordenadora de creche institucional, de 1987 a 1992.

É importante esclarecer que esse medo não é infundado nem preconceituoso. A experiência de campo de um profissional vivenciada há trinta anos não se assemelha à realidade contemporânea. No passado, a periferia de Fortaleza era ocupada por famílias pobres, na maioria egressas de cidades do interior do Estado, assoladas pelo fenômeno das secas. Entre elas havia a esperança de se inserirem nas oportunidades de trabalho e educarem seus filhos garantindo-lhes um futuro mais promissor.

Com o passar do tempo, e diante da negativa de suas esperanças, essas famílias, em expressiva maioria, não conseguiram migrar da condição de pobreza, tal como a sociedade capitalista as conforma. Na verdade, a condição de pobreza dos moradores das periferias de Fortaleza foi se agravando gradativamente, ao mesmo tempo em que o processo migratório campo-cidade também evoluiu, formando aglomerados de favelas no entorno da cidade.

Hoje, circular pelas ruas e becos da periferia de Fortaleza não é tarefa simples. Os indicadores de violência revelam os constrangimentos e impasses que a realidade de injustiças sociais agravadas pelo uso indevido de drogas vem promovendo na cidade.

Estudos de Fernandes et al (1991, p. 55) analisam os paradigmas da riqueza e da miséria no contexto urbano de Fortaleza, questionando seus extremos e destacando:

Em termos espaciais, a ação institucional ao longo dos anos tem contribuído para o acirramento das desigualdades nesse espaço. São as demandas do processo econômico-político que historicamente fundamentaram a ordenação física da cidade, imprimindo, portanto, a marca da desigualdade que nas formações capitalistas dependentes expressam de forma mais intensa os desníveis entre as classes.

Sem a pretensão de apresentar maiores noções explicativas sobre o agravamento das desigualdades sociais e econômicas em Fortaleza, considero

pertinente observar as grandes mudanças que o cenário local vivencia nos últimos trinta anos, num evidente agravamento da situação de pobreza em contraste com o também evidente progresso econômico em cujas bases se assentam explicações dos mais recentes investimentos da construção civil de belos arranha-céus, na abertura de novos postos de atendimento bancários; novos shoppings; novas ruas, bairros e estradas; novos hotéis e restaurantes de luxo, enfim, novos empreendimentos cujo acesso é restrito a poucos; por uma concentração de renda onde 1% dos mais ricos detêm 52% da renda total e os 50% mais pobres possuem somente 12,5%. (CEARÁ, 2006a)¹¹. Essa concentração de renda, além de promover os extremos das desigualdades e todas as formas de violência dela decorrentes, impede o acesso das pessoas pobres às condições objetivas de elevação de sua renda para uma vida digna.

Vivendo sob o impacto dos noticiários cotidianos que revelam os indicadores de violência em Fortaleza, convidei um colega de trabalho para me acompanhar nessa tarefa. Mesmo assim, era aconselhada pelos outros a tomar muito cuidado para não ser vítima de bala perdida ou ser assaltada em pleno dia.

Outro deslocamento necessário foi o de postura, pois, por mais que tivesse o cuidado de usar roupas simples, eram visíveis a diferença e a distância entre mim, o local e os sujeitos selecionados para fazer parte deste trabalho.

Estava ali, agora, entrando em seus domicílios não mais como técnica da STDS que participou na implantação do PFBF, mas como avaliadora, como acadêmica, buscando atingir o objetivo proposto para este estudo. Dessas viagens um pesquisador não retorna sendo o mesmo, aprende observando, olhando, escutando e conversando que a realidade vivida por essas famílias é bem diferente da realidade pensada. E que são necessários esses deslocamentos das zonas de conforto de cada um para que se possa compreender melhor a realidade.

¹¹FECOP. Fundo Estadual de Combate à Pobreza, criado pela Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003, regulamentado pelo Decreto nº 27.379, de 1 de março de 2004 e alterado pelo Decreto nº 27.536, de 19 de agosto de 2004.

3.2 O Percurso Metodológico

Quando um pesquisador está em ritmo de trabalho profissional vinculado a uma instituição pública, o ativismo do dia-a-dia retira as possibilidades de avaliar os resultados do trabalho que desenvolve com maior profundidade. Por isso mesmo, quando a Universidade Federal do Ceará acolhe alunos para o Mestrado incentiva a aprendizagem. No meu caso, especificamente, foi focalizado para o refinamento do saber sobre a avaliação de políticas, mais precisamente aquelas voltadas para a condição das famílias e crianças em situação de vulnerabilidade.

Considerando minha experiência profissional no trabalho com creches, decidi tomar a avaliação do Programa Família Brasileira Fortalecida como um desafio. A partir de então, procurei organizar algumas ideias e dividi-las com o orientador e com algumas companheiras de trabalho. Percebi o consenso sobre a necessidade de avaliação de programas sociais, como também a preocupação com a escolha de uma metodologia que não acabasse por fragilizar ou tornar pouco confiável o alcance dos esforços que deveria empreender para concretizar os objetivos pretendidos com este estudo.

Ao buscar referências para a definição de uma escolha metodológica facilitadora do alcance dos objetivos deste estudo, o conteúdo de algumas produções (SILVA, 2008; ALA-HARJA; HELGNON, 2000; HOLANDA, 2006), dentre outras, se mostraram relevantes para fundamentar nossas considerações.

Neste estudo foi adotado um conceito de avaliação como processo de aprendizagem sistemático e intencional que não se limita a quantificar resultados obtidos pela aplicação de questionários, mas vai além, para a interpretação das entrevistas e até daquilo que não foi dito, porém expresso nas entrelinhas.

Com essas reflexões decidi desenvolver uma avaliação do tipo compreensiva, fundamentada na perspectiva de Silva (2008, p. 157), nos seguintes termos:

Combina avaliação de processos e impactos dos programas, relacionando-os com os objetivos previamente especificados. Procura também identificar outras variáveis significativas do processo e sua relação com os resultados, mesmo considerando difícil delimitar a multiplicidade de fatores que influenciam a implementação de um programa social. Isto é, a preocupação é o que está acontecendo e por quê.

A pesquisa é um instrumento utilizado para desvendar aspectos de uma realidade da qual se pretende saber mais. Para tanto, é necessário percorrer caminhos e utilizar estratégias de coletas de dados entre as perguntas feitas e as respostas obtidas. De acordo com Lerche e Matos (2002), é indispensável optar entre fontes e técnicas e definir prioridades no percurso da investigação. Desta forma, entende-se que o ponto de partida de uma pesquisa é a definição dos objetivos da avaliação e do conjunto de questões centrais e básicas que se pretende explorar. Minayo (2005) e Gondim (1999) enfatizam que o pesquisador deve ter clareza das questões que orientam o plano de pesquisa, incluindo toda a metodologia escolhida.

Segundo Holanda (2006), é necessário definir com clareza dois pontos fundamentais: o que se pretende avaliar, e com que propósito. Depois da decisão dos objetivos – o que se pretende avaliar – é preciso explicar o porquê e o como avaliar.

Na perspectiva de Holanda (2006), a avaliação é referida como uma atividade complexa, que comporta múltiplas abordagens e adiciona múltiplas categorias e modelos de investigação. Outros autores, Ala-Harja e Helgson (2000, p. 22), também compreendem que pode haver mais de uma abordagem quando afirmam:

Há várias abordagens sobre avaliação que partem de premissas acerca da natureza do conhecimento avaliativo, da possibilidade de criação do conhecimento confiável e quanto ao melhor uso dos resultados. Além disso, há também, freqüentemente, alguma relação entre a abordagem e os instrumentos e técnicas de avaliação.

De acordo com os autores referidos, não há um método ideal de avaliação, há muitos métodos e abordagens possíveis de ser utilizados. Destacam, ainda, que a função de avaliar é diferente em cada processo avaliativo. É necessário

adequar a avaliação ao elemento que se pretende avaliar, às informações desejadas, aos recursos disponíveis e ao uso pretendido dos resultados.

Neste trabalho busquei valorizar a riqueza da diversidade existente nas diferentes percepções, favorecendo minha interação com os atores envolvidos. Ala-Haja e Helgason (2000) destacam que muitas vezes, por falta de interação entre o pesquisador e os atores envolvidos, questões de menor relevância são investigadas, prejudicando o foco da avaliação. Afirmam que:

É importante a escolha criteriosa dos métodos e abordagem do pesquisador e a possibilidade de criação de um grupo de referência para facilitar a interação do atores envolvidos. Esses cuidados devem ser tomados para livrar do risco de tornar o estudo uma tarefa simplesmente burocrática. (ALA-HAJA; HELGASON, 2000).

Este foi um cuidado observado no desenvolvimento deste estudo. Interessava ultrapassar as formalidades burocráticas e interpretar a realidade observada a partir de suas próprias condicionalidades e dos seus movimentos.

De acordo com Minayo (2007, p. 369) também é preciso reconhecer as diferenças e peculiaridades de cada abordagem científica:

As abordagens quantitativas e qualitativas exigem teorias e métodos próprios e se prestam a fins de natureza diferenciada: as primeiras visam dimensionar e quantificar os dados de processo e ou de resultado. E as segundas são apropriadas para aprofundar a história; captar a dinâmica relacional de cunho hierárquico, entre pares ou com a população; compreender as representações e os símbolos e dar atenção, também, aos sinais evasivos que não podem ser entendidos por meios formais.

A noção de qualidade é sempre subjetiva e se projeta no olhar de cada um conforme o grau de experiência pessoal. Portanto, o conceito de qualidade não é fixo e só pode ser considerado por consensos que se organizam de forma coerente.

Para Holanda (2006), o método de avaliação qualitativa utiliza principalmente a observação, a entrevista e a apresentação de relatos discursivos sob a forma de narrativas. É uma pesquisa indutiva e exploratória que exige um exame sob múltiplas perspectivas e dimensões.

Neste estudo os procedimentos metodológicos utilizados foram pesquisas do tipo documental e de campo, como já referido, abrangendo nuances quantitativas

e abordagem qualitativa. Acredito que esta última permite a relação necessária entre os atores sociais e a pesquisadora na busca do objetivo central do estudo.

Assim, como já foi anunciado, o que pretendo avaliar e o porquê, qual a abordagem escolhida e o instrumental utilizado, ou seja, os procedimentos metodológicos realizados nesta pesquisa serão detalhados a seguir.

Este estudo teve início a partir da leitura de obras clássicas e contemporâneas que oportunizaram reflexões sobre conceitos e discussões referentes à temática pesquisada. A pesquisa bibliográfica foi efetivada durante todo o processo de desenvolvimento deste estudo, e a documental, também necessária, sempre recorrida para aprofundar o percurso deste trabalho através de dados, tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos e publicações oficiais, aparato legal e consulta aos sites sobre o tema, embora não utilizados na totalidade.

O campo de estudo, onde se desenvolveu a pesquisa, foi primeiramente nos oito Centros de Educação Infantil (CEIs), localizados em vários bairros periféricos, distribuídos nas seis Secretarias Executivas Regionais de Fortaleza (SERs). A escolha dos referidos CEIs foi motivada pelo fato de os mesmos terem sediado a operacionalização do Programa FBF e por estarem ainda em funcionamento na ocasião desta pesquisa.

Destaca-se que o fechamento temporário dessas unidades se deu em virtude do processo lento de municipalização das creches, antes sob a gestão da Política Estadual de Assistência Social no transcurso para a Política Municipal de Educação.

Na primeira etapa deste estudo foram tomados como sujeitos 59 responsáveis diretos por crianças atendidas nos CEIs que participaram do Programa. Nesse sentido, três foram as condições adotadas como critérios para a seleção dessas famílias: primeiro, o próprio funcionamento dos CEIs, para ter acesso às famílias que haviam participado do PFBF; segundo, que essas famílias, conhecendo os objetivos desta pesquisa, se mostrassem interessadas em participar como informantes para a realização deste estudo e, por último, a abrangência das seis Secretarias Executivas Regionais (SERs).

Antes da aplicação dos instrumentos da pesquisa apresentei aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), o qual foi

lido e assinado pelo entrevistado e pesquisador, de acordo com a resolução nº 196/96 do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Ceará (COMPEPE) (Anexo A) – A coleta de dados se deu nos meses de novembro de 2009 a fevereiro de 2010.

Iniciei a coleta de dados com a aplicação de 59 questionários para as famílias participantes do PFBF, contendo perguntas fechadas e abertas (Apêndice B), divididas em três blocos, sendo o primeiro bloco relacionado aos dados pessoais do informante, à posição do informante em relação às crianças da família e ao nível de escolaridade do informante. No segundo bloco as perguntas versavam sobre os dados da família, a composição familiar, o trabalho e a renda, o nível de escolaridade, a situação habitacional e as despesas mensais fixas da família. O terceiro bloco se referiu à participação e à compreensão da família no PFBF.

Antecedendo à coleta propriamente dita, foi realizado um teste piloto do questionário elaborado para avaliar se a aplicação deste instrumental conseguiria captar todos os dados necessários ao alcance dos objetivos da pesquisa.

O processo de aplicação dos questionários seguiu os seguintes passos: contato com as coordenadoras dos CEIs selecionados explicando o objetivo da pesquisa. As mesmas concordaram e agendaram com as famílias uma data e horário. Aproveitei os momentos em que as famílias deixavam ou buscavam suas crianças no CEI para aplicar individualmente os 59 questionários, cujas respostas forneceram elementos para conhecer o perfil socioeconômico das famílias estudadas, como também o grau de participação delas no PFBF.

No segundo momento da coleta de dados realizei entrevistas em profundidade. A seleção do grupo de sujeitos para essa etapa obedeceu ao seguinte procedimento: após a aplicação dos questionários e de acordo com o que foi colhido, foi realizado um recorte para a escolha de sete sujeitos distintos e significativos, de acordo com os seguintes critérios variáveis de análise: arranjos familiares, escolaridade, renda e compreensão do entrevistado sobre o Programa. Das sete entrevistas realizadas com os participantes do PFBF, cinco foram feitas nos próprios domicílios dos entrevistados, agendadas previamente, e duas nos CEIs por opção dos próprios sujeitos. O intuito foi contemplar as seis regiões administrativas de Fortaleza (SERs). Nessa etapa, trabalhei com uma amostra reduzida, pois a entrevista, como instrumento, permite uma maior interação entre o

pesquisador e o sujeito. Nesta etapa da pesquisa deixei a palavra com o entrevistado e assumi a postura de ouvinte. Um tópico guia¹² (Apêndice C) foi utilizado em todas as entrevistas. Nessa etapa também foi entrevistada a coordenadora do PFBF no Ceará. (Apêndice D).

Foram priorizados relatos sobre histórias de vidas, infância, origem da família, estudos, trabalho, renda, constituição da família, lugar onde mora, modo de vida, costumes, crenças, práticas cotidianas, privilegiando sempre a narrativa. Nesta abordagem também foram contemplados os aspectos da relação geral com o Programa e a compreensão e aplicação do entrevistado sobre o conteúdo específico do mesmo: o planejamento do filho, a gravidez, o pré-natal, o parto, a amamentação, as vacinas. Garantia de direitos: registro e certidão de nascimento, licença maternidade, saúde, educação, alimentação, proteção contra a violência (maus-tratos, abusos). Práticas familiares: castigos, gritos, palmadas, bater, ameaças, brigas, conflitos na presença das crianças. Proteção e cuidados relacionados ao ambiente em que as crianças vivem, convivência com os vizinhos e a comunidade.

Com um prévio consentimento dos atores envolvidos, as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas cuidadosamente, como forma de garantir fidelidade a todas as informações dadas pelos entrevistados.

Em termos operacionais, as respostas dos questionários e os textos das entrevistas foram lidos exaustivamente. Em seguida, agrupei os conteúdos segundo as categorias relacionadas com as questões que foram postas aos sujeitos e, posteriormente, iniciei a sistematização e a análise dos dados e informações colhidas, que serão apresentadas a seguir.

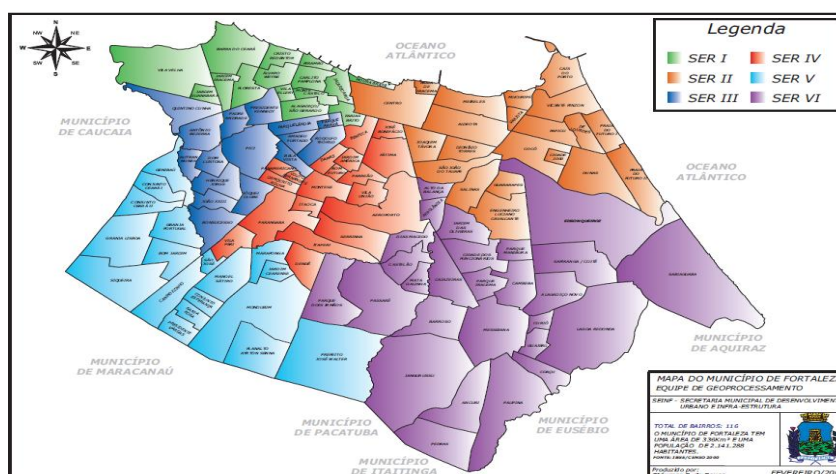
¹² O Tópico Guia, segundo Gaskell e Bauer (2002), é como um lembrete para o pesquisador das questões a serem investigadas, devendo ser apresentado em linguagem simples, empregando termos familiares adaptados ao entrevistado. Funciona como esquema preliminar para a análise das transcrições.

3.3 Um Perfil das Famílias Participantes do PFBF

O município de Fortaleza, com uma área de aproximadamente 336 km², está localizado na zona litorânea do Estado do Ceará, na região Nordeste do Brasil, a 3° 45' 47" de latitude Sul e 38° 32' 35" de longitude Oeste, a uma altitude de 26.36m em relação ao nível do mar, média de clima 26°C. Limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico, ao Sul com os municípios de Pacatuba, Eusébio, Maracanaú e Itaitinga, a Leste com o município de Aquiraz e o Oceano Atlântico e a Oeste com o município de Caucaia, conforme dados de 2000 da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento (SEPLA).

De acordo com dados de 2007 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Fortaleza é de 2.141.288 pessoas. A densidade demográfica é de 7.748 (habitantes por Km²). As principais atividades econômicas que aqui se desenvolvem são: turismo, comércio, indústria e serviços, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,786, de acordo com dados de 2000 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Fortaleza está dividida administrativamente em seis regiões, denominadas Secretarias Executivas Regionais – SERs, (Mapa 1), Cada SER administra um número X de bairros do total de 116, sendo assim distribuídos: SER I – 15 bairros; SER II – 20 bairros; SER III – 18 bairros; SER IV – 19 bairros; SER V – 17 bairros e SER VI – 27 bairros.



Mapa 1 - Mapa da Cidade de Fortaleza por Região Administrativa
Fonte: Prefeitura de Fortaleza.

Este estudo contemplou 14 bairros de Fortaleza, local de domicílio dos informantes distribuídos nas seis SERs da cidade, sendo: 7 informantes da regional I (SER I) abrangendo 1 bairro; 7 da regional II (SER II) abrangendo 3 bairros; 5 da regional III (SER III) abrangendo 2 bairros; 3 da regional IV (SER IV); 4 da Regional V (SER V) com 1 bairro e 33 da Regional VI (SER VI) abrangendo 5 bairros, conforme a Tabela 1.

Tabela 1- Bairros onde Moram os 59 Informantes desta Pesquisa

Região (SER)	Resposta	Qtde	%
I	Cristo Redentor/Colônia	7	11,86
II	São João do Tauape	5	8,47
	Aerolândia	1	1,69
	Aldeota	1	1,69
III	Rodolfo Teófilo	4	6,78
	Parque Universitário	1	1,69
IV	Vila Betânia	3	5,08
V	Benfica	1	1,69
	Parangaba	3	5,08
VI	Jangurussu/Conjunto Palmeiras	15	25,42
	Paupina	13	22,03
	Cidade dos Funcionários	2	3,39
	Conjunto Tasso Jereissati	2	3,39
	Luciano Cavalcante	1	1,69
Total		59	100,00

Fonte: Pesquisa Direta – PFBF.

O maior número de informantes se concentra na região VI Tabela 1, mais precisamente nos bairros do Jangurussu/Conjunto Palmeiras e Paupina. O fato se justifica em virtude de a referida região ser uma das maiores de Fortaleza, em número de bairros, de habitantes, de CEIs em funcionamento e maior número de famílias que participaram do Programa, conforme a Tabela 2:

Tabela 2- Dados Socioeconômicos dos Bairros Jangurussu e Paupina

Dados	SER VI	
	Jangurussu	Paupina
População:	63.401	18.499
Nº de domicílio:	15.302	4.617
Média de moradores por domicílio:	4,14	4,01
CEIs em funcionamento:	7	1
IDHM	0,421	0,397

Fonte: Dados de 2000 do IBGE/2000 e da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

A partir da descrição demográfica da cidade, passarei a considerar os contornos do perfil das famílias participantes do PFBB. Sob a categoria de gênero, este revela que os responsáveis pelas crianças são majoritariamente do sexo feminino (98,31%). Esse dado confirma os estudos de Freitas (2002, p. 81-82) quando argumenta sobre os papéis dos membros das famílias pobres, sugerindo:

a construção desses papéis é rasgada a todo instante pelo tecido social em que vivemos. Pensar em diferenças de classe implica conhecer bem pouco desse objeto de estudo. As famílias pobres são marcadas por muitas ambiguidades. Se o papel da mãe é central dentro de casa, essa mãe muitas vezes também está nas ruas. Em nossa sociedade, a constituição de mulheres chefe de família é uma realidade. A feminilização da pobreza aparece na ordem do dia.

Aqui interessa analisar o papel da mãe, que ao assumir a responsabilidade de educar sua prole necessita dos serviços dos CEIs para deixar seus filhos durante o tempo em que sai às ruas em busca de trabalho e renda. Essa realidade está presente na vida de mulheres cujos papéis são, nos termos de Freitas (2002), “rasgados” no cotidiano das relações sociais. Neste contexto, as observações sobre as famílias do PFB indicam que, geralmente, a mulher se torna responsável por alimentar, vestir, cuidar da saúde, educar e dar afeto aos filhos. Para cumprir tais responsabilidades a mulher chefe de família precisa trabalhar, muitas vezes sem descanso, porque a realidade assim exige. Ao deixar o trabalho na rua, assume as tarefas do lar, muitas vezes até a madrugada para que, no dia seguinte, possa, mais uma vez, seguir sua luta.

Segundo dados coletados neste estudo, as responsáveis pelas crianças, em maioria, se constituem de adultos nas seguintes proporções: 42,7% têm entre 20 e 30 anos e 40,67% entre 31 e 40 anos. Estes dados revelam que são pessoas em idade economicamente ativa, o que converge para a compreensão de serem mulheres chefes de família, como já identificado.

Outro dado que se agrega para delinear o perfil das famílias participantes deste estudo é a situação civil. Conforme os dados obtidos, a expressiva maioria (37,29%) convive maritalmente. Essa realidade é parte das transformações contemporâneas onde as relações familiares se dão sob os mais diferentes arranjos.

No que concerne à posição dos informantes na família das crianças que participaram do PFBF, houve a frequência de apenas um representante do sexo masculino, o que confirma a predominância feminina assumindo o papel de chefe de família.

Outro dado que vale destacar é o percentual de avós (5,08%) assumindo a responsabilidade de cuidar de crianças. Essa realidade tem sido frequentemente evidenciada, principalmente quando mães separadas com filhos pequenos apelam para as avós cuidarem de sua prole enquanto refazem novas alianças ou mesmo quando o trabalho retira delas as condições objetivas de cuidar de seus filhos.

O cruzamento dos dados obtidos no que se refere à relação entre a posição do informante na família e sua situação civil estão apresentados na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 - Cruzamento Posição do Informante X Estado Civil

Estado Civil	Posição do Informante								Total	
	Pai		Mãe		Avó		Tia		Qtd e	%
	Qtd e	%	Qtd e	%	Qtd e	%	Qtd e	%		
Não respondeu	0	0,00	1	1,69	0	0,00	0	0,00	1	1,69
Solteiro	0	0,00	7	11,86	0	0,00	6	10,17	13	22,03
Casado	1	1,69	8	13,56	3	5,08	1	1,69	13	22,03
Convive maritalmente	0	0,00	22	37,29	0	0,00	0	0,00	22	37,29
Separado	0	0,00	8	13,56	0	0,00	0	0,00	8	13,56
Viúvo	0	0,00	0	0,00	1	1,69	1	1,69	2	3,39
Total	1	1,69	46	77,97	4	6,78	8	13,56	59	100,00

Fonte: Pesquisa Direta – PFBF.

Além das avós, há a presença das tias solteiras (10,17%), que também vem se revelando recorrente entre famílias de baixo poder aquisitivo como responsáveis pelo cuidado das crianças. O fato é que criança exige cuidado, e as estratégias das famílias para equacionar isso são diversas, conforme as demandas da realidade vivenciada por cada uma em particular. Vale destacar que essas estratégias não expressam uma rejeição à vida familiar.

[...] nossos contemporâneos não se recusam a viver em família; [...] eles recusam o nó, não o ninho. O lar oferece num mundo duro, um abrigo, uma proteção, um pouco de calor humano. O que desejam é conciliar as vantagens da solidariedade familiar com as da liberdade individual. (SZYMANSKI, 2002, p. 19).

Outro dado importante para delinear o perfil das famílias participantes do PFBF é a escolaridade dos informantes. Conforme dados do Gráfico 1, a expressiva maioria dos entrevistados (23,73%) tem o Ensino Fundamental I Incompleto. Agregando-se a este quantitativo o percentual daqueles que afirmaram não ter instrução (5,08%), chega-se a (28,81%).

Outro dado que se destaca entre os informantes deste estudo, no que se refere à escolaridade, são 20,34% com ensino superior completo. Se a esse percentual se agrupar 5,08% dos que afirmaram ter curso superior incompleto, chega-se a 25,42%, dado significativo em se tratando da escolaridade de familiares que participam de um programa social. Entretanto, importa esclarecer que esse não é um fato recorrente entre os participantes do PFBF e que essa participação de pessoas com educação superior, no caso específico desta amostra, deu-se em virtude de a mesma incluir, nos questionários, uma parcela dos educadores infantis que, na condição de multiplicadores, participaram também do programa, pois têm filhos ou sobrinhos atendidos pelos CEIs.¹³

A visibilidade da situação de escolaridade dos participantes, tal como a análise, pode ser melhor visualizada pela demonstração quantitativa apresentada no Gráfico 1, a seguir.

¹³ No primeiro momento desta pesquisa, ou seja, no processo de aplicação dos questionários, as coordenadoras e educadoras infantis dos CEIS participaram porque na época tinham filhos ou sobrinhos atendidos nos CEIs.

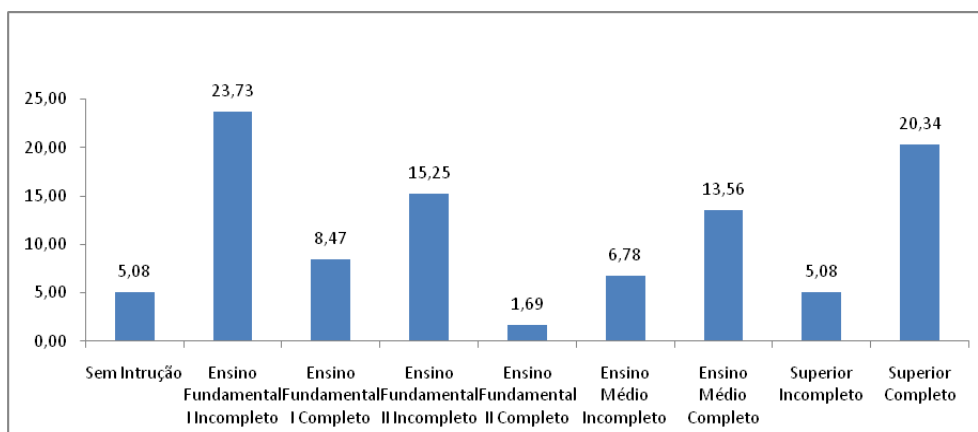


Gráfico 1 - Nível de Escolaridade do Informante (%)

Fonte: Pesquisa Direta – PFBF.

Para melhor identificar o perfil dos informantes, agrupei dados de escolaridade e situação civil. Aqueles com menor grau de instrução (sem instrução: Ensino Fundamental I Incompleto e Ensino Fundamental I Completo) inserem 37,28% dos informantes. Dentre eles, a expressiva maioria (18,64%) vive maritalmente; 6,78% são solteiros; 5,08% estão separados e apenas 3,38% estão casados.

Viver maritalmente tem se revelado a opção de muitas pessoas. Com esse estilo de convivência, livre da burocracia e das formalidades em geral, formam famílias sob os mais diferentes tipos de arranjos, e essa opção na atualidade não se vincula a questões de renda, escolaridade ou cultura.

Entre o grupo de informantes com escolarização de nível intermediário (Ensino Fundamental II incompleto; Ensino Fundamental II completo e Ensino Médio incompleto) tem-se a seguinte realidade: a maioria, representada por 10,17%, convive maritalmente, seguidos dos 6,78% que estão solteiros, e em igual percentual de 3,38% representando respectivamente os separados e que se encontram casados. Reafirmo que, entre os informantes com nível educacional intermediário, as mesmas características observadas entre entrevistados do grupo de baixa escolaridade no que se refere à situação civil, ou seja, a maioria (18,64% + 10,17%) soma 28,81% dos que fizeram a opção por viver maritalmente.

Como já referido, a opção por viver maritalmente extrapola a condição social, econômica e cultural das pessoas. O que vai interferir na condição de vida

das famílias que se formam a partir dessa opção são os cuidados que passam a dedicar tanto aos filhos que nascem dessa opção quanto aos que nascem dos casamentos formais ou de outros tipos de relacionamentos eventuais. A realidade leva a crer que viver em família não exige burocracia. Mais significativo que isso é a responsabilidade com que se formam, se confirmam ou se desenlaçam essas uniões, e as repercussões dessas atitudes para a vida de cada um dos seus integrantes.

Convergindo o olhar para o grupo com melhor nível de escolaridade (Ensino Médio completo; Superior incompleto), percebe-se uma distribuição mais homogênea nos dados que expressam a situação civil dos participantes, muito embora neste grupo a maioria (15,24%) tenha afirmado estar casada, seguida dos 8,47% que vivem maritalmente e dos 8,47% que se dizem solteiros, conforme Tabela 4.

Estar casado ainda se revela uma opção para a constituição familiar, embora seja comumente aceito que esta é apenas uma dentre outras formas de estabelecimento de vínculos entre casais.

Tabela 4 - Cruzamento Grau de Instrução X Estado civil com relação aos 59 Entrevistados

Grau de instrução	Arranjos Familiares												T o t a l	
	Não respondeu		S o l t e i r o		C a s a d o		Convive maritalmente		S e p a r a d o		V i ú v o			
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Sem Instrução	0	0,00	0	0,00	1	1,69	2	3,39	0	0,00	0	0,00	3	5,08
Ensino Fundamental I Incompleto	0	0,00	4	6,78	1	1,69	6	10,17	2	3,39	1	1,69	14	23,73
Ensino Fundamental I Completo	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	5,08	1	1,69	1	1,69	5	8,47
SUBTOTAL	0	0,00	4	6,78	2	3,38	1 1	18,64	3	5,08	2	3,38	22	37,28
Ensino Fundamental II Incompleto	0	0,00	2	3,39	0	0,00	6	10,17	1	1,69	0	0,00	9	15,25
Ensino Fundamental II Completo	0	0,00	0	0,00	1	1,69	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	1,69
Ensino Médio Incompleto	0	0,00	2	3,39	1	1,69	0	0,00	1	1,69	0	0,00	4	6,78
SUBTOTAL	0	0,00	4	6,78	2	3,38	6	10,17	2	3,38	0	0,00	14	23,72
Ensino Médio Completo	0	0,00	0	0,00	5	8,47	2	3,39	1	1,69	0	0,00	8	13,56
Ensino Superior Incompleto	0	0,00	1	1,69	1	1,69	1	1,69	0	0,00	0	0,00	3	5,08
Ensino Superior Completo	1	1,69	4	6,78	3	5,08	2	3,39	2	3,39	0	0,00	12	20,34
SUBTOTAL	1	1,69	5	8,47	9	15,24	5	8,47	3	5,08	0	0,00	23	38,98
TOTAL	1	1,69	1 3	22,03	1 3	22,03	2 2	37,29	8	13,56	2	3,39	59	100,00

Fonte: Pesquisa Direta – PFBF.

De modo geral, é possível afirmar que a leitura dos dados relacionados na Tabela 4 (grau de instrução X estado civil) converge para referendar a multiplicidade dos arranjos familiares entre pessoas de diferentes níveis de instrução, embora prevaleça entre os de menor escolaridade a opção declarada por viver maritalmente em relação àqueles com melhor nível de escolaridade. Outro aspecto que concorre para delinear o perfil das famílias participantes deste estudo consiste no espaço que dividem para moradia e no estilo dessas construções, conforme o Gráfico 2. Como já se fez referência, os CEIs que integram essa amostra se situam em bairros da

periferia de Fortaleza. De modo geral, seus habitantes convivem com inúmeras dificuldades infraestruturais que vão desde a inexistência de saneamento básico à escassez de transporte; escolas de qualidade; postos de saúde; segurança pública, dentre outras vulnerabilidades que se agravam quando suas residências se situam nos becos desses bairros, cujos aglomerados se formam de modo espontâneo ao das favelas. Entre os entrevistados, a expressiva maioria (93,22%) vive em casa de alvenaria, e apenas 1,69% moram em casa de taipa. Por ocasião das visitas, sobretudo na realização das entrevistas, foi possível observar que, entre as casas de alvenaria, muitas delas estão inacabadas, sem reboco, transparecendo o tijolo vermelho de suas paredes.

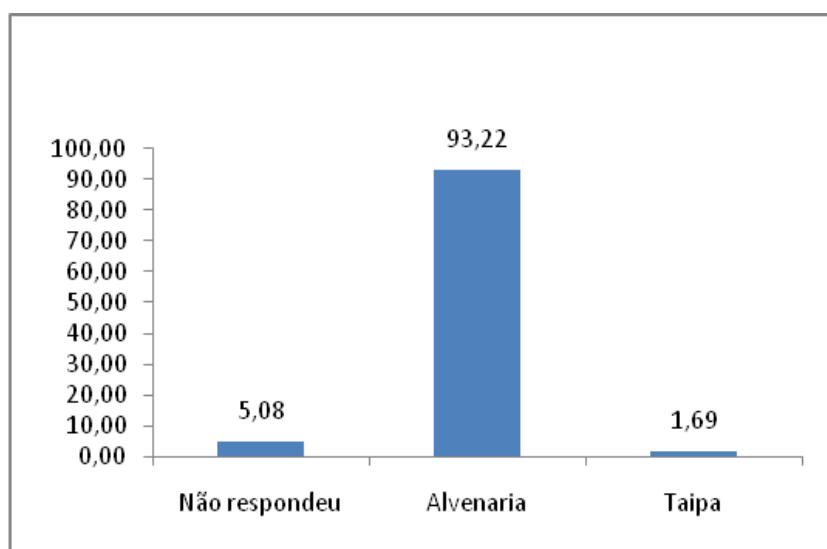


Gráfico 2 – Tipo de Construção (%)

Fonte: Pesquisa Direta – PFBF.

De acordo com o Gráfico 3, no que se refere à condição de propriedade dessas habitações, identifica-se que a maioria (77,97%) se diz proprietária; 11,86% deles são alugados, e 1,69% vivem na casa de familiares. É importante observar que muitos dos que se dizem proprietários não possuem a documentação legal do imóvel. Na verdade, invadiram terras ou se apossaram dos espaços mais distantes e neles foram se acomodando conforme as possibilidades de cada um.

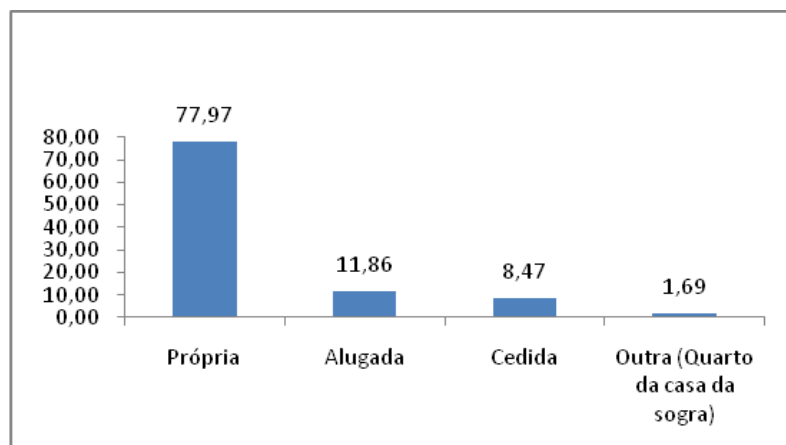


Gráfico 3 - Tipo de Moradia (%)

Fonte: Pesquisa Direta – PFBF.

Por ocasião das visitas realizadas a essas residências, observei que, para a acomodação do número de membros por família, essas casas são pequenas, modestas e algumas em condições habitacionais muito precárias.

A acomodação das pessoas em relação aos cômodos dessas casas mostra-se insatisfatória para a garantia da privacidade e do conforto. A maioria (33,90%) divide entre seus membros de três a quatro cômodos pequenos, em geral formados por sala, quarto, cozinha e banheiro, conforme a Tabela 5. Sendo assim, foi possível verificar, nas visitas nas casas, que as pessoas se amontoam para dormir, dividindo o mesmo espaço entre adultos e crianças.

Tabela 5 - Número de Cômodos da Moradia

Resposta	Qtde	%
Não respondeu	2	3,39
1 a 2	12	20,34
3 a 4	20	33,90
5 a 6	14	23,73
7 a 8	4	6,78
Mais de 8	7	11,86
Total	59	100,00

Fonte: Pesquisa Direta – PFBF.

Quanto ao número de membros da família que trabalham (considerando mais de um membro), a Tabela 6 mostra que, dos 59 responsáveis pelas famílias pesquisadas, 10 são aposentados, 43 assalariados e 25 deles trabalham na informalidade. A renda familiar é composta pelos rendimentos dos 59 responsáveis,

geralmente acrescidos de pensão alimentícia, aposentadoria transferência de renda (33 são beneficiários do Programa Bolsa Família), entre outras receitas.

Tabela 6 - Número de Membros nas 59 Famílias que Recebem Remuneração

Resposta	
Aposentados	10
Assalariados/com carteira	43
Trabalho informal	25

Fonte: Pesquisa Direta, PFBF.

A Tabela 7 apresenta a composição familiar dos participantes deste estudo, por faixa etária, a qual demonstra que 38,96% são adultos. Portanto, pessoas em idade economicamente ativa, com intervalo variando entre 21 e 50 anos de idade.

Quando agrupada a quantidade de crianças na faixa etária de zero até 15 anos, atinge-se um percentual de 47,41%, ultrapassando, portanto, a quantidade de adultos entre 21 e 50 anos na composição das famílias.

A relação entre essas duas faixas etárias (adultos de 21-50 anos com 38,96% X crianças de zero a 15 anos com 47,41%) sugere uma desproporção entre o quantitativo dos que precisam gerar renda dos demais para garantir suas necessidades de consumo. Ressalto que nessas proporções não foram considerados os maiores de 50 anos (6,17%), entre os quais se situam pessoas idosas que vivenciam vulnerabilidades próprias da idade que lhes colocam na condição de dependência. Mesmo entre os aposentados essa relação muitas vezes se verifica, pois o valor das aposentadorias não consegue dar conta de suas necessidades. Há também casos inversos em que a aposentadoria da pessoa idosa é revertida como renda familiar, sendo usada mais para o sustento dos netos e de outros integrantes da família do que para a satisfação das necessidades do idoso.

A Tabela 7 mostra que outro intervalo geracional entre as famílias participantes é composto por jovens entre 16 e 20 anos, aqui representados por 7,47%. Esses jovens, em geral, enfrentam muitas dificuldades de acesso ao mundo do trabalho. Tais dificuldades estão relacionadas ao baixo nível de educação formal e ao despreparo ou desqualificação para o trabalho. Esses fatores, em geral,

condicionam o desemprego e, conseqüentemente, as estratégias de entrada dos jovens na informalidade.

Tabela 7 – Composição Familiar por Faixa Etária

Resposta	Qtde	%	Média
Menores de 06 anos	70	22,73	1,19
De 06 a 15 anos	76	24,68	1,29
De 16 a 20 anos	23	7,47	0,39
De 21 a 50 anos	120	38,96	2,03
Acima de 50 anos	19	6,17	0,32
Total	308	100,00	5,22

Fonte: Pesquisa Direta, PFBF.

Essa composição familiar formada por 308 pessoas, considerada sob a responsabilidade de 59 representantes, quando observada sob a relação econômica de quem trabalha ou de alguma forma contribui para a manutenção da família e quem depende desses rendimentos para sobreviver, revela um quadro compatível com a pobreza.

Na Tabela 8 estão relacionados a situação de trabalho, a renda e os dependentes, onde se distribui o quantitativo das 308 pessoas que integram as 59 famílias participantes deste estudo.

Tabela 8 - Condição das Famílias segundo: Trabalho, Renda e Dependência

Situação	Qtde	%	Renda Total/Mês	%	Renda Média Mensal
Trabalho Formal (Carteira Assinada)	43	31,61	25.930,00		603,02
Trabalho Informal	44	32,35	12.378,00		281,30
Aposentados	10	7,35	5.300,00		530,00
Pensão Alimentícia	06	4,41	2.710,00		451,00
Transferência de Renda (Bolsa Família e outros)	33	24,26	3.278,00		99,30
Total de Membros/308					
Total Produto	136	100,0	48.596,00	-	-
Relação Familiar de Dependência Econômica	Do total de 308 integrantes das 59 famílias, 136 possuem alguma renda e 272 em nada contribuem, dentre eles crianças, adolescentes, adultos, desempregados				

Fonte: Pesquisa Direta / PFBF.

Para efeito desta pesquisa, a relação de dependência econômica entre os 308 membros das 59 famílias pode ser assim compreendida:

- 136 pessoas têm alguma renda, seja decorrente de trabalho formal, informal, aposentadoria, pensão alimentícia ou participação em programas de transferência de renda;

- as demais, 172 pessoas, se colocam na condição de dependência econômica. Dentre elas, se inserem 146 crianças ou adolescentes com idade entre zero e 15 anos. As outras 26 são economicamente dependentes por não possuírem nenhuma fonte de renda, podendo estar entre idosos ou mesmo em idade economicamente ativa, porém sem contribuir financeiramente para o sustento de suas famílias.

Para avaliar o perfil das famílias que participaram do PFBF em relação à renda familiar mensal, optei por tomar como parâmetro o salário mínimo, considerando que no Brasil não há critério que defina pobreza de forma clara. Segundo Sposati (2007), em alguns momentos, a análise da pobreza é feita conforme parâmetros do Banco Mundial, que relaciona indigência à renda de 1 dólar *per capita* por dia, e a pobreza a 2 dólares *per capita* por dia. Em outras situações, utilizam como parâmetro o salário mínimo em que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo *per capita* por mês corresponde à indigência ou extrema pobreza e $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita* por mês corresponde à pobreza (estes dois últimos indicadores servem de critério para o ingresso no Programa Bolsa Família).

Conforme apresentado na Tabela 9, a soma total das rendas dos responsáveis pelas 59 famílias é de R\$ 30.230,00. Esse valor corresponde a 62,61% da renda total de todas as 59 famílias, que é de R\$ 48.596,00. Extraíndo-se uma média de renda mensal do responsável de R\$ 512,37, a média de renda familiar é de R\$ 823,66, incluindo aí pensão alimentícia, aposentadoria, transferência de renda e outras rendas.

Tabela 9 - Renda Familiar Mensal (R\$)

Resposta	Renda Total (R\$)	%	Média (R\$)
Total de renda dos 59 Responsáveis pela família	30.230,00	62,21	512,37
Pensão Alimentícia	2.710,00	5,58	45,93
Aposentadoria	4.690,00	9,65	79,49
Transferência de renda (incluindo o Bolsa Família)	3.278,00	6,75	55,56
Outras Rendas	7.688,00	15,82	130,31
Total da renda familiar	48.596,00	100,00	823,66

Fonte: Pesquisa Direta, PFBF.

A média de despesas fixas mensais dessas famílias é de R\$ 529,90, conforme a Tabela 10. As maiores despesas estão relacionadas, em primeiro lugar com alimentação, em segundo com energia elétrica, em terceiro com gás de cozinha e, em quarto lugar, com água.

Assim, comparando-se a renda média mensal do responsável da família, que é de um salário mínimo, conforme a Tabela 9, em relação às despesas médias mensais fixas, que é de R\$ 529,00, verificado na Tabela 10, percebe-se que as despesas das famílias são maiores que a renda.

Tabela 10 - Despesas Mensais Fixas

Resposta	Renda Total (R\$)	%	Média (R\$)
Aluguel da Casa	790,00	2,53	13,39
Prestação da Casa	200,00	0,64	3,39
Energia Elétrica	2.754,00	8,81	46,68
Água CAGECE	2.279,00	7,29	38,63
Gás de Cozinha	2.352,00	7,52	39,86
Alimentação	17.788,00	56,90	301,49
Transporte	1.841,00	5,89	31,20
Medicamentos	1.350,00	4,32	22,88
Outros Gastos	1.910,00	6,11	32,37
Total	31.264,00	100,00	529,90

Fonte: Pesquisa Direta – PFBF.

Uma visão panorâmica do perfil das famílias dos 59 participantes deste estudo pode ser descrita a partir das variáveis onde os dados quantitativos foram evidenciados. Sob essa perspectiva, pode-se afirmar que, em geral, essas famílias são na maioria formada por mulheres, cerca de 98,31%, e são adultos jovens na proporção de 42,7% que têm entre 20 e 30 anos, e 40,67 entre 31 e 40 anos.

Segundo a situação civil, conforme os achados, 37% convivem maritalmente, 22,03% são casados, 22,03 são solteiros, 13,56% são separados, 3,39 são viúvos.

Quanto à escolaridade dos 59 participantes, 5,08% não têm instrução, 23,73% têm Ensino Fundamental I incompleto, 8,47% têm Ensino Fundamental I completo, 15,25% têm Ensino Fundamental incompleto, 1,69% têm Ensino Fundamental II completo, 6,78% têm Ensino Médio incompleto, 13,56% têm Ensino Médio completo, 5,08% têm Ensino Superior incompleto, e 20,34% têm Superior completo (ver nota de rodapé).

Em relação à escolaridade e os arranjos familiares apresentados no Quadro 5, percebe-se que dos 22 informantes que detêm o menor índice de escolaridade, incluindo os sem instrução, Ensino Fundamental I incompleto, Ensino Fundamental I completo, 18,34% convivem maritalmente, seguidos de 6,78% que são solteiros, 5,08% são separados, 3,38% são casados e 3,38 são viúvos.

Quanto aos informantes que possuem o índice de escolaridade intermediário, incluindo: Ensino Fundamental II incompleto, Ensino Fundamental II

completo e Ensino Médio incompleto, 10% convivem maritalmente, 6,78% são solteiros, 3,38% são casados e 3,38% são separados.

Em relação aos informantes com melhor nível de escolaridade, incluindo Ensino Médio completo, Ensino Superior incompleto e Ensino Superior completo, constata-se que 15% são casados, 8,47% convivem maritalmente, 8,47% são solteiros, 5,08% são separados e 1,69% não responderam.

Dos 59 informantes a maioria convive maritalmente, ou seja, cerca de 37%, sendo que deste total 18% têm baixo nível de escolaridade, seguidos de 10,17% que têm nível de escolaridade intermediária e 8,47% que têm maior nível de escolaridade.

Quanto à moradia dos 59 informantes, 93% moram em pequenas e precárias casas de alvenaria sem documentação legal, a maioria construída em terrenos apossados, em fundo de quintal, na casa de sogra e outros. A maioria dos domicílios é composta de três ou quatro pequenos cômodos, incluindo banheiro, sala, cozinha e um quarto.

A composição familiar dos 59 informantes agrega 308 componentes, com uma média de 5,22 pessoas por domicílio. A média de renda familiar é de R\$ 823,66, incluindo salário do responsável, pensão alimentícia, aposentadoria, transferência de renda (33 famílias recebem Bolsa Família) e outras rendas. A média de renda do responsável é de R\$ 512,37, aproximadamente um salário mínimo. A maioria da renda das pessoas vem de trabalho informal.

Em síntese, a maioria das famílias se agrupa conforme a realidade contemporânea onde os arranjos familiares se constroem ou se desfazem conforme as escolhas individuais fundadas em diferentes variáveis que levam as pessoas a decidir permanecerem juntas ou separadas. Em termos de habitação, observa-se que essas famílias residem em áreas da periferia de Fortaleza, cujos bairros são desprovidos de infraestrutura adequada à garantia da qualidade de vida para seus habitantes. Outro traço comum se refere à precariedade das habitações cujos cômodos se mostram insuficientes para garantir conforto aos seus moradores. Ainda em relação às condições de moradia, observa-se que essas famílias não dispõem de móveis e utensílios essenciais à produção da vida cotidiana com conforto e qualidade.

No que se refere à situação de escolaridade, o traço característico dessas famílias pode ser descrito pela maioria composta por aqueles sem instrução ou que estudaram até o ensino fundamental incompleto. Tal característica pode interferir na situação de trabalho e renda, com a maioria da população economicamente ativa trabalhando na informalidade, o que não garante cobertura dos benefícios sociais de aposentadoria, seguro desemprego, dentre outros, além de produzir a instabilidade financeira, visto que há uma garantia formal de que ao fim de trinta dias a família dispõe de um salário para corresponder às suas obrigações com pagamento de água, luz, aluguel, alimentação, dentre outros.

A partir desses traços gerais, o próximo item deste estudo particulariza situações vivenciadas pelos sete informantes em suas histórias de vida, cujas características mais marcantes são destacadas. Apresentam-se as histórias de Luís, Mazé, Raimunda, Fátima, Maria, Luiza e Joana.

3.4 Histórias de Vida dos Participantes do PFBF

O propósito de conhecer, de avaliar de uma maneira mais aprofundada a compreensão das famílias sobre do PFBF exigiu de mim, enquanto pesquisadora, a atitude de adentrar em suas casas, apurar os ouvidos e os olhos para apreender melhor as falas, construir as narrativas e captar aquilo que não foi falado, mas que ficou nas entrelinhas. Conforme frisado no início deste capítulo, foram efetivadas sete entrevistas gravadas e a utilização do tópico-guia em que foram reconstruídas as histórias de vida dos responsáveis das famílias que participaram do Programa.

Atenção especial foi dada ao bairro, à rua e à moradia, signo de uma condição social. Os sete narradores moram em bairros periféricos, alguns mais organizados do ponto de vista urbanísticos, outros destituídos de benfeitorias básicas. Para esse momento foi necessário selecionar os sujeitos responsáveis diretos pelas crianças dentre aqueles capacitados pelos educadores e educadoras dos CEIs a partir dos seguintes critérios:

ENTREVISTADO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO INFORMANTE
Luís	Maior renda: 2 ½ S.M. e gênero masculino
Mazé	Maior envolvimento com o Programa
Raimunda	Arranjo familiar: avó responsável pelo neto
Fátima	Menor nível de escolaridade: sem instrução
Maria	Mudança de atitude após o Programa
Luiza	Menor renda: ¼ do S.M. mensal (Miséria)
Joana	Maior escolaridade

Quadro 1 - Entrevistados – Critério de Seleção dos Informantes

Fonte: Pesquisa Direta – PFBF.

O segundo momento da pesquisa teve início pelo bairro de São João do Tauape (SER II). Embora se trate da periferia, o bairro conta com rede de esgoto, água, energia, coleta de lixo, creche, escola, calçamento, e, para minha surpresa, algumas pessoas ainda costumam se sentar em cadeiras nas calçadas. Apresentam-se, a seguir, as histórias de vida dos entrevistados.

1º. Luís

O critério para seleção deste primeiro sujeito foi o da renda e por ser o único participante no Programa do sexo masculino. Luís foi informado do Programa pela coordenadora do CEI, achou interessante porque o assunto era família e participou de algumas reuniões. Menciona que gostou muito do almanaque e que aprendeu a valorizar mais a família e a ficar atento ao cartão de vacinas dos filhos. Acha importante porque orienta as famílias e ajuda a planejar o nascimento dos filhos. A entrevista se deu no CEI por sugestão do próprio Luís, argumentando que o local de sua moradia é zona de constante combate entre polícia e traficantes.

O perfil de Luís tem as seguintes características: 34 anos, ensino médio completo, casado, pai de dois filhos, trabalha em uma empresa que presta serviço para uma telefônica, com renda mensal de 2 ½ SM (incluído o salário da esposa), mora no bairro Aerolândia (SER II), em casa de alvenaria composta por seis cômodos.

Nascido em Fortaleza, Luís foi criado pela avó desde os três anos de idade e ficou com ela até os 15 anos, quando esta veio a falecer. Então foi morar com os tios, quando começou a estudar:

Aí de lá pra cá, nunca mais deixei de estudar.

Terminou o ensino fundamental e médio.

Conta que conheceu a esposa na escola e estão casados há 13 anos. Tiveram dois filhos, uma menina que hoje está com sete anos, na 3ª série, e um menino que está com três anos e frequenta o CEI.

Trabalha em uma empresa que presta serviço para uma telefônica. Fala que sua esposa também trabalha:

É, eu trabalho, minha esposa também trabalha. Nós vivemos uma vida, graças a Deus balanceada né? "Dá pra suprir nossas necessidades.

Diz-se evangélico não-praticante e que sua esposa é evangélica praticante. Observamos em seu semblante satisfação quando falava de sua família. Lamentou não poder me receber em sua casa, devido trabalhar o dia todo e morar no bairro Aerolândia (SER II), zona de grande perigo. Agradeceu e falou que tinha gostado de ter participado da entrevista.

2º. Mazé

Outra história é a de Mazé. O critério de seleção para esta entrevista foi seu maior envolvimento no Programa. Este critério, de forte conteúdo simbólico, foi considerado neste estudo a partir dos indicadores de maior frequência às atividades do Programa, como também de cumprimento dos seus ensinamentos depois do encerramento das capacitações, o que se expressa na mudança de atitudes referida pela entrevistada. Ela destacou que sua participação no Programa se deu através de informação pela coordenadora. Interessou-se porque o assunto era família,

frequentou algumas palestras e leu o almanaque. Menciona que aprendeu a proteger mais suas filhas e que saiu do emprego formal para não deixar suas filhas sozinhas e evitar acidentes domésticos. Ficou mais atenta ao cartão de vacinas e aprendeu a escolher os programas de televisão. Acha importante porque é sempre bom aprender.

Mazé, 30 anos de idade, ensino fundamental completo, convive maritalmente e tem duas filhas. Faxineira, tem renda mensal de 1 ¼ SM (incluído o salário do marido), mora no bairro São João do Tauape (SER II), em casa com dois cômodos (incluindo o banheiro).

Nasceu em Pindoretama-CE, procedente de uma família extensa, tem dez irmãos com núcleo familiar tradicional:

Meu pai é pescador e minha mãe num trabalhava não, era só dona de casa mesmo, família humilde.

Relata que até os 12 anos era tudo bom, estudava normalmente, brincava muito com os irmãos, eles mesmos faziam os brinquedos:

Ah! a gente brincava mais assim, a gente mesmo fazia os brinquedinhos. Eu lembro que eu morava no interior, tinha muita planta, aí ficava brincando de casinha, de comidinha, essas coisas.

Com essa idade (12 anos), teve que vir para Fortaleza para trabalhar como doméstica devido às condições financeiras da família. Relata que teve dificuldades de conciliar o trabalho e o estudo:

Aí, assim, a gente ia, aí aqui eu estudava e trabalhava, mas eu depois saía né? Já desperdia, assim uma parte de tempo, mas eu concluí ainda o fundamental que antes era a oitava, né?

Conheceu o marido na escola aos 18 anos. Convivem maritalmente há 13 anos, têm duas filhas, uma de 12 e outra de 4 anos. Atualmente trabalha como faxineira. Por não ter com quem deixar suas filhas em casa no período em que não

estão na escola foi obrigada a sair de um emprego formal. Há dois anos frequenta a Igreja Evangélica.

O marido trabalha como vigia e a renda mensal da família é de 1,4 SM, sendo R\$ 510,00 do marido, R\$ 160,00 dela como faxineira e R\$ 44,00 do Programa Bolsa Família. Mora em casa de alvenaria cedida pela sogra, composta de dois pequenos cômodos: o quarto e a sala, incluindo o banheiro. No quarto dormem ela, o marido e a filha de quatro anos. A sala está dividida em um pequeno espaço onde fica a cozinha, composta de muitos utensílios, aparelhos eletrodomésticos dispostos em um balcão, geladeira, fogão e uma mesa com quatro cadeiras. Também faz parte do mobiliário da sala um velho sofá, que é utilizado para assistirem televisão, serve de cama para a filha mais velha e de vez em quando é oferecido para as visitas se sentarem. O sofá fica próximo ao fogão.

Por ocasião da entrevista, a filha de quatro anos brincou e conversou com suas bonecas, sentada no chão da sala. Grande parte da família de seu marido mora também nesse mesmo lugar: sua sogra, cunhados casados, sobrinhos e outros parentes. Todas as vezes que Mazé se reportou ao marido e às filhas demonstrou afetividade e um grande senso de responsabilidade pela família.

3º. D. Raimunda

Saindo do bairro São João do Tauape (SER II), a próxima visita se deu no bairro da Paupina, lado sul do município de Fortaleza, pertencente à Secretaria Executiva Regional VI (SER VI), distante do centro da cidade mais ou menos 13 quilômetros. O lugar se caracteriza pela paisagem, cheio de mangueiras, cajueiros, coqueiros e clima bastante ventilado.

Esse deslocamento se deu na companhia de uma colega e amiga de trabalho, uma pedagoga que tinha participado da primeira etapa de investigação deste estudo. No trajeto para a casa de D. Raimunda, a terceira entrevistada, observamos uma senhora bem idosa varrendo com uma vassoura de palha um terreiro coberto de folhas secas caídas das mangueiras. Por curiosidade perguntei sua idade e, para surpresa, ela respondeu:

Cento e dois mia fia, graças a Deus.

E continuou seu trabalho sem dar maior importância à presença dessas pessoas a ela estranhas.

Dona Raimunda já nos aguardava. Desta feita a entrevista seria com uma avó, que fora informada do Programa pela coordenadora do CEI e se interessou porque seu neto de dois anos estava morando com ela. Mesmo não sabendo ler, disse que aprendeu a ficar atenta ao cartão de vacinas. Acha uma grande ajuda para as pessoas que não sabem ler.

Em linhas gerais, seu perfil pode ser descrito com as seguintes características: 55 anos, sem instrução, casada, tem três filhos e cria o neto. Não trabalha e a renda da família é 1 ½ SM do marido aposentado. Mora em casa com sete cômodos. (Critério para seleção da entrevista – arranjo familiar, família “matrifocal” – avó, apesar de não trabalhar concentra toda a responsabilidade da família e administra o salário do marido aposentado).

Dona Raimunda nasceu ali mesmo no bairro da Paupina e conta que seus pais eram muito bons e que souberam criar os filhos como deveriam ser criados, com boa alimentação e educação (não formal, pois só assina o nome).

Relata que todos aqueles terrenos eram de propriedade de sua família:

Esse terreno aqui era todim, era todo do nosso avô, daqui desta casa, lá do CEI, acolá onde mora a presidente da associação, tudim era do nosso avô, aí foi vendido e cada qual ficou com sua parte [...] Eu quase num estudei porque naquela época era muito difícil, só fiz até o primeiro ano, só fiz só pra assinar o nome.

Fala que se casou cedo, que nunca trabalhou fora de casa e teve três filhos. Há mais de um ano está criando o neto, filho de um filho. Desabafa:

Ela vivia com meu filho bem ali, eles tinha a casa deles, tinha, a, num deu mais certo, aí ele se separou-se e ela não quis mais saber da criança, aí butou pra mim, aí já faz um ano que to cum ele aqui, aí eu assumi, num tem outro jeito, ele só vai lá na casa da mãe dele quando o bixim tá aqui e chora querendo ir aonde tá a mãe dele, aí o pai leva pra banda de lá, aí quando bem a gente pensa que tá lá, ele já tá aqui de volta.

Hoje afirma que é responsável pelo neto e pelo resto da família. Diz-se praticante da Igreja Evangélica e que se dá bem com todos da Igreja Católica. Cinco pessoas moram com ela: o marido, os três filhos e o neto, em uma casa de alvenaria com sete cômodos, bem conservada e com bom aspecto de higiene, construída em um grande terreno com muitas árvores frutíferas. Durante a entrevista percebemos um olhar de satisfação em falar de sua vida, de sua história e o seu interesse de cuidar e educar o neto.

4º. Fátima

Ao sair do sul da cidade, fomos para o lado oeste, precisamente para o bairro da Colônia ou Cristo Redentor, distante do Centro uns nove ou dez quilômetros, próximo à Avenida Leste-Oeste. Por se tratar de uma região perigosa e desconhecida, tive receio de ir só e pedi o apoio da coordenadora do CEI para a caminhada até a residência da quarta entrevistada por saber que a mesma era conhecida da comunidade, pois além de coordenar o CEI, era moradora da área e realizava trabalhos voluntários com as mães que frequentam essa instituição.

Mais uma vez a companhia de um colega de trabalho tornou-se necessária para maior segurança no trajeto até o referido endereço. Por volta das 16h chegamos a essa residência. A coordenadora pediu que fossem guardados todos os objetos que chamassem a atenção das pessoas: relógio, pulseira, colares, bolsas, e que fossem desligados os celulares. Apenas o gravador foi colocado dentro do bolso da calça. A caneta, o diário de campo e o tópico guia ficaram na mão. O carro ficou estacionado a certa distância do início da rua, pois além de estreita e sem calçamento, era de terreno irregular, com altos e baixos, dificultando a passagem das pessoas e impossibilitando o trajeto de carros.

Durante o percurso foi possível vislumbrar dois cenários contrastantes. Do lado direito um mar que se descortina maravilhoso com suas águas ora verde, ora azul, indefinido a linha do horizonte, isto é, onde termina a terra e onde começa o céu. E do outro lado, um aglomerado de casas, muitas sem rebocos, construídas de maneira desordenada, não obedecendo a nenhum planejamento urbano. Segundo informações de um líder comunitário da área, o bairro foi originado de uma antiga colônia de pescadores, em cuja sede funciona, hoje, uma escola municipal.

Fátima mora em um pequeno e precário quarto cedido pela sogra, localizado nos fundos da casa. Para alcançarmos nosso destino precisamos primeiramente atravessar a casa de três cômodos quase sem nenhuma mobília, de aspecto sujo e desorganizado. Observamos que no cômodo da frente tinha um colchão no chão onde um rapaz estava deitado assistindo à televisão, dividindo o espaço com pelo menos oito crianças. Algumas choravam e uma bem pequena estava nos braços da mãe. Francisca nos informou que lá residem doze crianças, todas filhas dos filhos de sua sogra, e que quatro estavam internadas com diarreia e vômito.

Fátima foi informada do Programa quando participava de uma reunião no CEI. Achou interessante porque iam falar de família e participou de algumas palestras. Por não ter instrução, pediu à madrinha da filha para ler o almanaque para ela, mas não se lembrava muito do que se tratava. Mesmo assim, gostou porque se referia a família. Fátima foi selecionada seguindo o critério de sujeito sem instrução.

Nasceu em Acopiara-CE. Filha de pais pobres que trabalhavam na roça, morava em casa de taipa na serra, zona rural do município. Os pais não tinham instrução nem condições de colocar os filhos para estudarem. Conta que aos 12 anos foi obrigada a vir para Fortaleza para trabalhar como doméstica. Não recorda de nenhuma brincadeira de seu tempo de infância.

Conheceu o marido quando tinha 20 anos:

Eu fiquei junto cum ele com uns vinte e poucos anos, depois que eu tive meu menino foi que a gente casou o civil, aí vivemo assim, lutei num sei quanto pra conseguir uma casa e não consegui, aí a gente ficou morando aqui num quartinho e assim continua a vida, trabalhei muito, muito mermo na casa dos outro.

Tem dois filhos: um menino de seis anos e uma menina de um ano e seis meses. Fez laqueadura das trompas quando teve o segundo filho. Relata que quase todos os avós já morreram, só estando vivo o pai de sua mãe, que mora no interior de Acopiara.

Questionada se tinha alguma ocupação, alguma renda, ela respondeu:

Não trabalho por causa dela (se referindo à criança pequena que estava em seus braços). Senão, eu tava trabalhando e hoje eu num tava falando e reclamando tanto da vida.

Não paga água nem energia, pois o marido fez gambiarra, isto é, puxou a energia da casa da mãe e instalou uma torneira de água para uso da família.

Fátima desabafa:

Ah! mulher, é tudo tão difícil, eu tenho um sonho de colocar meu filho num colégio bom, assim, mas não tenho condições, aí hoje eu fui ali vê um reforço para botar ele, mas a mulher perguntou se eu podia ir hoje pagar vinte reais, mas eu disse: eu não tenho esse vinte reais.

Relata que o marido não deixa a filha de um ano e seis meses frequentar o CEI, e essa decisão a prejudica muito, pois queria trabalhar. Diz ser católica e que todo mês leva as crianças para a igreja e que elas são acompanhadas pelo pessoal da Pastoral da Criança.

No quartinho onde Fátima, o marido e seus dois filhos moram está disponível como mobiliário uma cama de casal em bom estado de conservação e que serve para as visitas se sentarem; uma mesa de madeira e, em cima dela, uma televisão quase sem condições de uso e muitos utensílios de cozinha; um precário fogão, redes enroladas nas paredes perto do fogão e um móvel velho com gavetas para guardar roupas. Não vi nenhum brinquedo. Do lado de fora do quarto existe uma pia para lavar roupas, e que também é utilizada para lavar louça, e um precário banheiro para uso das famílias (sem nenhuma estrutura sanitária).

Francisca fala que tem um sonho:

Meu sonho é ter uma casa total, uma cozinha, dois quartos e um banheiro [...] meu sonho, mas eu acho que nunca vou realizar não. Tava tendo um mutirão, aí eu lutei tanto para ganhar uma casa e nem ganhei, aí ligaram pra dizer que a mulher que tava colocando o nome da gente fugiu, sumiu e a gente não ganhou a casa, não tenho mais esperança, já duas vez que eu entro no mutirão, não consigo, eu pelejei, eu com esta menina nos braços no sol quente, longe que só e nada...eu queria uma casa que era pra quando eu morrer deixar pro meu filho, uma boa escola pública pra minha filha, se eu morasse perto da minha mãe, minha vida seria muito mais fácil, tudo dificulta pra mim, até pra ir pro médico é difícil [...] As vezes fico pensando [...] meu Deus porque passo desse jeito assim, mais um dia, eu acho quando ela tiver grande, voltarei a trabalhar de novo [...] e assim é a vida.

Fátima fala que só sai para ir à casa da sogra e da madrinha da filha pequena e, algumas vezes, vai à bodega, pois o local é muito perigoso:

Eu só falto morrer, falto morrer mesmo de medo, no natal, aqui minha sogra tava na porta, aí era tanto tiro, eu tava vendo a hora ele pular aí e atirar e matar todo mundo aqui. Eu gosto daqui, mas no mesmo instante eu tenho medo de criar meus filhos aqui, sabe como é, eu quero tanto que meu filho siga um caminho certo, não assim no mundo das drogas, essa coisa não.

O perfil de Fátima difere um pouco do perfil dos outros entrevistados. Apesar de ser analfabeta, morar em um cubículo, sem nenhuma renda própria, se preocupa com as condições de sua vida e dos problemas do lugar quanto à falta de habitação, de saneamento, de segurança e de escolas. Deixou transparecer um senso crítico, um espírito resiliente e uma responsabilidade familiar.

5º. Maria

Saindo do lado oeste (SER I) da cidade chegamos à região sul, mais precisamente na Regional IV (SER IV), onde se encontra o bairro Vila Betânia. É lá onde mora Maria, a quinta entrevistada. Um pouco distante da avenida principal do bairro, ela mora em uma casa construída em terreno invadido (local conhecido também como Favela da Alegria), há mais ou menos 30 anos. O critério para sua seleção foi a maior participação no Programa FBF. Maria foi convidada a participar

do Programa pela coordenadora do CEI e se interessou porque o assunto era família. Menciona que na época estava grávida e que aprendeu a dar de mamar com as informações do Programa e lendo o almanaque. Até hoje amamenta o filho. Ressalta que já tinha três filhos e que nenhum tinha mamado. Achou muito bom o almanaque porque ensina a acompanhar as várias etapas de crescimento dos filhos.

Maria, 25 anos, ensino fundamental completo, convive maritalmente, tem quatro filhos e a renda mensal da família é de 1 ½ SM (incluindo Bolsa Família). Mora na casa da mãe com o marido, quatro filhos e o irmão, no bairro Vila Betânia, precisamente na Favela da Alegria (SER IV), composta de cinco cômodos, incluindo banheiro e cozinha.

Maria, natural de Fortaleza, relata que sua mãe saiu do interior muito jovem, ainda adolescente, para a capital para trabalhar como doméstica. Aqui conheceu seu pai e se casaram. Ela foi a primeira filha do casal: “Até cinco anos eu fui filha única, depois nasceu meu irmão, ele é cinco anos mais novo do que eu”. Indagada sobre sua infância e brincadeiras ela responde:

Minha mãe sempre trabalhou em casa de família, aí ela me levava, eu era muito só, eu ficava mais era só, por onde ela trabalhava, ela me levava... quando meu irmão nasceu, ela se separou do meu pai, aí ela levava era todos os dois, assim eu não brincava, eu ficava mais era só, eu fui criada lá onde ela trabalhava.

Sempre morou e estudou naquele bairro. Só conseguiu brincar com outras crianças na rua quando já era adolescente. Nessa época, quando estava iniciando o ensino médio e brincando na rua, conheceu seu companheiro, com quem convive maritalmente há dez anos. João, marido de Maria, estava presente durante a entrevista e acrescentou:

Conheci a Maria na rua, na brincadeira, assim na infância, né? Aí eu comecei a gostar dela até hoje.

Maria mora com o marido, quatro filhos, a mãe e o irmão (8 pessoas), em uma pequena casa com três cômodos e alguns móveis quase sem condições de uso. A casa é de sua mãe, que continua trabalhando como doméstica.

Maria fala que sua relação com o marido, seus filhos e o restante de sua família é ótima, como também com os vizinhos, pois se conhecem desde pequenos. Lamenta não poder trabalhar por causa das crianças que são ainda pequenas (o mais velho tem nove anos e o mais novo dois), tem planos de concluir o ensino médio para depois trabalhar.

No decorrer da entrevista, apesar da condição de pobreza em que vive a família, foi possível perceber o sentimento de responsabilidade que Maria e seu marido têm na condução de seus filhos.

6º. Luiza

Da Vila Betânia (SER IV) a caminhada seguiu para o bairro Jangurussu (SER VI), dessa vez ao domicílio de Luiza, a sexta entrevistada. O critério para sua seleção foi o de menor renda. Luiza participou do Programa informada pela coordenadora do CEI, e seu interesse foi porque iriam falar de cuidar e educar os filhos, mas não se lembra do que falaram. Por não ter instrução não leu o almanaque, mas folheou-o e achou bonitas as gravuras que retratam a família unida.

Luiza, 30 anos, sem nenhuma instrução, convive maritalmente, é mãe de dois filhos de pais diferentes. A renda mensal vem do marido, $\frac{1}{4}$ SM, incluindo R\$ 20,00 do Bolsa Família. Mora no bairro Jangurussu (SER VI), em precária casa de três cômodos, cedida pela sogra, com o marido, os dois filhos e um irmão do marido. Critério para participar da entrevista: menor renda.

Luiza, natural de Novo Oriente-CE, fala que a cidade onde nasceu é bem pequena, mas muito boa. Procede de uma família numerosa, com onze irmãos. Solicitada a falar de seus pais relata em tom de tristeza:

Meus pais, num tem quase o que falar deles né? São separados, meus pais, tá com mais de vinte anos que eles tão separado, ela mora pras banda de cá e ele mora no Maranhão, nunca mais falei cum ele, foi embora quando eu era criança, acho que o máximo que eu tinha era uns três anos por aí, quem cuidou de mim foi minha mãe e meus irmão. Aí ela cuidou da gente, trabalhou né pra cuidar da gente. Foi assim que a gente *vei* embora pra cá.

Relata que nunca estudou, nunca frequentou uma escola. Tem dois filhos. Engravidou primeiramente quando tinha 20 anos, com outro companheiro, o qual a abandonou quando estava grávida. Narra que sua mãe e seus irmãos a ajudaram a criar seu filho até os cinco anos, quando conheceu o atual companheiro e teve seu segundo filho, hoje com quatro anos.

Nunca trabalhou porque o marido não deixa. Desabafa:

Vontade eu tenho, mais meu marido não deixa, ele não quer eu trabalhe, por causa que ele diz que quem tem de trabalhar é o homem, o homem é quem sustenta a mulher, mais eu quero trabalhar, mas ele não deixa.

Luiza mora em uma pequena casa cedida pela sogra, composta de três cômodos, em péssimo estado de conservação. O ambiente é de total desorganização. Os móveis, utensílios e aparelhos domésticos têm o aspecto de sucata, salvas duas bicicletas que servem de transporte para o marido e para o irmão de seu marido. Não observei nenhum brinquedo e nada que se referisse a alimentação.

A situação é de extrema pobreza. A renda da família é de $\frac{1}{4}$ SM, sendo R\$ 120,00 do marido, que trabalha como biscateiro, e R\$ 20,00 que sua irmã repassa do Programa Bolsa Família para seu filho de dez anos que estuda em uma escola pública de ensino fundamental do bairro. É com esse recurso que ela compra roupas e algum material escolar para o filho maior.

Indagada sobre alimentação ela responde:

Alimentação aqui, eu num tenho nem condições né de tá comprando assim, essas coisa, assim eu tenho vontade de comprar alimento pra eles, negócio de fruta e verdura, mais aí eu num posso né? Alimentação que posso dá mermo é só feijão, arroz, café cum pão de manhã aí vai mei dia, um feijão, um arroz. O menor ainda toma leite que o pai dele compra, o leite que ele num deixa faltar, dou graças a Deus por ele ter alimento na creche, já esse outro maior, num come, é o que tiver aqui, é isso.

Luiza fala em tom de tristeza sobre a relação do marido com seu primeiro filho:

O meu marido cum esse meu filho, eles num são unido não, eles dois aí eu tenho medo, ele num gosta do menino, eu soffro, eu soffro por causa disso. As vez, eu penso em ir embora, mas aí já tem o pequeno, para o pequeno ficar sem a mãe aí num dá, aí eu penso, aí eu fico por aqui mesmo, fico soffrendo mais fico.

Luiza tem pouco relacionamento com a vizinhança, fala que só sai de casa para deixar e buscar o filho menor na creche. Luiza, como a maioria dos entrevistados, sonha:

Meu sonho é de possuir uma casa, de possuir uma casa e viver com meus filhos dentro, meu sonho é esse viver numa casa que seja minha mesma, de cuidar dos meus filhos, aqui num é minha, minha sogra deu pra mim morar por uns tempos, eu tenho meu sonho de possuir uma casa pra cuidar dos meus filhos.

Durante toda a entrevista observei que, apesar de toda a miséria e falta de instrução, a preocupação de Luiza é de oferecer o melhor para os seus filhos.

7º. Joana

Depois da visita ao bairro de Jangurussu, o destino foi o bairro da Maraponga, região administrativa V (SER V), para a última entrevista, desta feita com Joana. Esse encontro aconteceu no CEI por solicitação da mesma.

Joana, 24 anos, natural de Fortaleza, grau de instrução superior incompleto, convive maritalmente, tem três filhas, duas do primeiro marido e uma do marido atual. Mora no bairro Maraponga SER (V), em casa de quatro cômodos, com o marido e as filhas, renda mensal de [...] O critério para participar da entrevista foi maior escolaridade.

Joana foi informada do Programa pela coordenadora e seu interesse em participar foi porque iriam falar de família. Menciona que aprendeu a ser mais presente na vida das filhas e a protegê-las contra a violência doméstica. Gostou de

ler o almanaque porque trata do cotidiano da vida. Participou do Programa quando suas filhas maiores eram atendidas no CEI e na época estava grávida de sua terceira filha. Hoje, sua filha mais nova é atendida pelo CEI e Joana foi contratada pelo mesmo como auxiliar de cozinha.

O pai é eletricitista e a mãe doméstica. Tem dois irmãos. Relata que sempre morou com seus pais até os 16 anos:

Toda a vida morei com meus pais, a gente se separou tá com uns seis anos, eu sai de casa em razão de eu ter que seguir a minha vida e eles ter que seguir a deles, a gente sempre conviveu junto, apesar de o meu pai ter se separado recentemente de minha mãe, mas toda a vida a gente viveu numa boa.

Relembra que brincou muito quando era criança:

A gente tinha área de lazer da gente, minha mãe nunca permitiu que a gente tivesse contato com pessoas no meio da rua, a gente nunca brincou na rua, a gente brincava com os colegas que por ventura iam lá pra casa. Minha mãe não permitia porque a gente não morava num lugar muito adequado, a gente morava perto de uma favela, então minha mãe não deixava, principalmente pela violência que existia por lá.

Ao se reportar aos estudos, fala que concluiu o ensino fundamental em uma escola particular e o nível médio em uma escola pública. Iniciou o curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA). Joana tem três filhas, duas do primeiro relacionamento, uma de seis anos, outra de 4 anos; e uma de 2 anos do atual marido com quem convive maritalmente há quatro anos. Contou como se conheceram:

Eu acho que a gente se conheceu aleatoriamente, lá onde minha prima tinha uma lanchonete, aí a gente ficou por ali, começamos a conversar, fomos nos conhecendo, tudo aconteceu muito rápido, com quatro meses a gente já comprou uma casa aí a gente emburacou de cara e até hoje, até o presente momento.

Indagada se gostava da casa e do local onde estão morando, ela suspira, chora e desabafa:

Para ser sincera não, meu relacionamento com ele está péssimo, talvez seja por isso que hoje a gente está se deixando, estou querendo retornar para casa de minha mãe. A gente está se separando [...] é por causa da família dele, eles se metem muito. Eu trabalho bastante e ele trabalha só meio período e por ele não me ajudar e por a maioria das coisas ficarem em minhas costas e eu me cansar diante de tudo isso a gente resolveu dá um basta e acabar a relação. Vou ficar com minhas três filhas e que ele esqueça que a outra dele existe, todas três são minhas e eu não abro mão das minhas filhas, são as únicas coisas que eu tenho na minha vida, são as minhas filhas, e também eu tenho o apoio de minha mãe.

Fala também que hoje sua relação com seu pai não está boa, pois não se dá bem com sua atual mulher, e que estão se mantendo afastados, que se falam pouco e quando se falam geralmente é por telefone. Quanto à mãe, se falam todos os dias, conversam muito sobre sua situação e que pretende morar com ela. A renda mensal da família é de 2 SM. Joana trabalha como auxiliar de cozinha no CEI, onde suas duas filhas menores são atendidas, e recebe um salário mínimo. O marido é músico e ganha mais ou menos R\$ 400,00 e R\$ 98,00 do Programa Bolsa Família. Diz que gastam mais do que ganham.

Mora em casa própria, de alvenaria, com quatro cômodos e, segundo a mesma, a casa está em bom estado de conservação. Pratica a religião católica e diz que é uma pessoa temente a Deus. Falou que no momento seu sonho é resolver sua situação e o que está lhe dando forças é o seu trabalho:

O meu trabalho é a razão de eu estar me fortalecendo, porque aqui eu me distraio, quando eu chego aqui no meu trabalho, é como se eu estivesse vendo uma luz enorme, quando dá cinco horas que eu sei que vou ter que ir embora, tudo escurece de novo, pela razão da situação que estou vivendo.

Joana difere um pouco das outras famílias pelo grau de escolaridade, por trabalhar e por não se acomodar e não ficar submissa a uma situação conflituosa de família que está vivendo, demonstrando, portanto, uma grande preocupação e responsabilidade pelo bem-estar das filhas.

Nos discursos acima os entrevistados narram suas histórias de vida, falam de suas famílias de origem, geralmente permeadas de perdas importantes,

relacionadas à morte ou ao abandono por parte de um dos pais, à ocorrência de separação entre os pais, à migração para centros urbanos, ao trabalho desde cedo devido à falta de recursos, como relatam Mazé, Fátima e Luiza, a baixa escolaridade, no caso da Mazé, Raimunda, Fátima e Antonia, gravidez precoce, além de abandono, submissão e conflito no relacionamento familiar.

Alguns relatam, também, gratas lembranças de quando eram pequenos, as brincadeiras, o convívio com os irmãos. Do contrário, outros falam que não brincaram, não guardam lembranças positivas da infância. Como sabemos, os fatos e relações experimentados na infância são marcantes para a formação da personalidade dos indivíduos, e as pessoas tendem a repetir na vida adulta e nas suas relações o que viveram naquele período. (OLIVEIRA et al., 2005).

Na maior parte das narrativas destacamos questões relacionadas a sobrevivência, migração e entrada muito cedo no mercado de trabalho, quer no meio rural, quer no meio urbano. Como mostra Yazbek (2009, p. 113):

Sabemos que no Brasil, a incorporação do trabalho lança gerações inteiras, prematuramente, num modo de vida adulto. Quase todos carregam nas lembranças da infância a representação do trabalho como imposição. O trabalho, que em certo sentido subtrai-lhes a infância, indicando-lhes uma trajetória na qual essa imposição é representada algumas vezes como sofrimento, como batalha.

Outra característica percebida nas narrativas da infância dos sujeitos foi a dificuldade de conciliar estudo e trabalho, fato que concorre para a baixa escolaridade.

Finalmente, todos os entrevistados moram em periferias, em geral em moradias pequenas e precárias, insalubres, sem nenhuma estrutura hidro-sanitária e, mais do que isso, convivem num ambiente de extrema violência que os submete a situações de medo e tensão, onde a pobreza está visivelmente associada aos níveis de criminalidade.

Em todas as situações encontradas e nas falas dos entrevistados observei entre as famílias diferentes arranjos, organizados e reorganizados de várias formas, com suas crenças, valores e práticas, sendo que, de modo geral, se assemelham na vivência de exclusão em nível econômico, social, político e cultural.

Apesar da pobreza ou extrema pobreza, ainda lutam, planejam e sonham com uma vida melhor para os seus. A maioria sonha em conseguir trabalho, com a necessidade de voltar a estudar, com um futuro melhor para os seus filhos, que supõe o acesso à escola pública de qualidade. Sonham com uma moradia, no sentido referendado por Yazbek (2009, p. 123), que a idealiza como: “a moradia, o abrigo, o lugar de criar os filhos e amenizar o cansaço”.

No próximo capítulo apresentarei a compreensão das famílias participantes da pesquisa quanto ao Programa Família Brasileira Fortalecida, no intuito de avaliar o Programa.

CAPÍTULO 4: AVALIANDO O PROGRAMA COM AS FAMÍLIAS

A trajetória percorrida até aqui ofereceu um panorama do percurso teórico e metodológico e o conhecimento do perfil socioeconômico e histórias dos sujeitos participantes deste estudo.

Neste capítulo avaliarei o Programa juntamente com os sujeitos da pesquisa, destacando a participação e a compreensão das famílias sobre o mesmo. Para tanto, as falas dos informantes são analisadas à luz do conteúdo específico proposto pelo Programa. Refinando esse olhar, abrirei um tópico sobre as proximidades e distâncias entre os entrevistados, sua vida cotidiana e o conteúdo do Programa, cujas considerações dão suporte às conclusões a que cheguei neste estudo.

4.1 A Participação e o Aprendizado das Famílias no PFBF

Descreverei, neste tópico, o nível de participação das famílias no Programa em quatro dimensões, a partir da avaliação de seus informantes, quais sejam: a) a motivação para participar do PFBF; b) o nível de aprendizado, sobretudo quanto ao conteúdo do PFBF; c) a prática do conteúdo aprendido no seu cotidiano familiar; e d) a importância dada ao PFBF.

Nessa lógica, um primeiro questionamento orienta esta investigação: que motivos levam uma família empobrecida a demandar sua participação em um programa de cunho social? Este questionamento abre espaço para um amplo debate, a começar pelo caráter genérico das respostas que obtive entre os participantes quanto ao conteúdo aprendido, mesmo observando que a questão proposta comportava múltiplas escolhas e que o entrevistado poderia especificar detalhadamente o conteúdo aprendido e sua prática na vida cotidiana. Vejamos a Tabela 11:

Tabela 11 - O Que o (a) Fez Participar do Programa

Resposta	Qtde	%
Interesse de conhecer mais sobre a família e os filhos	35	59,32
Porque a coordenadora falou que era interessante	7	11,86
Aprender sobre gravidez, parto, amamentação, alimentação	5	8,47
Aprender sobre a saúde dos filhos	5	8,47
Adquirir conhecimento sobre cidadania	5	8,47
Aprender sobre os direitos da criança	4	6,78
Por ser educadora infantil e poder repassar para as famílias	4	6,78
Porque tratava sobre a higiene na família	3	5,08
Porque tratava do cotidiano da vida	2	3,39

Fonte: Pesquisa Direta – PFBF.

Conforme a Tabela 11, 59,32% dos participantes manifestaram interesse de participar do Programa porque queriam conhecer mais sobre a família e os filhos. Considerando o percentual elevado quanto ao motivo do interesse, relaciono essa resposta ao nível de escolaridade dos sujeitos, o que é apresentado na Tabela 12. Embora tenham mencionado outros interesses, 45,70% dos que responderam à pergunta possuem baixo nível de escolaridade (sem instrução, ensino fundamental I incompleto e ensino fundamental completo), demonstrando que a falta de instrução levou o sujeito a responder de modo genérico.

Tabela 12 - Escolaridade dos que Responderam "Meu Interesse Foi Conhecer Mais sobre a Família e os Filhos"

Respostas	Qtde	%
Sem instrução	2	5,714
Ensino fund. I . Inc.	11	31,429
Ensino fund. I . Comp.	3	8,571
Ensino fund. II . Inc.	3	8,571
Ensino fund. II . Comp.	2	5,714
Ensino médio Inc.	6	17,143
Ensino médio Comp.	2	5,714
Ensino superior Inc.	2	5,714
Ensino superior Comp.	4	11,429
	35	100,000

Fonte: Pesquisa Direta - PFBF.

Pode-se questionar o que significa participação. Muito embora esse conceito não tenha sido aprofundado ao longo desta pesquisa, considero importante destacar que o sentido de participação que busquei pressupõe a possibilidade do indivíduo de fazer escolhas ou, como afirma Demo (1998), “participação é conquista”. Partindo dessa linha de raciocínio, quando o responsável afirma que participa do Programa, por exemplo, pelo “interesse de conhecer mais sobre a família”, sugere uma amplitude distanciada do caráter específico das ações do

Programa, cujo conteúdo pormenorizadamente é organizado com o intuito de, nos seus próprios termos, fortalecer as competências familiares em suas capacidades de cuidar e educar no sentido da garantia de seus direitos e com cuidados preventivos à saúde.

As evasivas contidas nesse estilo de resposta dos participantes nada dizem substancialmente a respeito do interesse que motiva uma participação, sendo que a maioria das respostas (59,32%) foi conduzida neste sentido.

Outra lacuna no sentido da participação ativa apresenta-se nas respostas de 11,86% das pessoas que afirmaram seu interesse pelo programa “porque a coordenadora falou que era interessante”. Essa opção sugere que seus respondentes não participam por iniciativa própria, mas foram conduzidos pela coordenadora.

Relacionando as respostas evasivas ao grau de instrução dos entrevistados, conforme a Tabela 4 no capítulo anterior, 37,28% dos responsáveis pelas crianças que compõem a amostra deste estudo têm baixo nível de escolaridade, ou seja, 5,08% não têm instrução; 23,73% têm o ensino fundamental I incompleto e 8,47% concluíram o ensino fundamental I. Há, portanto, uma correspondência entre o significado da participação e o nível de escolaridade.

Outro elemento que se pode agregar ao nível de instrução é o da renda *per capita* das famílias, que se constitui no valor de R\$ 157,78¹⁴. Vale ilustrar que para compor esse valor identificamos 33 beneficiários do Programa Bolsa Família cujo critério de pobreza se configura inquestionável. O baixo nível de escolaridade associado à condição de pobreza pode justificar as evasivas nas respostas dos informantes neste estudo. Isso quer dizer que o programa não atinge seus objetivos integralmente nesse perfil de participante.

Outra dimensão destacada na Tabela 13 foi o aprendizado adquirido pelo Programa. Nesse aspecto, observei, mais uma vez, a generalização das respostas, com a maioria (45,76%) afirmando que aprenderam “como educar e acompanhar os

¹⁴ Valor obtido através do cálculo soma total da renda das 59 famílias participantes do Programa (R\$ 48.596,00) dividido pela quantidade de pessoas das famílias (308), conforme demonstrado na Tabela 9.

filhos”, seguidos de 33,90% dos que opinaram para a resposta sobre gravidez, pré-natal e alimentação. Isso, associado à dispersão da escolha de temas específicos, revela a fragilidade efetiva dos impactos do aprendizado na avaliação dos participantes das famílias sobre o conteúdo do Programa.

Tabela 13 - Cite o que Aprendeu no Programa

Resposta	Qtde	%
Como educar e acompanhar os filhos	27	45,76
Sobre a gravidez e pré-natal e amamentação	20	33,90
Direitos e deveres dos pais	15	25,42
Sobre a importância da família na vida da criança	11	18,64
Sobre alimentação	11	18,64
A importância das vacinas	9	15,25
Sobre a alimentação dos filhos e da família	6	10,17
Sobre higiene/ saúde	6	10,17
Sobre gravidez na Adolescência	4	6,78
Sobre DSTA, drogas, prevenção	4	6,78
A participação do pai na gravidez	3	5,08
Sobre os vários tipos de família, aceitar as diferenças	3	5,08
Não se lembra	2	3,39
Prevenção de acidente doméstico	2	3,39

Fonte: Pesquisa Direta - PFBF.

De acordo com a Tabela 13, a qual se refere à pergunta “o que aprendeu no Programa”, 45,76% dizem que aprenderam como educar e acompanhar os filhos. Na Tabela 14 relacionei a resposta ao grau de escolaridade dos sujeitos, sendo que as maiores frequências estão entre os que possuem o ensino fundamental I incompleto (22,22%), e o ensino fundamental I completo (22,22%), repetindo, portanto, a mesma ideia de que quem tem menor escolaridade responde de maneira mais genérica.

Tabela 14- Escolaridade dos que Responderam "Aprendi como Educar e Acompanhar os Filhos"

Respostas	Qtde	%
Sem Instrução	2	7,40
Ensino Fundamental I incompleto	6	22,22
Ensino Fundamental I. completo	6	22,22
Ensino Fundamental II incompleto.	1	3,70
Ensino Fundamental II completo	1	3,70
Ensino médio incompleto	2	7,40
Ensino médio completo	2	7,40
Ensino Superior incompleto	3	11,11
Ensino Superior completo	4	14,81
	27	100,00

Fonte: Pesquisa Direta – PFBF.

Relacionando os dados quantitativos das escolhas gerais referidas pelos entrevistados sobre o aprendizado dos temas disseminados pelo Programa e o grau de instrução desses respondentes, novamente identifiquei que a maioria (51,84%) é representada por pessoas de baixa escolaridade, dentre elas os sem instrução, ensino fundamental incompleto e uma pequena parcela com ensino fundamental completo, do mesmo modo que identifiquei quanto à motivação de sua participação.

Observei, ainda, por meio das falas dos entrevistados, se os participantes estavam colocando em prática o seu aprendizado, conforme a Tabela 15. Repetiram-se aqui as mesmas generalizações na maioria dos 45,61% que afirmaram que “conversam e brincam mais com os filhos, valorizam mais a família”, e 35,09% dos que escolheram a opção “cuidam melhor da alimentação”. As demais respostas se distribuem na diversidade de temas trabalhados pelo Programa, sendo o percentual de 3,51% dos que afirmaram não lembrar o que aprenderam, portanto, não estão adotando nenhuma das práticas ensinadas pelo Programa.

Uma análise do desempenho do PFBF a partir dos ensinamentos relacionados às práticas familiares, na visão das famílias, indica que se o Programa sensibiliza as famílias para o cuidado com seus filhos, as respostas sobre o que aprenderam e o que adotam em suas práticas cotidianas não são convincentes, de fato, com esse aprendizado.

Tabela 15 - O Que Aprendeu está Pondo em prática?

Resposta	Qtde	%
Conversa e brinca mais com os filhos, valoriza mais a família	26	45,61
Cuida melhor da alimentação	20	35,09
Observa se as vacinas estão em dias	15	26,32
Cuida melhor dos filhos e da família	12	21,05
Os cuidados com a higiene (escovar dentes, tomar banho, lavar as mãos)	7	12,28
Não usar mais de violência	5	8,77
Fez pré-natal, amamentou, registrou	5	8,77
Proteger mais os filhos, dando limites	4	7,02
Está transmitindo para outras pessoas	4	7,02
Levar a criança para o médico ou hospital quando a criança está doente	3	5,26
Ensina as mulheres da comunidade a não engravidar	3	5,26
Não lembra	2	3,51
Conversa mais com os netos	2	3,51
Está mais presente na escola	2	3,51
Escolhe os programas de TV	1	1,75
Protege contra a violência de rua	1	1,75
Protege contra acidente doméstico	1	1,75
Algumas coisas que já sabia	1	1,75
Economizar e valorizar o salário	1	1,75
Aceita mais as diferenças sem preconceitos	1	1,75

Fonte: Pesquisa Direta - PFBF.

Em relação à pergunta “o que aprendeu está pondo em prática?”, na Tabela 15, 45,61% dos informantes sugerem que conversam e brincam mais com os filhos e valorizam mais a família. Na Tabela 16 relaciono o grau de escolaridade dos informantes com a resposta “conversa mais com os filhos e valoriza mais a família”. Mais uma vez, observei que o baixo nível de escolaridade converge para respostas genéricas.

Tabela 16- Escolaridade dos que Responderam “Estou Pondo em Prática Conversar e Brincar Mais com os Filhos e Valorizar a Família”

Respostas	Qtde	%
Sem instrução	2	7,692
Ensino Fundamental I incompleto	6	23,077
Ensino Fundamental I completo	6	23,077
Ensino Fundamental II incompleto	2	7,692
Ensino Fundamental II completo	1	3,846
Ensino Médio incompleto	1	3,846
Ensino Médio completo	2	7,692
Ensino Superior incompleto	2	7,692
Ensino Superior completo	4	15,385
	26	100

Fonte: Pesquisa Direta – PFBF.

Finalmente, visando aferir a importância do PFBF para as famílias e para o seu meio social, indaguei, ainda, “por que recomenda que outras pessoas

participem do Programa?” Novamente as respostas foram evasivas, sendo que 22,03% afirmaram que recomendariam “porque é muito importante as informações para as famílias”, assemelhando-se à análise de relação entre generalização das respostas com evasivas e o grau de instrução. Vide Tabela 17, abaixo:

Tabela 17 - Por que Recomenda que Outras Pessoas Participem do Programa?

Resposta	Qtde	%
Porque são muito importantes as informações para as famílias	13	22,03
Porque orienta e ensina como cuidar e educar a criança	10	16,95
Porque orienta e fala da família	7	11,86
Porque ensina as pessoas que não sabem sobre educação dos filhos	5	8,47
Aprende a respeitar os mais velhos, as crianças, os vizinhos	4	6,78
Aprende a acompanhar as várias etapas dos filhos	4	6,78
Porque orienta as famílias com adolescentes grávidas	4	6,78
Porque trata dos direitos da criança e direitos e deveres da família	4	6,78
Porque ajuda a resolver os problemas das famílias e mostra a realidade	4	6,78
Porque fortalece a família e melhora o relacionamento	3	5,08
Porque é um programa com uma metodologia clara e profunda	3	5,08
Porque fala do pré-natal	3	5,08
Porque é bom	2	3,39
Porque orienta sobre higiene	2	3,39
Porque orienta sobre as vacinas	2	3,39
Porque se todas as famílias participassem, as famílias seriam mais estruturadas	1	1,69
Porque é bom ter conhecimento dos filhos, a gente aprende a dar resposta para eles	1	1,69
Porque acha super bacana	1	1,69

Fonte: Pesquisa Direta – PFBF.

Comparando o alto índice de respostas que considero evasivas com a escolaridade dos que responderam, observei que a escolaridade, conforme resultado acima, é uma variável importante para análise do nível de participação das famílias do PFBF, em uma estreita relação entre escolaridade da mãe ou cuidador com o desenvolvimento infantil. Segundo a Síntese Regional de Indicadores da Primeira Infância de 2004, estudos têm comprovado que o nível educativo das mulheres é um elemento-chave para o desenvolvimento infantil, tendo incidência no nascimento e desenvolvimento das crianças. Para tanto, a educação dos pais, famílias e comunidades contribui no desenvolvimento integral de meninos e meninas.

Sintetizando o item de acordo com os dados analisados, percebi que o Programa, do modo como se apresenta, não atinge os que têm menor escolaridade e menor renda. Portanto, está desfocado do perfil da família que ele se propôs a fortalecer.

4.2 Uma Análise do Conteúdo do Programa

Levando em consideração os objetivos deste estudo, voltados para avaliar o Programa Família Brasileira Fortalecida em Fortaleza, busquei apreender, através dos seus discursos, a compreensão das famílias quanto ao conteúdo do Programa.

O objetivo do Programa é melhorar a vida das crianças por meio do fortalecimento das competências familiares, tendo como estratégia o *kit* Família Brasileira Fortalecida, composto por cinco álbuns que abordam temas como saúde, desenvolvimento infantil, educação, garantia de direitos e cidadania, entre outros. Após a operacionalização do Programa todos os participantes receberam um almanaque (gibi) que apresenta de forma lúdica e ilustrativa todo o seu conteúdo.

Como afirmado no capítulo anterior, ao elaborar o tópico-guia sobre a compreensão dos sete entrevistados quanto ao conteúdo do Programa, abordei os temas básicos contidos nos álbuns e no almanaque PFBF (gibi), deixando que os sujeitos se manifestassem livremente sobre cada um dos temas nas entrevistas abertas.

Para uma melhor compreensão da visão dos sete sujeitos entrevistados profundamente sobre o conteúdo do Programa, apresentarei um resumo em forma de quadro (Quadro 2), no qual é relacionado o perfil do entrevistado a partir do critério de escolha para a entrevista em profundidade, com suas respostas em relação aos temas (conteúdo do Programa), mostrando o que aproxima e o que distancia os sujeitos na sua prática cotidiana em relação ao conteúdo que lhes foi, pelo menos em tese, ensinado. Verifiquei, de acordo com as respostas dos sujeitos, o que o Programa preconiza, idealiza (pensa) para as famílias e o que as famílias na realidade fazem (vivem). Saliento que já conheço os sete sujeitos através de suas histórias de vida

Temas	Luís, 34 anos, ensino médio completo, casado, dois filhos. Critério: maior renda (E1)	Mazé, 30 anos, ensino fundamental completo, convive maritalmente, duas filhas. Critério: participação no Programa, (E2).	Dona Raimunda, 55 anos, avó, sem instrução, casada, é responsável pelos filhos e o neto. Critério: tipo de família, (E3)	Fátima, 30 anos, sem instrução, casada, dois filhos. Critério: sem instrução, (E4).	Maria, 25 anos, ensino fundamental completo, convive maritalmente, 4 filhos. Critério: participação no Programa, (E5).	Luiza, 30 anos, sem nenhuma instrução, convive maritalmente, 2 filhos. Critério: menor renda (E6).	Joana, 24 anos, ensino superior incompleto, convive maritalmente, três filhas. Critério: maior escolaridade, (E7)
Planejamento Familiar	Aproxima	Distancia	Distancia	Distancia	Distancia	Distancia	Aproxima
Importância do pré-natal	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Aproxima
Parto, tipos de parto, os direitos da gestante	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Distancia	Aproxima
Saúde do bebê, amamentação	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Aproxima
Vacinas: cartão e calendário	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Aproxima
Registro civil de nascimento	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Aproxima
Licença maternidade	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Distancia	Aproxima	Distancia	Aproxima
Brinquedos e brincadeiras	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Distancia	Distancia	Distancia	Aproxima
Saúde e alimentação das crianças	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Distancia	Aproxima	Distancia	Aproxima
Violência doméstica	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Aproxima	Distancia	Distancia
Práticas disciplinares	Distancia	Distancia	Distancia	Distancia	Aproxima	Distancia	Distancia
Proteção e cuidado	Aproxima	Distancia	Aproxima	Distancia	Aproxima	Aproxima	Aproxima

Quadro 2 – De acordo com o Perfil, o que Aproxima e o que Distancia o Sujeito do Programa

Fonte: Pesquisa Direta – PFBF.

Este Quadro 2 mostra que os sujeitos que detêm maior renda e maior escolaridade compreendem melhor o Programa. Portanto, se apropriam mais das informações do seu conteúdo específico.

É possível destacar, por exemplo, o caso de Luís, que é casado, tem a melhor renda, com escolaridade de nível médio, cujas respostas convergem para aproximá-lo do Programa. Dos 12 temas avaliados, Luís se aproxima de 11. No outro extremo, temos o caso de Luiza, sem instrução, com a menor renda, convivendo maritalmente, destaca-se por ser aquela que mais se distancia do

Programa, ou seja, dos 12 temas relacionados distancia-se de sete, o que expressa a dificuldade da família em compreender e adotar os seus ensinamentos.

Feitas estas considerações, passarei a detalhar cada um dos temas abordados pelo Programa, fazendo uma correlação com o que as famílias participantes deste estudo dizem a respeito dos mesmos.

O que o Programa Idealiza (Família Pensada)	O que as Famílias Vivem (Família Vivida)	
	Aproxima	Distancia
<p>“Uma gravidez planejada certamente é recebida com alegria” (Álbum 1 , p. 2)</p> <p>“Converse com seu parceiro e com seu médico sobre a próxima gravidez, o ideal é deixar um intervalo de dois anos entre um filho e outro”. (Almanaque, p. 68)</p>	<p>Luís: “...minha esposa já fez a ligação dela, um casal de filhos que nós temos tá muito bom”.</p> <p>Joana: “...tenho três filhas, a primeira e a última foram planejadas, a segunda não, já foi tudo atropelado, foi uma coisa que a gente não estava pensando”</p>	<p>Mazé: “...eu não planejei, engravidei na adolescência, as duas foram assim, de uma hora para outra, assim até pela classe social, se a gente for planejar nunca que a gente quer, eu pelo menos, não quero, porque as condições é mínima”.</p> <p>D. Raimunda: “Acho bom planejar o filho, os meus não planejei, esse meu neto num sei se a mãe dele planejou, acho que não”.</p> <p>Fátima: “...não planejei nenhum, essa daqui eu não esperava, quando dei fé já tava sentindo enjoão em tempo de morrer fiquei doidinha”</p> <p>Maria: “...engravidei na adolescência e não planejei nenhum dos quatro”.</p> <p>Luiza: “...meus filhos num foi planejado, foi de repente”.</p>

Quadro 3 - Tema: Planejamento Familiar: A Importância de Planejar o Nascimento do Filho

Fonte: Pesquisa Direta – PFBF.

Dos sete entrevistados, apenas Luís e Joana mencionaram ter planejado os filhos, enquanto os outros cinco não planejaram, ou seja, a gravidez não foi desejada.

O que o Programa Idealiza (Família Pensada)	O que as Famílias Vivem (Família Vivida)	
	Aproxima	Distancia
<p>“O pré-natal deve ser iniciado assim que a gravidez for confirmada” (Álbum 1. p, 2).</p> <p>“Pré-natal é uma série de exames que você precisa fazer para ter uma gravidez tranquila e o bebê nascer saudável” (Almanaque, p.8).</p>	<p>Luís: “...é importante fazer o pré-natal, minha esposa fez as consultas dos dois, tinha até o cartão da gestante”.</p> <p>Joana: “...fiz o pré-natal de todas três, quando eu estava grávida da do meio o médico diagnosticou que eu estava com pressão alta, até hoje tomo remédio pra controlar”</p> <p>Mazé: “É importante, fiz tudo direitinho das duas meninas”</p> <p>D. Raimunda: É muito bom fazer o pré-natal , quando tive meus filhos só fiz da última, já a mãe do meu neto fez”</p> <p>Fátima: fiz todinho do começo ao fim, fiz dos dois, até quando fiquei grávida dela, eu tinha o cartão do primeiro aí o médico disse que era muito difícil a mãe guarda, mas passei a última gravidez todinha com enjôo”</p> <p>Maria: “É importante, do primeiro eu comecei a ir pro Posto no terceiro mês, porque não tive coragem de dizer a minha mãe, mas dos outros três eu fiz desde o começo.”</p> <p>Luiza: Acho importante, do primeiro eu fiz lá na minha cidade, do segundo eu fiz aqui mermo”.</p>	

Quadro 4 - Tema: Pré-Natal: A Importância de a Gestante Fazer o Pré-natal

Fonte: Pesquisa Direta – PFBF.

O conhecimento da importância do pré-natal mostrou-se praticamente incorporado aos discursos dos entrevistados. Atualmente o cartão da mulher gestante atualizado é uma das condições que o Sistema Único de Saúde (SUS) exige para que a gestante tenha direito ao parto em hospital credenciado pelo SUS.

O que o Programa Idealiza (Família Pensada)	O que as Famílias Vivem (Família Vivida)	
	Aproxima	Distancia
<p>“Natural é parto normal; cesariana só se for, de fato, necessária” (Álbum, p.26).</p> <p>“O parto normal é a melhor maneira de trazer o bebê ao mundo. Ele nasce mais ativo e tem logo vontade de mamar” (Almanaque, p.64).</p> <p>“É importante a participação do pai ou quem a mãe escolher na hora do parto. Essa participação é um direito garantido pela lei nº 11.108 de 2005” (Álbum 2, p.23).</p>	<p>Luís: “o Parto (os tipos de parto, o direito da gestante ser acompanhada na hora do parto pelo marido, ou por alguém da família)..”.</p> <p>Joana: “Eu tive três partos cesarianos, por opção minha, meu primeiro marido me acompanhou no hospital, pois ele era o pai das duas primeiras, as duas logo que nasceram foram pra incubadora, pois apresentaram problema na pele, passaram só um dia, a terceira quem me acompanhou foi o meu atual marido aí correu tudo bem.”</p> <p>Mazé: “fui pro hospital com meu marido e minha sogra, as duas vezes, os partos foram normais, com muita dor”.</p> <p>D. Raimunda: “Ela teve o meu neto no hospital, na época eles ainda tavão junto, aí ele levou ela pro hospital, foi normal”.</p> <p>Fátima.: “Tive os filhos no hospital, meu marido sempre foi comigo, agora na segunda foi cesário, aí eu combinei cum médico, aí eu mandei fazer logo a ligação”.</p> <p>Maria: “Eu tive os quatro filhos normais, no último parto minha mãe queria que eu fizesse cesariano, aí eu mostrei o almanaque que eu recebi na creche, eu mostrei as vantagens do parto normal, aí ela concordou”.</p> <p>Luiza: “Tive o primeiro lá em Novo Oriente, foi normal, bem quer dizer, quando eu já tava no hospital eu desmaiei, quando eu fui tornar já tava no quarto, eu acho que foi por causa que nós já estava separado, minha mãe foi que me levou”.</p>	

Quadro 5 - Tema: O Parto (Os Tipos de Parto, o Direito de a Gestante ser Acompanhada na Hora do Parto pelo Marido ou por Alguém da Família)

Fonte: Pesquisa Direta - PFBF.

Segundo os relatos, a maioria dos partos foi normal e realizado em hospitais, e as parturientes foram acompanhadas pelos maridos ou mães. Do total de 16 partos, 12 foram normais (75%), apenas 4 cesarianos (25%) foram feitos por opção das mães, no caso Fátima, que fez um parto cesariano e Joana fez três.

O que o Programa Idealiza (Família Pensada)	O que as Famílias Vivem (Família Vivida)	
	Aproxima	Distancia
<p>“Durante seis meses, o bebê precisa mamar só no peito, não é pra dar nada de mamadeira. Nada pode ficar no lugar do peito” (Almanaque, p.32).</p>	<p>Luís: “A amamentação ela é muito, ela ajuda muito, ela facilita muito o desenvolvimento da criança, minha esposa amamentou meus dois filhos até seis meses, porque ela trabalha..”</p> <p>Joana: “Eu amamentei minhas três filhas até os 6 meses. Hoje eu sei da importância que é amamentar, sei que ela protege as crianças das doenças, principalmente das diarreias, é como ela fosse assim um ferro de proteção”.</p> <p>Mazé: “Com certeza eu acho muito importante amamentar, eu amamentei a mais velha só até 5 meses, agora a mais nova foi até quase 2 anos, só deixou porque eu fui tirando aos poucos”.</p> <p>D. Raimunda: “É bom amamentar, é o alimento do nenê, meu neto foi amamentado, mas não sei por quanto tempo”.</p> <p>Fátima: “Tu sabe, que eu acho tão bom, o Lucas mamou até 4 anos, foi quando a Pastoral da criança falou pra eu tirar dele e dar só a menina e ela ainda continua mamando”.</p> <p>Maria: “Eu não dei de mamar os três primeiros, aí eu participei do Programa lá na creche e li o almanaque, aí eu tava pertinho de ter ela, aí eu passei a amamentar, li que é importante pra saúde da criança, é tanto que ela é mais apegada a mim, os outros, tudim chamam a minha mãe de mãe só ela que me chama de mãe”</p> <p>Luiza: “Minha mãe me disse que é importante dá, eu dou porque tem que dá, o mais velho, amamentei mais de um ano e o outro um ano e poucos meses”.</p>	

Quadro 6 - Tema: Saúde do Bebê, Aleitamento Materno (Amamentação)

Fonte: Pesquisa Direta – PFBF.

Nos discursos acima destacados, os entrevistados reconhecem que a amamentação é o alimento indispensável para a criança até os seis meses de vida ou mais. Apenas Maria (E 5) não amamentou os três primeiros filhos. Depois que

participou do Programa FBF no CEI recebeu as informações, leu o almanaque e, como estava grávida na época, resolveu amamentar seu quarto filho.

O que o Programa Idealiza (Família Pensada)	O que as Famílias Vivem (Família Viva)	
	Aproxima	Distancia
<p>“Para ficar protegida, a criança precisa tomar todas as doses das vacinas nas datas marcadas na caderneta de saúde da criança”, (álbum 2, p.15).</p> <p>“as vacinas protegem a criança de doenças que podem até matar. Sabia que a vacina é um direito da criança?” (Almanaque, p. 119).</p> <p>“Sempre leve as crianças para vacinar quando houver campanha. Mesmo que seu filho já tenha tomado todas as vacinas, é importante participar para a doença desaparecer do País” (Almanaque, p. 133).</p>	<p>Luis: “...se não fosse as vacinas acho que já tinha perdido meus filhos, porque este mundo é cheio de doença, principalmente nas crianças, as vacinas deles são sempre em dia, todos dois tem o cartão da criança”.</p> <p>Joana: “As vacinas são a proteção das crianças quando são pequenas e dos adultos também, elas estão com o cartão de vacinas em dia, fiz o teste do pezinho em todas três e da orelhinha também”.</p> <p>Mazé: “...minhas filhas foram vacinadas desde que nasceram, a mais nova fez até o teste pezinho, o cartão delas está em dia”.</p> <p>D. Raimunda: “Eu creio que este menino esteja vacinado, porque a mãe dele fica lá com a carteira de vacina dele, as vacinas dele acho que está em dia, porque eu mando ela dá, deu atrasada, mas ele tomou”.</p> <p>Fátima: “As vacinas, está tudo em dia, eu tenho o maior cuidado com as vacinas deles, se for por causa de vacina eles não vão adoecer não”.</p> <p>Maria: “As vacinas deles tá sempre em dia, o almanaque fala da importância de tá tudo em dia, todas as crianças tá imune, é bom, imune das doenças”.</p> <p>Luiza: “É importante, tá tudo em dia, de todos dois”.</p>	

Quadro 7 - Tema: Vacinas (Calendário, Cartão da Criança): A Importância das Vacinas

Fonte: Pesquisa Direta - PFBB.

A vacinação já está incorporada nas atitudes de proteção da saúde das crianças dos entrevistados. O percentual de crianças que possuem o cartão da criança neste grupo chega a 100%. Vale ressaltar que as campanhas nacionais de vacinação contribuem para o alto índice de crianças vacinadas.

O que o Programa Idealiza (Família Pensada)	O que as Famílias Vivem (Família Vivida)	
	Aproxima	Distancia
<p>“É direito do bebê ter Registro Civil e Certidão de Nascimento” (Álbum 2, p.13).</p> <p>“Toda criança tem direito ao Registro Civil e a primeira via da Certidão de Nascimento gratuitos” (Álbum 2, p.13).</p> <p>“Alguns hospitais fazem o registro Civil. Nesse caso, o bebê já sai do hospital com a Certidão de Nascimento e o hospital é remunerado pelo SUS por criança que é registrada antes da alta hospitalar” (Álbum 2, p.13).</p>	<p>Luis: “É muito importante porque sem registro a criança não existe. A minha primeira filha, eu registrei mais ou menos após uma semana que ela nasceu, porque não existia ainda aquele programa da maternidade junto com o cartório. Agora o meu menino, quando ele nasceu, no mesmo dia ele foi registrado na maternidade”.</p> <p>Joana: “Minhas três filhas foram registradas no cartório ali da Parangaba, eu mesma fui lá e registrei, sempre depois de 8 dias de nascidas. É uma identidade é um direito”.</p> <p>Mazé: “O registro é um documento importante que vai servir pra toda vida. Logo que a minha menina mais nova nasceu já foi registrada na maternidade, antigamente antes da minha primeira menina completar um mês eu fui com meu marido no cartório direitinho pra registrar”.</p> <p>D. Raimunda: “Meu neto já saiu da maternidade registrado no nome do pai e da mãe”.</p> <p>Fátima: “Eu acho importante o registro, assim que meus filhos nasceram, foi logo registrado lá em Acopiara, lá no hospital mesmo fez o registro e tudo”.</p> <p>Maria: “Meus filhos são todos registrados com o nome de pai e mãe, é porque você só existe quando é registrado, e assim para entrar em programa de governo, você só entra se tiver registro, é importante por isso”.</p> <p>Luiza: “É importante registrar porque já possui um documento né? Os dois têm registro”.</p>	

Quadro 8 - Tema: Registro Civil de Nascimento: A Importância do Registro Civil de Nascimento para os Entrevistados

Fonte: Pesquisa Direta – PFBF.

Os discursos dos entrevistados revelam a importância que estes dão ao registro civil de nascimento. Considero que todos os sujeitos entrevistados estão inseridos em programas de Governo (atendimento em creches e em programas de transferência de renda, Programa Bolsa Família), e que a certidão de nascimento é um dos requisitos para o ingresso nesses programas. Ressalto, também, uma das medidas significativas adotadas pelo Governo federal, que articula os serviços de saúde (hospitais e maternidades) com os cartórios de registro civil, facilitando o

imediatamente registro e a certidão de nascimento dos recém-nascidos ainda no local de seu nascimento.

O que o Programa Idealiza (Família Pensada)	O que as Famílias Vivem (Família Vivida)	
	Aproxima	Distancia
<p>“A gestante tem direito a 4 meses de licença-maternidade, que pode ser iniciada um mês antes do parto” (álbum 1, p. 23).</p>	<p>Luis: “Minha esposa, tirou licença maternidade do trabalho, nas duas vezes, é muito necessário para a mãe amamentar e ficar mais perto da criança, é um direito, tá na lei”.</p> <p>Joana: “Eu conheço esse direito, gozei seis meses quando minha última filha nasceu, das outras eu não trabalhava”.</p> <p>Mazé: “Na época eu tinha um trabalho de carteira assinada, eu tirei a licença por uns quatro meses, da primeira eu não tirei porque não trabalhava, acho muito bom, a criança é muito pequena precisa mamar todo tempo”.</p> <p>D. Raimunda: “A mãe dele não tirou licença não, porque trabalhava em uma confecção pertinho de casa e não tinha carteira. Acho importante para quem trabalha, ficar em casa por uns tempo cuidando do filho”.</p> <p>Maria: “Eu sei desse direito pra mãe que trabalha, eu nunca tirei, porque não trabalho”.</p>	<p>Fátima: “Eu não tirei licença maternidade, eu ouvi falar no CEI, mas nunca fui atrás, trabalhei até 8 meses, ninguém falava nada comigo, aí eu sai do emprego e nunca mais voltei, também num tinha quem ficasse com ela”.</p> <p>Luiza: “Eu não sei, nunca ouvi falar, trabalhei muito em casa de família, mas nunca trabalhei de carteira”.</p>

Quadro 9 - Tema: Licença Maternidade: O Significado de Gozar Licença Maternidade para os Entrevistados

Fonte: Pesquisa Direta – PFBF.

Sobre esse tema, apenas três informantes se referem que gozaram licença maternidade: Luís, Mazé e Joana. Dois informantes mencionam desconhecimento deste benefício: Fátima e Luiza, e os outros dois informantes mencionaram que conheciam a lei, mas que nunca receberam. No caso a Maria, porque nunca trabalhou, e Dona Raimunda por saber que a nora não gozou a licença porque trabalhava na informalidade em uma fábrica de confecção de roupas.

O que o Programa Idealiza (Família Pensada)	O que as Famílias Vivem (Família Vivida)	
	Aproxima	Distancia
<p>“Brincar é a atividade principal da criança” (álbum 4, p.2).</p> <p>“A família precisa organizar o ambiente, oferecer revista ou livros, objetos e brinquedos. Criar situações para a criança olhar, brincar de correr, pular saltar, empurrar ou puxar objetos, sozinha e também com outras crianças”, (álbum, 4, p.2).</p> <p>“A curiosidade da criança serve para que ela conheça o mundo em que vive! Os pais e os familiares precisam conversar muito com ela e explicar tudo o que for possível Também é importante perguntar a opinião da criança e respeitar o que ela pensa” (Almanaque, p. 256).</p> <p>“Alguém da família deve reservar um tempo para brincar e contar histórias para as crianças! As brincadeiras de faz-de-conta, músicas e jogos cantados também estimulam a criatividade” (Almanaque, p.256).</p> <p>“A criança deve brincar em praças e parques, onde possa subir descer, pular e correr” (álbum 5, p.9).</p> <p>“A família precisa conversar com a criança sobre o que ela vê na televisão. Os valores da família são mais importantes do que aqueles que a televisão transmite” (álbum 5, p. 14).</p> <p>“A família tem a responsabilidade de selecionar o que a criança pode ver na televisão” (álbum 5, p. 14).</p>	<p>Luís: “Brincadeira é assim, mais quando a gente tem tempo. Porque quando eu chego, à noite, já tão dormindo. E de dia, eu venho deixar ele aqui na creche, um dia quem vem é minha esposa, porque ela trabalha um dia sim e outro não. E às vezes a brincadeira familiar eu deixo mais pro final de semana porque a gente tá com uma folga aí a gente pode sair pra algum canto. A minha menina, assim, ela gosta mais é de correr. Esses brinquedo, assim, boneca, de casinha, essas coisas, ela não gosta muito, não. Ela gosta mais de brincadeira de correr, de conversar, de dançar. Agora o meu menino gosta de carro, gosta de bicicleta, gosta de moto. Ele já é mais apegado a esse tipo de brincadeira, eles gostam muito de assistir televisão, eu sempre compro filme pra faixa etária deles devido a violência”</p> <p>Joana: “Adoro brincar com as minhas filhas, acho que toda criança tem o direito de brincar, elas tem muitos brinquedos, brincam muito com as outras crianças da idade delas, elas não tem muito tempo de assistir televisão e quando assistem são programas infantis, DVD com histórias infantis essas coisas”</p> <p>Mazé: “Hoje, agora assim, ela gosta muito de boneca esses desenhos essas coisas, as duas, gostam muito de televisão, é o direito da criança, que ela tem o direito de brincar, até hoje eu brinco com elas, assisto muito desenho com elas, assim Tom e Jerry”.</p> <p>D. Raimunda: “Ah toda criança tendo pra ele uma brincadeira é tudo, ele gosta muito de brincar, brincadeira é com ele mesmo. Ele tem é muito brinquedo é bala, é carro, é bola, tudo no mundo ele tem. Ele assiste muita televisão e gosta muito é do pica-pau, o pai dele brinca muito com ele”.</p>	<p>Fátima: “Eu acho muito importante meus filhos brincar, porque eu nunca tive isso, assim, negócio de brinquedos, nunca tive isso na minha vida. Aqui quase não tem espaço quando chega o dia da criança, eu fico doida para compra brinquedo pra eles, não tive condições de comprar, ai falaram que ali, estava dando brinquedo, eu não quis ir, com um horror de gente né, aí o avó dele levou, e não tinha mais brinquedos e ele chego aqui chorando, muito triste doido por uma bola e não conseguiu, pois é por isso que eu não fui. Todo final de mês eu tem que levar eles para igreja lá da Pastoral, chego lá, eu tenho que botar eles para brincar com outros, tem brinquedos lá e eles brinca, é importante a criança brincar, pegar no brinquedo. Aqui eles num assiste televisão porque a daqui quase num presta, aí ele assiste ali na casa da minha sogra, num levo eles pra brincar na praça porque lá só tem é tiro, é arriscado, é muito perigoso”</p> <p>Luiza: “eu acho importante e acho bonito a criança brincar, alguma vez eu brinco com o menor, só o pai do menor brinca de correr de pular cum ele, pois eles num tem brinquedo não. Ele brinca de brinquedo lá na creche. Já o outro ele num dá muito valor e ele num brinca não. O maior gosta de assistir televisão, o filme ele mesmo que escolhe”</p> <p>Maria: “Eu acho muito importante brincar em cada fase da vida. Aqui eles não tem muito brinquedo não, também são quatro. Mais agora que tem DVD mesmo em horário que dessas novela que não são muito recomendado né, pra criança, eles gostam muito de DVD. Eu escolho os filmes e os desenhos que são pra idade deles”</p>

Quadro 10 - Tema: Brinquedo e Brincadeiras: O Significado do Brinquedo, das Brincadeiras, O Uso da Televisão, Uso de Parques e Praças Públicas nas Falas dos Entrevistados
Fonte: Pesquisa Direta – PFBF.

Apesar de os sujeitos mencionarem que acham importante a atividade de brincar e a existência de algum brinquedo em casa, a realidade é bem diferente, como foi dito por Fátima, Maria e Luiza e constatado por ocasião das visitas a seus domicílios. Sem nenhuma condição de comprar, relatam a falta total de brinquedos,

jogos, livros, revistas etc. Relatam também a falta de espaços públicos seguros para as crianças brincarem.

O que o Programa Idealiza (Família Pensada)	O que as Famílias Vivem (Família Vivida)	
	Aproxima	Distancia
<p>“A saúde depende de uma alimentação variada, colorida, com alimentos limpos e frescos. Deve conter feijão, arroz, milho, batata e outras raízes, frutas e verduras, pão, massas, leite e derivados, carne e óleo” (álbum 4, p.8).</p> <p>“É muito importante que a criança se alimente bem para crescer saudável e feliz. Um prato variado e colorido, além de mais bonito e atraente para a criança, significa riqueza de nutrientes como vitaminas e minerais” (Almanaque, p.168).</p> <p>“Aproveite a feira para comprar legumes, verduras e frutas da estação!” (Almanaque, p. 168).</p> <p>“Quando notar algum sinal de perigo para saúde da criança, leve-a à unidade de saúde ou ao hospital mais próximo”, (álbum 4. P.17).</p> <p>“Os hábitos de higiene com o corpo, com a casa e na comunidade são importantes para saúde e a qualidade de vida” (álbum 4. P.11).</p> <p>“Escovar os dentes, lavar e pentear cabelo, tomar banho, manter a casa limpa, lavar as mãos, colocar lixo no lugar certo são hábitos de higiene que a criança aprende com a família. Tudo isso ajuda a criança a se desenvolver” (Almanaque, p.199).</p>	<p>Luis: “uma coisa tá ligada na outra, porque só tem saúde se tiver alimentação, lá em casa não falta verdura, frutas essas coisas... é muito importante para o crescimento das crianças, sem alimento a criança não tem saúde, não tem vontade de brincar, e quando ficam doente porque toda criança de vez em quando fica doente, minha esposa leva logo pro médico”</p> <p>Joana: “Lá em casa a saúde está em primeiro lugar, acho porque eu tive muito trabalho com a minha filha mais velha no hospital eu tenho muito cuidado com a saúde e alimentação delas. Comer bem é uma coisa que enriquece e contribui para o desenvolvimento das crianças, a criança bem alimentada é sempre saudável, as meninas quando estão com qualquer problema de saúde eu levo pro hospital Tia Júlia, lá tem uma médica que acompanha elas”.</p> <p>Mazé: “É muito bom alimentar a criança nos horários certos, a criança tem que se alimentar de frutas, leite, essas coisas, pra tudo a alimentação influi, até pra mente, a criança aprende mais se tiver bem alimentada e não fica doente, e quando ficam doente eu levo lá no Albert Sabin” .</p> <p>D. Raimunda: “A criança que não come só vive doente, esse meu neto come muito bem, aqui não falta nada pra ele, leite, arroz feijão, a gente não compra muita fruta porque nos terrenos tem manga, goiaba, cajú, cana, limão, macaxeira, tem de tudo, por falta de comida ele não morre não. Uma vez ele teve uma doença na garganta aí eu levei ele pro Frotinha, aí o menino passou uns dias sem comer, tomou remédio, aí ficou bom”.</p> <p>Maria: “Meu marido quando era pequeno frequentou a creche, hoje ele trabalha na creche, aí ele bota assim muito alimento saudável, eles são ótimos pra comer, aprendi que tem que ensinar desde pequeno a comer essas comidas, frutas, verduras arroz feijão, farinha, que é pra quando crescer e não achar ruim, eles tudim comem”.</p>	<p>Fátima: “A alimentação é tudo, meu marido trabalha na horta, só tem cheiro verde, o resto a gente tem que comprar é muito difícil comprar a mistura às vezes num tem não. Pra menina não falta o leite dela não, antes de almoçar eu lavo as mão dele, limpo a sujeira que é pra não ficar doente e quando ficam doente eu levo pro posto, pro hospital essas coisa assim eu tenho muito cuidado com eles”.</p> <p>Luiza: “Saúde é quando a pessoa tá alegre feliz, pra mim saúde é isso. Alimentação que posso dá mermo é só feijão, arroz, café cum pão de manhã aí vai mei dia, um feijão, um arroz. O menor ainda toma leite que o pai dele compra, o leite que ele num deixa faltar.Dou graças a Deus por ele ter alimento na creche, já esse outro maior, num come, é o que tiver aqui, é isso, eu também dou banho escovo os dente, corto as unha,é assim secar, vestir uma roupinha limpa”.</p>

Quadro 11 - Tema: Saúde e Alimentação, Higiene das Crianças: Como os Entrevistados Compreendem este Tema

Fonte: Pesquisa Direta – PFBF.

A maioria dos entrevistados tem consciência de que a alimentação é um fator decisivo na vida da criança. Relacionam também a alimentação como condicionante à saúde da criança. 28,5% falam da grande dificuldade do acesso a comida, chegando mesmo a faltar, como no caso de Fátima (E4) e Luiza (E6). 70% mencionaram espontaneamente que reconhecem a necessidade de levar a criança ao médico, posto de saúde ou hospital quando as crianças estão doentes. Apenas 28,5% mencionaram que praticam alguns hábitos de higiene.

O que o Programa Idealiza (Família Pensada)	O que as Famílias Vivem (Família Vivida)	
	Aproxima	Distancia
<p>“A violência contra criança não se manifesta só nas ruas. Costuma ser praticada pelas pessoas que convivem com a criança. Muitas vezes, essas pessoas agem com violência, achando que estão educando a criança” (álbum 5, p.23).</p> <p>“O abuso sexual contra criança normalmente é praticado por pessoas conhecidas ou que convivem com ela, como parentes, vizinhos, amigos. Tanto as meninas como os meninos podem ser vítimas de abuso sexual, e o agressor pode ser homem e mulher” (álbum 5, p.24).</p>	<p>Luís: “A violência, até agora, é uma coisa que ninguém pode mudar, porque é uma coisa que vem de longe, né, principalmente com crianças. Eu acho isso um absurdo, porque a criança é uma pessoa muito vulnerável, é uma pessoa que num pode se defender. Pode ser violência tanto espancamento, como deixar a criança só, num deixar o alimento pra criança já é um tipo de violência, porque a criança sofre. É como se fosse uma pessoa idosa, né? São pessoas vulneráveis na vida porque num tem como se defenderem”.</p> <p>Mazé: “ah eu acho assim realmente é horrível, acho isso errado Ai também é ridículo, pior que hoje até né dá é medo da gente sair de casa, assim já pensando nesses casos que tem acontecido por aí, porque hoje em dia a gente ver cada caso até de pai, Deus o livre. Tenho muito cuidado com elas, porque hoje em dia a gente não deve confiar em qualquer pessoa não e a gente não briga na frente delas, já aconteceu quando a gente era novo, mas hoje ele e eu somos outra pessoa, no inicio tudo se altera e passa pras crianças e elas não gostam, choram e tudo mais”.</p> <p>D. Raimunda: “É uma coisa medonha, a gente num pode nem sair de casa é triste e o pior é que acontece dentro de casa também”.</p> <p>Maria: “Ah! essa coisa de violência eu não deixo escapar não, aprendi que a gente deve conversar com os filhos todos os dias, dá liberdade pra eles falar todo assunto com o pai, agente sabe que tem violência de todo jeito, em casa na rua, na escola, agente tem que conversar pra que eles não fiquem com medo de contar as coisas da violência, eu também não gosto de brigar na presença deles não”.</p> <p>Fátima: “Eu só falto morrer, falto morrer mesmo, no natal, aqui minha sogra, ficaram na porta, eram tanto tiro, eu tava vendo a hora, ele pula aí, e atirar e matar todo mundo aqui. Eu gosto daqui, no mesmo instante, eu tenho medo de criar meus dois filhos aqui, eu tenho medo dessa violência louca, sabe com é, eu quero tanto que Lucas siga um caminho certo, não assim no mundo das drogas, essa coisa não”.</p>	<p>Luiza: “Ah! essa coisa de violência, é isso aí que eu tenho medo, eu tenho medo do meu marido com esse meu filho, pois ele num são unido não, eu já assisti reunião na escola que falava disso, eu sofro eu sofro por causa disso, as vez a gente discute na frente dele aí ele também fica assim né, o pequeninho as vez ele fica do meu lado, né..querendo me defender que ele é pequeno mas ele me defende, ele num fica do lado do pai dele não, quando ele vê a gente discutindo ele fica chorando, aí eu num queria isso ficar discutindo na frente dele”.</p> <p>Joana: “Olha eu vou te ser bem sincera, a violência que a gente sofre em casa, ela é muito mais severa do que tem nos livros certo? Quando a gente sofre alguma violência a gente não tá só agredindo o corpo, acho que é por isso de eu estar me separando hoje, foi isso por ser agredida não é só pelo corpo, mas pela agressão verbal e várias outras coisas. Existem vários tipos de agressão não é só no ambiente doméstico não, mas no meio da rua no trabalho, mas essas agressões verbais e físicas machucam muito. “Eu procuro muito proteger minhas filhas, porque eu tenho as minhas filhas como se fosse meu tesouro, elas nunca foram agredidas. Tenho muito cuidado com elas, porque hoje em dia a gente não deve confiar em qualquer pessoa não, faço tudo pra não brigar com meu marido na presença delas é por isso que eu sofro mais, porque elas são muito sensíveis e elas vivem muito felizes, muito bem”.</p>

Quadro 12 - Tema: Violência (Doméstica, Urbana, Abuso Sexual)

Fonte: Pesquisa Direta – PFBF.

Os relatos acima demonstram que a violência é algo preocupante e marcante no interior das famílias entrevistadas, principalmente a violência estrutural, a que vem das ruas, como salienta Fátima. (E4), e como menciona Yazbek (2009, p. 132): “A convivência com situação de extrema violência é um dos preços que, muitas vezes, a família em condição de pobreza, tem de pagar para morar”.

Violência que os submete a situação de medo e tensão e que associa pobreza e criminalidade, como também a violência doméstica, marcada por submissão, humilhação e maus tratos, conforme relatam Luiza (E6) e Joana (E7). A violência doméstica, além da pobreza, fome e miséria, dificulta mais e mais a dinâmica familiar.

O que o Programa Idealiza (Família Pensada)	O que as Famílias Vivem (Família Vivida)	
	Aproxima	Distancia
<p>“Bater, espancar, beliscar, puxar orelha, gritar, gritar, acusar, xingar, zombar, humilhar, discriminar, ameaçar, meter medo, ser autoritário, rejeitar ou exigir demais de uma criança também são formas de violência e têm um impacto negativo na auto-estima da criança e no seu desenvolvimento em geral” (álbum 5, p. 23).</p> <p>“A família é tudo o que a criança tem para defendê-la e ensiná-la! A criança precisa de segurança de uma família responsável que saiba ensinar o que é certo e errado com exemplos, com diálogo e amor! E não deve ser maltratada nunca!” (Almanaque, p.232).</p>	<p>Maria: “Quando não me obedecem, primeiro eu tiro as coisas que eles mais gosta DVD essas coisa, o mais velho é o que dá mais trabalho por tá todo tempo respondendo, aí a gente corta, ele adora jogar videogame a gente já corta logo tem dias que ele não tá no videogame é castigo e eu até chegava a botar ele de joelho mas não adianta aí no livro fala que você tem que pegar nas coisa que eles mais gostam até chegar o tempo que ele mesmo chega e diz mãe eu num vou fazer mais fazer, deixa eu ir aí. Eu ainda castigo assim nesse sentido, ao invés de eu bater ou butar de castigo, não resolve, estou percebendo que este é o melhor jeito, eu já dei muita palmada, mas hoje num dá mais não”</p>	<p>Luís: “Bem, assim, porque nós seres humanos somos muito diferentes uns dos outros, né? Minha esposa a mentalidade dela já é mais assim diferente da minha, ela já é mais calma do que eu. Eu já entrego isso aí na mão dela porque ela sabe conversar. Eu já sou, assim, já mais explosivo. Eu gosto mais de ficar, assim, na minha e falar pra ela que tá acontecendo isso mas, lógico, que também eu tenho que fazer minha parte, né? No momento que ela não pode resolver, quem tem que resolver sou eu, e eu tenho que fazer de tudo pra mim não passar dos meus limite. A gente não grita, quando acontece alguma danação, geralmente, a gente tira a tevê, num deixa sair, num deixa brincar, ela sabe conversar mais do que eu né? Aí é que é pior às vezes o tempo passa e a gente faz é se esquecer. É sempre o menino ganha da gente no pé da letra. Às vezes quando falta paciência eu dou umas palmadas porque o pai dizer que não dá palmada no filho, eu acho que isso aí é mentira”.</p> <p>Mazé: “Quando elas não me obedecem, aí eu não deixo elas assistir filme, não deixo sair de casa pra brincar, mas tem hora que a menina tira mesmo a paciência, aí eu dou umas palmadas com bem vontade”.</p> <p>D. Raimunda: “Eu falo para ele, digo pra ele não ficar teimando aí eu vou bater nele aí ela passa aquele pedacinho ali sem fazer, quando da fé ele tá fazendo de novo aí eu digo Kelvin num faz isso não, aí eu tem hora que eu bato que toda criança precisa a pessoa bater, aquele momento de bater que a pessoa também não vai criar um filho ou um neto sem bater né, que hoje em dia a gente bate e ainda acontece as coisas, dou umas palmadas nos braços”.</p> <p>Fátima: “As vezes o pai dele fala assim com ele, bem sério, ele começa a chorar não bate, mas briga com ele, Lucas não pode ser assim, tem que ser assim , não pode fazer nada errado, tem assim , se ele não obedece , coloca de castigo, só que ele é bonzinho , você não vai fazer isto não, mais agora eu brigo, grito eu bato nele , mais ele é bonzinho , mamãe não bate, que eu não vou fazer nada errado.Mas as vezes eu não grito muito, porque ele fica com dor de cabeça, aí pego ele sento ali no cantinho, só vai sai quando eu mandar”.</p> <p>Luiza: “Ah! às vezes eu boto ele de castigo né e aqui e acolá eu também to dando umas palmadinhas, porque tem que ser no medo né, porque se a gente não der, aí eles vão fazer da gente o que eles querem, aí eles não obedece a gente em nada”.</p> <p>Joana: “ Ah! minha filha no mundo estressado em que vivemos hoje, não existe uma pessoa que não grite ou que não dê palmadas, as palmadas só quando estou no limite, quando já acumulou. Você acredita quando que de uma palmada eu passo o dia todinho tão mal dum jeito, que eu choro com pena de tão besta que eu sou”.</p>

Quadro 13 - Tema: As Práticas Disciplinadoras

Fonte: Pesquisa Direta - PFBF.

Nos discursos acima relatados pelos sujeitos é possível observar que dar palmadas, gritar e pôr de castigo estão entre as principais medidas disciplinadoras utilizadas pelas mães ou responsáveis, envolvendo algum grau de violência.

Apesar de algumas mencionarem que primeiramente recorrem a uma atitude educativa, explicando à criança por que ela deve corrigir seu comportamento, apenas Maria argumentou que tinha deixado de aplicar essas medidas punitivas.

O que o Programa Idealiza (Família Pensada)	O que as Famílias Vivem (Família Vivida)	
	Aproxima	Distancia
<p>“É dever da família cuidar da criança e protegê-la dos acidentes em casa e na comunidade”. (Álbum 5, p.22).</p> <p>“Alguns cuidados podem evitar que a criança sofra acidentes em casa e na comunidade: remédios, venenos e produtos de limpeza devem ser guardados onde as crianças não possam mexer, garrafas de refrigerantes não devem ser usadas para guardar produtos químicos, cabos de panelas devem ficar voltados para dentro do fogão, o berço e a cama devem ficar longe do fogão, tanques e poços devem ser mantidos tampados” (Álbum 5 p. 22).</p>	<p>Luis: “Eu tenho muito cuidado com eles com esse negócio de sair, porque todo dia sai no jornal notícia de criança seqüestrada e morta, geralmente pra canto longe, só vai comigo e com minha esposa, agora em termo de deixar na creche e na escola, a gente precisa muito dos outros. Quando elas tão em casa elas ficam sempre com uma pessoa de confiança. Lá em casa é seguro, a casa tem seis compartimento, o mais novo dorme comigo e minha esposa e a mais velha dorme no quarto dela, bem distante da cozinha. Os produtos de limpeza são guardados nos armários bem altos pra não ter perigo do mais novo pegar, é tudo bem guardado, minha esposa toma conta dessas coisas”.</p> <p>D. Raimunda: “Esse meu neto veio morar aqui comigo, aí eu tratei de arranjar logo um quarto pra ele, eu boto ele pra dormir aqui neste canto toda noite, aqui num tem perigo de nada não, mesmo assim a gente num arreda pé, aí eu lavo dou banho, mando ele escovar os dente e quando tá doente eu levo ali pro postinho ou pro Gonzaguinha e pronto”.</p> <p>Maria: “Eu raramente saio, quando eu saio, eu não levo todos, eu divido, assim como hoje, eu vou sair, a minha mãe já levou a menorzinha, a que dá mais trabalho e eles ficam com o pai porque o horário dele é de madrugada e de dia ele tá em casa, é assim eu nunca deixo só. Todo dia eu levo os dois mais pequeno pra creche e o pai vai pegar Essa casa é da minha mãe, aí ela também tem muito cuidado com eles assim, com os perigos,ela não deixa a mais nova correr perigo. Como esta casa é pequena os dois maiores dormem na sala, eu durmo com meu marido e os outros dois num quarto e no outro dorme minha mãe e meu irmão.Eu tenho muito cuidado com eles, durante a semana quem cozinha sou eu e no final de semana é minha mãe, o material de limpeza é guardado debaixo da pia,mas é fechado, não oferece perigo não. Eu aprendi que tem que ser mantido no alto, eu boto baixo porque é fechado”</p> <p>ALuiza: “Eu num gosto de sair, só vou deixar o menino na creche e vou buscar. Ele só sai mais eu, eu num deixo ele sair pra brincar na rua não, ele é muito pequeno ainda, o mais velho já sai dá uma voltinha. Aqui neste quartinho dorme o mais velho, o mais novo dorme lá na frente comigo e o meu marido. Por enquanto aqui tá faltando as coisa que limpa, só compra de quinze em quinze dia, aí é que ele pode comprar. Amanhã é dia dele fazer as compras, quando chega eu guardo pro menino num pegar”</p> <p>Joana: Quando saio geralmente eu levo, porque eu não tenho com deixar, ou eu levo ou então eu não saio. No momento pela situação que eu estou passando estamos cada vez mais juntas, estamos dormindo todas quatro juntas no mesmo quarto, nunca deixo elas sozinhas eu tenho medo. Lá em casa tudo é guardado bem alto, assim os remédios estão dentro de uma bolsa, o material de limpeza ficam em cima do armário, por conta da menorzinha, eu tenho medo Uma vez eu peguei um resto de água sanitária e botei em uma garrafa de refrigerante e alguém colocou na geladeira,quando foi depois eu abri a geladeira e dei uma golada, fiquei louquinha eu e minha mãe. Eu guardava assim num cantinho ai aconteceu isso comigo, aí a gente viu que é muito perigoso muito perigoso, tem que proteger, guardar bem alto</p>	<p>Mazé: “Eu deixei meu emprego de carteira assinada porque não tinha com quem deixar as meninas, antes elas ficavam com a avó delas. Hoje como meu marido trabalha como vigia um dia sim outro não, aí eu saio pra trabalhar como faxineira no dia que ele tá em casa. Todo dia eu deixo minhas meninas na escola e vou buscar, tenho cuidado quando estou com elas na rua, eu não desprego delas. Moro aqui nesta casa apertadinha, no quarto dorme eu meu marido e a mais nova, e a mais velha dorme aqui perto da cozinha, como ela já tem doze anos não tem perigo não. Ela já entende o que é perigoso ou não”.</p> <p>Fátima: “Mulher tu ta vendo eu moro aqui nesse quartinho, num tem nada que preste, só tem mesmo esta cama, este fogão, e o filtro que tá detrás da porta porque tenho medo dela derrubar, nós dorme tudo aqui, o material de limpeza eu boto lá fora em cima do tanque, dentro do pote, eu não deixo aqui não, porque tenho medo dela pegar no sabão”.</p>

Ao analisar as falas dos sujeitos em relação aos temas propostos pelo Programa, observei que os mais apropriados pelos sujeitos se referem àqueles que já são universalizados e incorporados no cotidiano das famílias e que não dependem do Programa: o pré-natal, os tipos de partos, o direito da gestante de ser acompanhada na hora do parto, o direito à certidão de nascimento do filho ainda no hospital, a amamentação, a vacinação, a licença maternidade e outros. Embora alguns tenham se referido a mudanças de atitudes que começaram a praticar após terem lido o Almanaque, no caso da Mazé, que após a oficina assistida no CEI e de ter lido o almanaque preferiu alternar com o marido os dias de trabalho como faxineira, tendo o cuidado de não deixar suas filhas pequenas sozinhas em casa. Outro caso de mudança de atitude foi Maria que, conforme sua fala, após ter tido três filhos sem amamentar, participou das oficinas, começou a ler o almanaque e, como estava grávida à época, foi estimulada a amamentar.

E quanto aos temas que as famílias não se apropriaram, segundo as falas dos informantes, são aqueles em que suas condições de pobreza e vulnerabilidade não permitem se apropriarem, tais como: o direito a uma alimentação saudável, de adquirir bons hábitos de higiene, o direito de brincar, de se proteger da violência tanto urbana como doméstica, as práticas disciplinares, proteção e cuidado com as crianças, acesso a uma boa escola pública e a uma moradia digna. Enfim, são famílias que, como afirma Yazbek (2009, p. 81): “vivem na esfera da necessidade, esfera marcada pela pertinência às classes subalternas e que transforma a vida cotidiana, sobretudo, na luta pela sobrevivência”.

4.3 A Família Pensada (pelo UNICEF) e a Família Vivida

Dos resultados obtidos percebi contradições entre o que o Programa prescreve e o que os sujeitos, efetivamente, fazem. Isso remete a evocar o conceito de competência familiar tal como posto pelo UNICEF¹⁵ e o que observei na realidade

¹⁵ Competência familiar para o UNICEF “são as práticas e os cuidados que a família deve ter para colaborar com o desenvolvimento da criança, esse conceito se refere aos conhecimentos, saberes e

das famílias estudadas. Por exemplo, no que se refere aos cuidados com a proximidade das crianças ao fogão e também no hábito que algumas demonstraram de guardar material de limpeza em garrafas de refrigerantes ou outros materiais que podem ser atrativos para as crianças. A noção de perigo posta pelo Programa mostra-se distante para algumas mães, o que concorre para deixar a vida das crianças vulnerável.

Outro exemplo: por ocasião das entrevistas em profundidade, cinco delas realizadas nos domicílios dos participantes, observei que, na realidade, apenas o domicílio de Dona Raimunda oferece alguma segurança no que se refere à estrutura física da moradia. As outras são desprovidas de segurança para as crianças ou suas famílias, pois se tratam de moradias construídas precariamente, insalubres, muito pequenas, sem banheiro, com instalações eletro-hidro-sanitárias feitas com gambiarras, além de improvisadas e com falta de mobiliário. Construídas em terrenos apossados, cedidos ou aproveitando resto de quintal de algum parente próximo, em locais de difícil acesso, sendo necessário caminhar por verdadeiros labirintos. Em dois domicílios, por serem tão pequenos, as crianças dormem muito próximas aos fogões, como no caso de Mazé e Fátima.

A partir desses exemplos o perfil dessas sete famílias pode ser descrito com as seguintes características: são famílias pobres, cuja renda *per capita* tem valor médio mensal de R\$146,00, ou seja, cerca de $\frac{1}{4}$ SM, situadas na linha da pobreza.

Outra característica é a situação de moradia. Residem em bairros da periferia da cidade, em casebres situados em becos, com uma média de cinco pessoas vivendo em domicílios de três a quatro cômodos.

Caracterizam-se, ainda, por vivenciarem arranjos familiares diversos, onde entre os pesquisados uma avó assume o cuidado pela família; em outro arranjo o pai se mostra mais participativo, e nas demais é a mulher que, a depender

de suas próprias condições, assume os cuidados do lar, mesmo que com sobrevivência precária.

A escolaridade dessas famílias é variável, numa escala que vai da maioria analfabeta ou com baixo nível de educação formal, a uma quantidade mínima de um participante com ensino superior incompleto.

Quando identifiquei o perfil dessas famílias, sua participação, sua aprendizagem, sobretudo no que se refere ao conteúdo específico do Programa, e os relacionei à categoria de competências familiares tal como define o UNICEF, percebi que a sobrevivência das crianças é preservada. Contudo, quanto ao desenvolvimento, à proteção e à participação, compreendi que a família vivida, nas condições objetivas aqui identificadas, muito se distancia da família pensada pelo UNICEF, e que o conceito de competência apresentado pelo mesmo tem um caráter mais universal, não articulado às outras dimensões da vida das famílias, a partir de sua cultura e identidade no local em que elas vivem, no caso da maioria, na periferia de Fortaleza.

Percebi, enfim, que independentemente de assimilarem ou não os ensinamentos do Programa, as famílias cumprem com as responsabilidades de cuidar e educar sua prole, cada uma à sua maneira e a depender das condições objetivas que se apresentam no dia-a-dia de suas existências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dois pressupostos teóricos orientam este trabalho no tocante às interfaces entre família e políticas públicas. O primeiro sustenta que a luta pela sobrevivência, efetivada pelas famílias brasileiras em situação de pobreza, restringe suas possibilidades, e o Estado, na sua conformação atual, em seu dever de disponibilizar serviços de educação para a sociedade como um todo, não vem promovendo a universalização de direitos garantidos às famílias.

Este pressuposto se confirma pelos achados deste estudo. Um dado que confirma este pressuposto está na necessidade de as mães se ausentarem de casa para trabalhar. Mesmo deixando um filho no CEI, outros mais velhos permanecem em casa, embora sejam também crianças, porém em faixa etária de ensino fundamental. Sendo assim, a luta pela sobrevivência não garante a essas famílias condições objetivas de cuidarem de seus filhos nos moldes que o Programa sugere.

Outro dado que confirma esse pressuposto é que mesmo entre mães que não trabalham por motivos variados, o fato de permanecerem em casa não lhes assegura as condições objetivas para os cuidados da família conforme o Programa preconiza. Alimentam-se do básico (arroz com feijão) e não podem comprar alimentos de outras cores para formar um prato com os nutrientes que garantam o consumo diário de vitaminas que o almanaque e o álbum recomendam.

Enfim, lutar pela sobrevivência é uma prática cotidiana na vida dessas famílias. Suas possibilidades são restritas por esses e tantos outros fatores que se entrelaçam, tirando delas as condições de cuidar e educar seus filhos, tal como o Programa sugere.

O segundo pressuposto, decorrente do primeiro, é o de que a compreensão das várias formas de enfrentamento à pobreza no Brasil – e no Estado do Ceará – leva a pensar as interfaces entre família, criança e políticas públicas como uma condição para esse enfrentamento, que começa desde a concepção de um filho e adentra nas possibilidades e restrições da família empobrecida de dispensar cuidados essenciais ao desenvolvimento integral da criança. Isso esbarra na instituição pública que, por fragilidade do Estado em executar políticas, transfere sua responsabilidade para as famílias.

Este segundo pressuposto é confirmado tanto pelo referencial teórico quanto pelos achados no trabalho de campo efetivado. Não verifiquei a interface entre as políticas públicas e as famílias estudadas. No caso do PFBF, ele elenca uma série de cuidados e medidas que são inerentes às responsabilidades de setores públicos diversos, o que politicamente pode ir ao encontro da perspectiva de transferir a responsabilidade para as famílias no contexto da ausência de políticas públicas. Outra questão: as famílias identificadas neste estudo necessitam de educação de qualidade, formação profissional, trabalho, habitação digna, saneamento básico, postos de saúde nas proximidades de suas moradias; praças para o lazer de seus filhos. Enfim, muitas são as necessidades objetivas de uma família em situação de pobreza. Assim, um Programa agindo isoladamente é incapaz de corresponder às necessidades de transformação dessa realidade. Isso remete a outra questão: sem a intersetorialidade de saúde, educação, assistência social, infraestrutura, segurança pública, dentre outros, não há como transformar a situação de pobreza.

Considerados estes pontos, chego à etapa final deste estudo. A pretensão inicial de avaliar o Programa Família Brasileira Fortalecida em Fortaleza foi determinada em observância ao percurso metodológico delineado para o alcance dos objetivos definidos, porém os resultados sugerem algumas inquietudes que passo a compartilhar.

Os objetivos da pesquisa foram direcionados nos seguintes termos: avaliar o Programa Família Brasileira Fortalecida em Fortaleza, verificando em que medida promove a melhoria nas condições de vida das crianças por meio do fortalecimento das competências familiares no processo de educar e cuidar, conforme as diretrizes do Programa.

Esta avaliação foi possível a partir da metodologia utilizada. A pesquisa de campo permitiu aprofundar o conhecimento da realidade evidenciada pelas famílias participantes do Programa através da elaboração de suas histórias de vida, permitindo, ainda, aprofundar o conhecimento das famílias sobre o Programa.

Como resultado mais evidente destaca-se a categoria competência familiar a partir da relação com o conceito de sobrevivência que é identificado em algumas atitudes das famílias onde uma mãe, mesmo em situação de pobreza, deixa de trabalhar para se dedicar aos cuidados de seu filho; outras passam a

amamentar; e outras, compreendendo a necessidade do planejamento familiar, submetem-se à laqueadura de trompas.

Outro objetivo alcançado foi identificar o perfil das famílias participantes do Programa. Como já referido, este perfil está delineado e analisado nos capítulos que antecederam esta etapa conclusiva.

Objetivei, ainda, verificar a compreensão das famílias quanto ao seu papel de cuidar e educar suas crianças. Neste sentido, relacionando os achados ao conceito de competência familiar, como sugere o UNICEF, percebi que essas famílias, em algumas situações, compreendem os ensinamentos e até chegam a tomar algumas atitudes, como amamentar, encaminhar os filhos para a escola etc., porém, em muitos outros aspectos as famílias demonstram não compreender a mensagem do Programa e, portanto, não fazem uso cotidiano do almanaque que foi distribuído. Em outras situações, mesmo com o potencial de leitura e aprendizagem, as famílias não vivenciam esses ensinamentos porque não dispõem de condições financeiras para fazê-lo.

Por fim, busquei conhecer as restrições e potencialidades para o desenvolvimento infantil a partir do fortalecimento das famílias. Quanto a este aspecto, percebi mais restrições que potencialidades, por tudo que foi possível averiguar através do alcance dos demais objetivos. Uma das restrições mais evidentes está na pobreza das famílias e na carência de recursos para viabilizar a mudança de hábitos alimentares e a educação de seus filhos como o Programa preconiza.

Como potencialidades destacam-se os impactos da qualidade do material do Programa (almanaque e *Kit*), cujo valor poderia ser potencializado desde que as famílias beneficiárias fossem atendidas de modo intersetorial e que a elas fosse viabilizado o acesso prático a todas as condições que os ensinamentos sugerem. Acredito que, com isso, realizou-se uma avaliação compreensiva do Programa, nos moldes de Silva (2008), uma vez que todo aparato construído durante a pesquisa avaliativa, sua metodologia e seus resultados foram construídos com os sujeitos, valorizando a compreensão efetiva do Programa.

Cabe aqui narrar uma cena que presenciei quando estava colhendo os dados através da aplicação dos questionários com os responsáveis pelas crianças

nos CEIs e que esclarece os resultados deste trabalho à luz da vida pensada pelo Programa e a experiência no percurso vivido durante este estudo.

Em dezembro de 2009, estava preocupada em aplicar os cinco questionários restantes com as famílias que participaram do PFBF em Fortaleza. Liguei para a coordenadora do CEI situado no bairro Tancredo Neves e agendei as entrevistas com as famílias. O prédio do CEI se localiza em frente a um terreno público. Segundo a coordenadora do CEI, o terreno está reservado para a construção de uma praça destinada ao lazer dos moradores do bairro, por sinal muito carente. Como até então a referida praça não saiu do papel e os moradores pobres e sem casa ocuparam o terreno desde 2006. Ali construíram seus abrigos de acordo com suas posses: de tijolo, de madeira, de folhas de zinco, de papelão, de modo desordenado e sem nenhuma estrutura urbana.

Ao chegar ao CEI, observei uma agitação entre as pessoas que estavam na rua. Vi policiais, caminhões, tratores, carroças. Ao indagar sobre o motivo daquele burburinho, fui informada de que os moradores tinham recebido ordem de despejo, e à medida que desocupavam suas casas, o trator já demolia aquilo que por certo tempo tinha servido de lar e de abrigo para muitas famílias.

A minha inquietação tornou-se ainda maior quando observei que algumas famílias, já com seus pertences arrumados de qualquer jeito em cima de caminhões, carroças e bicicletas, entravam no CEI e pegavam suas crianças sem saber para onde ir. Fiquei chocada com o que vi e me questionei de estar avaliando um Programa que leva informações para as famílias se fortalecerem, que prega a competência familiar em relação aos cuidados e à educação dos filhos e se depara com tamanha falta de políticas públicas que protejam e que deem o mínimo ao cidadão. Neste dia, cinco crianças saíram do CEI com suas famílias. Algumas delas participavam do PFBF, mas não tive coragem de abordá-las.

Outro momento que merece destaque neste estudo se refere à municipalização dos CEIs. De acordo com a Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, os municípios ficaram com a responsabilidade de ofertar a educação infantil como parte integrante da educação básica. No Ceará, apesar de várias negociações entre Estado e Município, esse processo só foi decidido em dezembro de 2008, nos Governos de Cid Gomes e Luizianne Lins, respectivamente. Em consequência dessa decisão, os 87 CEIs do Programa de

Atendimento à Primeira Infância, mantidos pelo Estado, passaram o período de janeiro a junho de 2009 sem atendimento às crianças.

Tal fato acarretou muito sofrimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, já afetadas pela ausência de políticas públicas que lhes permitam viver com dignidade. Isto significa que 5.925 crianças ficaram sem a segurança do alimento diário oferecido pelos centros de educação infantil. Muitas mães perderam seus empregos por não terem com quem deixar seus filhos. Outras foram denunciadas ao Conselho Tutelar por crime de “abandono de incapaz” pela necessidade imperiosa de não perder o emprego e ter de deixar seus filhos pequenos sozinhos em casa. Também não posso deixar de registrar o sentimento de ansiedade e insegurança que viveram os coordenadores, os educadores e todo o pessoal de apoio que trabalhavam nos CEIs, cerca de 1.500 pessoas.

Estes relatos são referendados por várias reportagens na mídia local conforme destaque no início da apresentação deste trabalho. Segundo informações do Núcleo de Acompanhamento de Ações Socioassistenciais da STDS, somente 24 dos 87 CEIs foram absorvidos pelo município. Ressalto que quando iniciei a pesquisa de campo, em dezembro de 2009, os 24 CEIs já estavam municipalizados e para ter acesso às famílias procurei as coordenadoras que participaram do Programa e que continuaram trabalhando nos CEIs.

Sem aprofundar essa questão, mas considerando apenas o que é posto, identifiquei um problema de ordem gerencial no que se refere ao acompanhamento, monitoramento e avaliação processual dos indicadores do Programa, com o pouco exercício do controle social pelas instâncias representativas dos direitos das crianças e adolescentes ou de outros segmentos sociais. Talvez essa inconsistência gerencial tenha sido provocada pelo processo de municipalização, quando o Estado, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, transferiu os centros de educação infantil para o Município de Fortaleza, o que se deu pelo repasse de informações burocráticas contidas em relatórios e outros documentos sem uma maior aproximação entre técnicos das duas esferas (estadual e municipal) para a garantia da continuidade das ações. Na verdade, os acordos se efetivaram muito mais com a preocupação do repasse dos prédios e equipamentos e com a paralisação temporária dos trabalhos, o que gerou constrangimento entre as famílias e as crianças beneficiárias, além da descontinuidade das metodologias

pedagógicas, como também dos trabalhos de acompanhamento, monitoramento e avaliação efetivados.

Em todo esse cenário observa-se a desatenção do Estado, a sua inoperância e a ausência de ações efetivas capazes de construir políticas públicas que ofereçam moradia digna, educação, saúde, direito, alimentação e trabalho à população desprotegida e vulnerável.

Não existirão famílias fortalecidas e executando suas competências, exercendo sua cidadania, enquanto o Estado não priorizar políticas públicas voltadas a essa camada da população para que as mesmas possam alcançar um patamar mínimo de cidadania que começa pelo direito à moradia digna.

Neste contexto, vale lembrar Szymanski (2002): “É no mínimo hipócrita atribuir às famílias das camadas empobrecidas de nossa sociedade uma função de proteção e cuidados às crianças e adolescentes sem lhes oferecer meios para isso”.

Assim compreendendo, e diante dos resultados desta pesquisa e de todos os argumentos dos sujeitos deste estudo, é possível considerar que o Programa Família Brasileira Fortalecida, nos moldes atualmente disponíveis, perde seu alcance social na medida em que sua proposta se esvai no vazio de possibilidade das famílias, notadamente na situação de pobreza, em consolidar mudanças no que se refere ao comportamento cotidiano preconizados pelo Programa, diante da condição de exclusão social que vivenciam.

REFERÊNCIAS

ALA-HARJA, Marjuka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, n. 4, p. 5-60, out./dez. 2000.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Saber e ensinar: três estudos de educação popular**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1986.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 2010.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8069.htm>>. Acesso em: 2010.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=138579>>. Acesso em: 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política nacional de assistência social**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação**. Brasília, DF, 2006.

BRUSCHINI, Cristina. **Mulher, casa e família: cotidiano nas classes médias paulistanas**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990.

CANEVACCI, Massimo (Org.). **Dialética da família**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARVALHO, Luisa Maria Torres de; PEREIRA, Eanes Delgado Barros. Morbidade respiratória em crianças fumantes passivas. *Jornal de Pneumologia*, v. 28, n. 1, p. 8-14, jan./fev. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jpneu/v28n1/a04v28n1.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2010.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller. (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CEARÁ. Governo do Estado. **Competências familiares para a promoção da saúde pública e desenvolvimento infantil**: um estudo de 2.600 famílias no Estado do Ceará. Fortaleza, 2005. (Caderno da escola de saúde pública do Ceará, v. 1).

_____. **FECOP**: Fundo Estadual de Combate à Pobreza: manual de procedimentos. Fortaleza, 2006a.

_____. **Programa de Atendimento à Primeira Infância**. Fortaleza, 2004. Mimeografado.

_____. **Programa Família Brasileira Fortalecida**. Fortaleza, 2006b. Mimeografado.

_____. **Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social**: histórico da Instituição. Fortaleza, 2009. Disponível em: <www.stds.ce.gov.br/stds>. Acesso em: 7 maio 2010.

CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica**: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

CORREA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, Antonio Augusto et al. (Org.). **Colcha de retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. 4. ed. São Paulo: Unicamp, 1994.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **As crianças e adolescentes em circunstâncias especialmente difíceis e as administrações municipais**. Belo Horizonte: Modus Faciendi Publicações e Serviços, 1999.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DIAS, Ana Maria Iorio. **Diretrizes pedagógicas para creches**. Fortaleza: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, 2002.

DEMO, Pedro. **Pobreza política**. São Paulo: Cortez, 1998.

ENGELS, Frederich. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula. A fabricação do menor. **Revista Humanidades**, v. 4, n. 12, p. 5-15, fev./abr. 1987.

FERNANDES, Adelita Neto Carleial et al. Movimentos sociais urbanos em Fortaleza: trajetória de um novo sujeito social. In: _____. **A política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 71, 2002.

FREUD, S. **Psicologia de grupo e análise do ego: obras complementares**. Rio de Janeiro: Imago, 1984.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. 48. ed. São Paulo: Global, 2006.

FROMM, Erich. **Análise do homem**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1983.

FUKUY, Lia Freitas Garcia. Estudos e pesquisas sobre a família no Brasil. In: CERQUEIRA, Eli Diniz et al. **O que se deve ler em ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1986.

FULLGRAF, Jodete Bayer Gomes. **O UNICEF e a política de educação infantil no Governo Lula**. 2007. 194 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <www.ced.ufsc.br/~nee0a6/jodetese.pdf>. Acesso em: 2010.

GASKELL, George; BAUER, W. Martin. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.

GONÇALVES, Lêda. Omissão que induz ao crime. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 27 abr. 2009. Caderno Cidade, p. 13.

GONDIM, Linda Maria Pontes. **Pesquisa em ciências sociais**: o projeto da dissertação de mestrado. Fortaleza: Edições UFC, 1999.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 71, 2002.

GUSMÃO, Saul de. **Proteção à infância**: relatório do Juiz de Menores do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOLANDA, Antônio Nilson Craveiro. **Avaliação de programas**: conceitos básicos sobre a avaliação "ex-post" de programas e projetos. Fortaleza: ABC Editora, 2006.

KRAMER, Sonia. **Política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. São Paulo: Cortez, 2003.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. História da infância e educação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 20., 1997. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1997. Sessão especial.

LERCHE, Sofia; MATOS, Kelma Socorro Lopes. **Pesquisa educacional**: o prazer de conhecer. Fortaleza: EDUCE, 2002. (Coleção Magister).

MALINOWSKI, Bronislaw Kaspar. A família no direito paterno e no direito materno. In: CANNEVACCI, Máximo. (Org.). **Dialética da família**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MELLO, S. L. de. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.). **A Família contemporânea em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MINAYO, Cecília. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINAYO, Cecília; DESLANDES, Suely. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. São Paulo: Vozes, 2005.

MONCORVO FILHO, Arthur. **Histórico da proteção á infância no Brasil 1500-1922**. Rio de Janeiro: Empreza Graphica Editora, 1927.

MOYSÉS, S. J.; MOYSÉS, Simone Tetu; KREMPEL, Márcia Cristina. Avaliando o processo de construção de políticas públicas de promoção de saúde: a experiência de Curitiba. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 3, p. 627-641, 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade**. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Denize Cristina de et al. A positividade e a negatividade do trabalho nas representações sociais de adolescentes. In: _____. **Psicologia: reflexão e crítica**. Petrópolis: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Aula inaugural**. Campinas: UNICAMP, 1994.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina**. Fortaleza: EDECE, 2001.

_____. **Família: seu processo de transformação e sua centralidade nas políticas públicas**. Fortaleza, 2006. Mimeografado.

_____. **Menino trabalhador: identidade no confronto família-rua**. 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 1991.

PEREIRA, Potyara A. P. A questão do bem estar do menor no contexto social da Política Social Brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 27, 1988.

PETRINI, João Carlos. **Pós-modernidade e família: um itinerário de compreensão**. Bauru: EDUSC, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Família e Individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.). **A família contemporânea em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Maria Ozanira Silva et al. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: _____. **Pesquisa avaliativa aspectos teóricos e metodológicos**. São Paulo, 2008.

SPOSATI, Aldaíza et al. **Assistência na trajetória de políticas sociais brasileiras**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes: versão preliminar**. [S.l.]: MDS, 2007. Curso de Formação de Multiplicadores.

SZYMANSKI, Heloisa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafio de um mundo em mudança. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 71, 2002.

TEDRUS, Dora M. de Almeida Sousa. **A relação adulto-criança: um estudo antropológico em creches e em escolinhas de Campinas**. São Paulo: Unicamp, 1998.

UNICEF. **Desenvolvimento infantil: subsídios para sua implementação: documento preliminar**. Brasília, DF, 2002. Mimeografado.

_____. **Fortalecimento das competências familiares e municipais: experiências iniciais: parte II**. Fortaleza, 2006. Mimeografado.

_____. **KIT família brasileira fortalecida**. Brasília, DF, 2004.

_____. **Nossas prioridades: competências familiares**. [S.l.], 2007. Disponível em: <www.unicef.org.br>. Acesso em: 26 maio 2010.

_____. **Percepção de professores da educação infantil sobre o kit família brasileira fortalecida: projeto gráfico e editoração eletrônica**. [S.l.], 2008.

_____. **Sugestões para implementação do Programa Família Brasileira Fortalecida pela Educação Infantil.** [S.l.], 2005. Mimeografado.

VICENTE, C. M. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org). **Família brasileira, a base de tudo.** São Paulo: Cortez, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Pobreza e exclusão social: expressão da questão social no Brasil. **Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisas em Serviço Social**, Brasília, DF, ano 2, n. 3, jan./jun. 2001.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta:** as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA AS FAMÍLIAS QUE PARTICIPARAM DO PROGRAMA FAMÍLIA BRASILEIRA FORTALECIDA

Meu nome é Maria Inês, trabalho na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, sou Técnica em Assuntos Educacionais. Atualmente estou fazendo o Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará e estou desenvolvendo uma pesquisa com as famílias que participaram do Programa Família Brasileira Fortalecida em Fortaleza. Este programa foi realizado através de oficinas e palestras para as famílias atendidas nos Centros de Educação Infantil – CEIs em Fortaleza. Neste momento, venho convidá-los a participar de um estudo que pretende saber se os conhecimentos adquiridos pelas famílias envolvidas no Programa melhoraram as condições de vida das crianças. Após seu consentimento, preencheremos um questionário, faremos também uma entrevista com alguns participantes do Programa as quais serão gravadas. Tanto nos questionários como nas entrevistas, perguntaremos seu nome, sua idade, seu endereço, qual sua renda, escolaridade, quantas pessoas vivem na sua casa, qual seu parentesco com a(s) criança que frequenta o CEI, quem informou sobre a existência do Programa, quem a fez participar, o que aprendeu no Programa, se está pondo em prática o que aprendeu se recomenda que outras pessoas participem do Programa, qual sua opinião sobre o Programa. Caso aceite participar, fica claro que o seu nome e nem de seu(s) filho(s) serão revelados publicamente no estudo e que não haverá nenhum tipo de dano físico ou moral que possa prejudicar qualquer participante. A sua família poderá deixar de participar deste estudo no momento em que desejar, sem nenhum, prejuízo, acreditamos que não haverá risco para senhora e para seu(s) filho(s). Esclarecemos que sua participação não será remunerada.

Em caso de dúvidas e demais esclarecimentos, estamos à sua disposição:

Maria Inês Serpa Benevides

Rua: Corolina Sucupira, 1377/901

Bairro: Aldeota CEP: 60 140 120

Fortaleza-Ceará

Telefones: 85-32615602- residência 85-31014613-trabalho

O Comitê de Ética em Pesquisa (COMEPE) da Universidade Federal do Ceará encontra-se disponível para esclarecer dúvidas e /ou reclamações em relação à sua participação no referido estudo, pelo telefone: 85-33668338

Coleta de dados realizada por: _____

Eu, _____, RG _____

Declaro que depois de esclarecido pela pesquisadora e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar desse estudo intitulado: Avaliação do Programa Família Brasileira Fortalecida em Fortaleza.

Assinatura do Participante: _____

Eu, _____, RG _____

Testemunhei a aceitação para participação neste estudo da pessoa mencionada acima.

Assinatura da testemunha: _____

Fortaleza, de de 2009

APÊNDICE B
QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS DAS FAMÍLIAS

Data: ___ / ___ / _____

Questionário Nº _____

Pesquisador: _____ SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL- SER ()

1. DADOS PESSOAIS

1.1 Sexo: Masculino () Feminino ()

1.2 Idade: _____

1.3 Naturalidade (Município /UF): _____

1.4 Bairro onde mora:

1.5 Estado Civil: Solteiro () Casado () Convive Maritalmente ()

Separado ()

Viúvo ()

Outro ():

1.6 Posição do informante em relação às crianças da família:

Pai () Mãe () Avô () Avó () Irmão () Irmã ()

Tio () Tia () Primo () Prima () Padrasto () Madrasta ()

Padrinho () Madrinha () Outro vínculo familiar (

): _____

Nenhum vínculo familiar: Vizinho () Vizinha () Outro ():

1.7 Nível de Escolaridade de informante:

() Sem instrução () Alfabetizado

() Ensino Fundamental I (1ª a 4ª série) Incompleto () Ensino Fundamental I (1ª a 4ª série) Completo

() Ensino Fundamental II (5ª a 9ª série) Incompleto () Ensino Fundamental II (5ª a 9ª série) Completo

() Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo

() Superior Incompleto () Superior Completo

2. DADOS DA FAMÍLIA

CATEGORIAS	VARIÁVEIS
<p>2.1 COMPOSIÇÃO FAMILIAR</p> <p>2.2 TRABALHO E RENDA</p>	<p>Pai () Mãe () família:_____</p> <p>Padrasto () Madrasta () Menores de 06 anos:_____</p> <p>Avô () Avó () De 06 a 15 anos_____</p> <p>Tio () Tia () De 16 a 20 anos_____</p> <p>Primo () Prima () De 21 a 50 anos_____</p> <p>Outros:_____ Maiores de 50 anos_____</p> <p>Nº das pessoas que trabalham:_____</p> <p>Aposentados:_____</p> <p>Assalariados (Emprego regular):_____</p> <p>Autônomos (Trabalho eventual):_____</p> <p style="text-align: center;">Renda Familiar Mensal (R\$)</p> <p>Renda do Responsável_____ Pensão Alimentícia_____</p> <p>Aposentadoria_____ Seguro Desemprego_____</p> <p>BPC (Idoso ou Deficiente)_____</p> <p>Transferência de renda (Programas sociais)_____</p> <p>Outras rendas_____ Total da renda familiar_____</p>
CATEGORIAS	VARIÁVEIS
<p>2.3 EDUCAÇÃO</p> <p>1. Sem instrução</p> <p>2. Alfabetizado</p> <p>3. Ensino Fundamental I Incompleto</p> <p>4. Ensino Fundamental I Completo</p>	<p>Escolaridade da família:</p> <p>1. _____ () 2. _____ ()</p> <p>3. _____ () 4. _____ ()</p> <p>5. _____ () 6. _____ ()</p>

<p>5. Ensino Fundamental II Incompleto</p> <p>6. Ensino Fundamental II Completo</p> <p>7. Ensino Médio Incompleto</p> <p>8. Ensino Médio Completo</p> <p>9. Superior Incompleto</p> <p>10. Superior Completo</p>	<p>7. _____ () 8. _____ ()</p> <p>9. _____ () 10. _____ ()</p>
<p>2.4 SITUAÇÃO HABITACIONAL</p>	<p style="text-align: center;"><u>Tipo de moradia:</u></p> <p>Própria () Alugada () Cedida () Outros ()__</p> <p>Quanto paga de aluguel: _____</p> <p>Quanto paga de financiamento: _____</p> <p style="text-align: center;"><u>Estrutura da moradia:</u></p> <p>Alvenaria () Taipa () Mista () Outros ()__</p> <p style="text-align: center;"><u>Nº de cômodos da moradia:</u></p> <p>1 a 2 () 3 a 4 () 5 a 6 () 7 a 8 ()</p> <p>Mais de 8 ()</p>
<p>2.5 DESPESAS MENSAIS FIXAS E DA FAMÍLIA (EM MÉDIA)</p>	<p>Aluguel da casa (R\$) _____</p> <p>Prestação da casa (R\$) _____</p> <p>Energia elétrica (R\$) _____</p> <p>Água CAGECE (R\$) _____</p> <p>Gás de cozinha (R\$) _____</p> <p>Alimentação (R\$) _____</p> <p>Transporte (R\$) _____</p> <p>Medicamentos (R\$) _____</p> <p>Outros gastos (R\$) _____</p> <p>Total (R\$) _____</p>

3. DADOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA FAMÍLIA BRASILEIRA

FORTALECIDA:

PERGUNTA	RESPOSTA
3.1 QUEM LHE INFORMOU SOBRE A EXISTÊNCIA DO PROGRAMA? 3.2 O QUE O (A) FEZ PARTICIPAR DO PROGRAMA?	
3.3 CITE O QUE VOCÊ APRENDEU NO PROGRAMA. 3.4 O QUE VOCÊ APRENDEU ESTÁ PONDO EM PRÁTICA?	SIM () NÃO () O QUE?
3.5 RECOMENDA QUE OUTRAS PESSOAS PARTICIPEM DO PROGRAMA? 3.6 O QUE VOCÊ ACHA DO PROGRAMA?	SIM () O quê NÃO () Por que? Excelente () Bom () Regular () Ruim () Péssimo () Explique:

APÊNDICE C - TÓPICO GUIA

Local: _____ Data: _____

Nº da Entrevista _____ Idade _____

Endereço _____

Observação de campo: lugar, estrutura física da casa, descrever um pouco os cômodos, impressão como vive a família, conversar informalmente com os outros membros da família.

1 - História de vida

Conte-me um pouco sobre sua história de vida. Sua infância, seus pais, sua origem, seus estudos, trabalho e renda, religião, sua família atual, quando foi constituída, lugar onde mora, como está sua vida hoje, seu relacionamento familiar.

2 – A relação geral com o Programa

Como chegou, quem indicou, o que achou dos encontros, reuniões, do material distribuído, das informações que recebeu, lembra como foi falado, tem procurado aplicar no cotidiano, por que acha importante

3 - Compreensão e aplicação do entrevistado sobre o Programa FBF, conteúdo específico

Você acha que é importante planejar o nascimento do filho, você planejou o nascimento do seu filho, e o pré- natal é importante?

Fale-me um pouco sobre sua gravidez e o Parto?

Você amamentou? Por quanto tempo? E as vacinas?

Fale-me como você observou o crescimento do seu filho

4 - Garantia de Direitos

Fale-me da importância da criança ter um nome

A criança é registrada?

Você recebeu licença maternidade

5 - Brincadeiras , saúde e alimentação

Fale-me como são as brincadeiras de seu filho(os), você brinca com eles,os brinquedos, assiste televisão, os tipos de programa

Fale-me o que você aprendeu no Programa sobre a saúde e a alimentação do seu filho

6 - Violência contra a criança

Fale-me um pouco sobre o que você aprendeu sobre violência contra a criança (maus tratos, abuso sexual)

7 - Práticas familiares

Conte-me o que você faz quando seu filho não se comporta bem (castiga, grita, dá palmada, bate, ameaça, existe brigas, conflitos na presença da criança)

8 - Proteção e cuidados sobre a criança

Diga-me quando você sai de casa quem fica com a criança (quem leva para o CEI, quem pega)

Com quem a criança dorme (o lugar onde a criança dorme fica perto do fogão, os medicamentos e os produtos de limpeza ficam longe do alcance da criança).

Relate-me como é sua convivência com seus vizinhos

Sinta-se a vontade para falar qualquer outra coisa que não foi falada.

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O OFICIAL DE PROJETOS DO UNICEF CEARÁ

Local: _____ Data: ____/____/____
Endereço: _____ Bairro _____

- 1- Como foi o processo de formalização da parceria do UNICEF com outras entidades para desenvolver o kit FBF
- 2- Considerando a realidade de Fortaleza, fale-me das dificuldades para a implantação do Programa comparado com a implantação no interior
- 3- Um dos focos do trabalho UNICEF no Brasil é fortalecer as competências familiares, como você conceitua “competência”
- 4- Quando da coleta de dados junto às famílias que participaram do PFBF através dos CEIs em Fortaleza, a maioria se reporta ao “almanaque” distribuído no final do Programa para cada família. Como você interpreta esse resultado?
- 5- Você poderia destacar as restrições e potencialidades para o desenvolvimento infantil, a partir do fortalecimento das famílias?
- 6- Sinta-se a vontade para falar qualquer outra coisa que não foi falada.